

ANEXO G

Estudo Metodológico

Análise da Evolução dos Padrões de Urbanização em Cidades Médias da Amazônia: *Delineamento Teórico-Metodológico para Construção de um Mapa de **Potencial de Conversão** de uso da terra para o uso Urbano. Um Estudo Piloto para Marabá e Santarém*

Frederico Roman Ramos, FGV

Ciro Biderman, FGV

Colaboração: INPE-CRA, INPE-SJC e UFPA

Novembro de 2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 PERSPECTIVA DINÂMICA NA ANÁLISE DA ESTRUTURA ESPACIAL URBANA EM CIDADES DE RÁPIDO CRESCIMENTO	9
2.1 Crescimento urbano e valorização fundiária: uma perspectiva dinâmica	9
2.2 Estudo de caso: cidades médias em rápida expansão na Amazônia	16
2.2.1 Contextualização	16
2.2.2 Metodologia	21
2.2.3 Dados utilizados e procedimentos	27
2.2.4 Resultados	31
3 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – Imagens de satélite, espaços celulares e gradientes de paisagem processados para o estudo em Santarém e Marabá.....	47

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta novas possibilidades metodológicas no campo do urbanismo através da aplicação de técnicas derivadas da ciência da geoinformação a luz das teorias de economia urbana. Tem, neste sentido, um caráter instrumental, na medida em que propõe e aplica métodos inovadores de investigação empírica de estruturas urbanas que buscam apontar as atuais possibilidades de tratamento de informação espacial em sistemas de informação geográfica em aplicações desta natureza. Na última década, observou-se no Brasil um forte movimento de valorização de terra urbana. Isto tem aprofundado a disputa por localizações no espaço urbano, e por consequência, promovido alterações nas estruturas espaciais intraurbanas nas cidades em diversas regiões do país. O entendimento de como estes movimentos se processam passa pela capacidade de formulação de hipóteses derivadas de um referencial conceitual que, sob meu ponto de vista, merece ser aprofundado na produção acadêmica brasileira.

O que se reconhece como padrão socialmente excludente de nossas cidades tem sua origem no modelo de mercado que não foi capaz de articular as lógicas da regulação urbanística e a lógica da necessidade que motivaram a organização e instrumentalização social que resultaram em formas de coordenação individual/coletiva de ocupação do solo urbano (ABRAMO, 2007). O mercado imobiliário é frequentemente tido como instrumento na conformação de vizinhanças e comunidades com significativo grau de homogeneidade interna, atuando diretamente nos processos de substituição de moradores através de transações atomizadas de imóveis usados ou na conversão de usos de solo em novas incorporações. Ainda que por justificativas diversas, tal reconhecimento se dá tanto nas abordagens econômicas neoclássicas quanto nas clássico-marxistas operando, por um lado, através da "soberania do consumidor" e, por outro, pela "lógica do capital" (SMOLKA, 1992). Observado sob uma perspectiva dinâmica, este processo de substituições, permanências e assentamentos implica em transformações na estrutura espacial das cidades que podem ser gradativas ou abruptas em função das condições macroeconômicas combinadas com circunstâncias locais. Qualquer que seja o modo, interferem nas regularidades e irregularidades das estruturas urbanas no que se refere especificamente ao grau de concentração espacial da população urbana e seus empregos (ANAS; ARNOTT; SMALL, 1998). Estas irregularidades estão relacionadas à forma como a cidade se expande no processo

de conversão de novos terrenos em usos urbanos com o desenvolvimento de edificações e infraestruturas. Além disso, internamente, está relacionada também ao padrão de segregação socioespacial resultante do processo de ocupação contínua, ou melhor, da forma como diferentes grupos sociais se assentam no espaço construído relativamente uns aos outros.

O modelo monocêntrico inicialmente formulado por Alonso (1964) e suas variações sequenciais introduzidas por Mills (1967) e Muth (1969) prevalece por décadas como a mais influente representação da estrutura espacial urbana dentro da literatura sobre economia urbana. O modelo se baseia em uma cidade hipotética, onde todos os empregos localizam-se em um ponto central da cidade, para o qual todos os moradores devem se deslocar cotidianamente. Assumindo que todos os moradores são racionais e buscam maximizar suas funções de utilidades face sua restrição orçamentária, decidirão suas localizações frente às despesas que terão com o custo do deslocamento ao trabalho e aos gastos com o consumo do imóvel. Esta relação pode ser esquematicamente representada através de uma função decrescente com origem no ponto central da cidade, na qual sua inclinação depende basicamente do custo marginal de deslocamento (transporte) e do tamanho do lote. Esta relação é usualmente apresentada na forma de um **gradiente de renda da terra**. A intuição fundamental contida nesta construção é que consumidores vivendo longe do centro terão maiores custos com transporte e devem ser compensados de alguma forma, pois do contrário todos viveriam próximo ao centro. Esta compensação se dá na forma de um preço menor por metro quadrado.

O arcabouço analítico propiciado por este modelo permite que sejam relacionados diversos aspectos da estrutura espacial intraurbana em uma perspectiva sistêmica, e não isolada como são comumente analisados os processos de expansão e dispersão urbana, segregação socioespacial, valorização do preço da terra e variações nas densidades populacionais. Este modelo é o fato estilizado mais simples e operacional da estrutura espacial urbana. Entretanto, a concepção baseada em um único centro de negócios pode ser rompida sem que haja prejuízo das relações estabelecidas entre renda da terra e custos de transporte como já demonstrado em diversos trabalhos (FUJITA; OGAWA, 1982).

Ainda que o modelo permaneça até os dias atuais como um referencial de grande influência, trata-se basicamente de um modelo de equilíbrio geral, e como tal assume condições que simplesmente não aderem aos contextos espaciais que dominam a análise das cidades. Tal

desacoplamento não chega a invalidar sua aplicabilidade na medida em que se podem atribuir razões distintas para seu mérito, entretanto, impõe àqueles que nele se apoiam, a necessidade de estabelecer claramente os limites e alcances das conclusões dele derivadas. Segundo Arnott (2012, p.67), as principais virtudes do modelo são: primeiro, ele propicia uma concepção geral integrada da estrutura urbana, incorporando e relacionando efeitos de políticas de uso do solo, transporte e habitação de forma sistêmica; segundo, o modelo tem derivado resultados extremamente ricos e diversificados na medida em que se situa no limite preciso entre a trivialidade e a intratabilidade, qualidade necessária aos bons modelos; terceiro, como um modelo de equilíbrio geral, permite simular efeitos de políticas sobre diferentes grupos populacionais considerando os canais sobre os quais cada iniciativa afeta as diferentes utilidades; e quarto, tem alcançado relativo sucesso em análises empíricas explicando diversos padrões observados em cidades reais.

Em relação às críticas e limitações do modelo, muitas derivam das condições altamente restritivas que ele assume. Porém, nas cidades reais, invariavelmente nos confrontamos com estas condições nada excepcionais. Entre as mais problemáticas estão a ausência de retornos incrementais de escala na produção, o que de certa forma coloca em xeque a própria noção derivada das forças de aglomeração que regem a concentração das atividades em cidades; a desconsideração do efeito de externalidades, porém não há como negar que em aglomerações urbanas não incidam externalidades negativas como congestionamentos e poluição; a incapacidade de tratamento dos bens públicos coletivos, presente em uma série de atributos que compõe o espaço urbano como serviços públicos e infraestrutura de comunicações. (ARNOTT, 2012, p.53). Para Richardson (1978), a falta de capacidade de superar estas condicionantes restritivas foi um dos motivos pelo qual a economia seguiu por décadas negligenciando este campo de estudo. Para ele, dificilmente a análise econômica convencional é capaz de revelar a complexidade da grande cidade, crivada de externalidades e “excrecências” que inviabilizam a abordagem a partir do marginalismo neoclássico. Tal visão é compartilhada por Krugman (1998) para o qual, a tardia introdução da dimensão espacial no *mainstream* da análise econômica é consequência da evolução de modelos hoje capazes de lidar com cenários de competição imperfeita tornando possível, portanto, analisar processos marcados pela presença de economias de escala com retornos crescentes. Nesta perspectiva, a estrutura espacial intraurbana pode ser analisada como resultado da atuação de forças centrífugas e centrípetas, ou de *atração* e *repulsão* que acabam por definir a disputa

por localizações de firmas e das residências através do espaço intraurbano (KRUGMAN, 1998; FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 1999).

No que se refere à aplicabilidade destes modelos para contextos urbanos nos chamados países em desenvolvimento, os modelos canônicos de economia urbana neoclássica assumem condições ainda mais restritivas. Dentre as mais problemáticas estão aquelas em que todos os proprietários observam as normas e regulações urbanísticas, requerem autorizações legal para alterações no uso da terra, pagam os encargos fiscais da propriedade e onde as transações são todas realizadas sob regimes contratuais formais. Ademais, esses modelos assumem que a terra urbana é totalmente servida de infraestrutura no momento em que são ocupadas e as construções estão finalizadas (SMOLKA; BIDERMAN, 2012). A questão então que se coloca é a aplicabilidade deste arcabouço teórico em contextos como o nosso. Neste sentido, apoio-me na visão preconizada por Smolka e Biderman (2012) na qual a massiva informalidade presente nas cidades Destes países deve ser encarada não como um mero problema de pobreza urbana. Os assentamentos informais coexistem lado a lado a assentamentos formais e há uma interdependência estrutural no funcionamento do mercado de terras que regem as transações em ambos os casos. Ao colocarmo-nos nesta perspectiva, entendemos como válida a aplicabilidade destes modelos. Eles contribuem para a compreensão das inter-relações existentes nos processos de ocupação e uso do solo com determinantes derivados de políticas públicas que ultrapassam o escopo tradicional da atuação do planejamento urbano de regulação de usos e coeficientes de aproveitamento. Níveis de acessibilidade, custos de transporte público e políticas de taxaço de uso da terra são exemplos de variáveis que devem ser consideradas de forma sistêmica quando da definição de estratégias de planejamento urbano e que podem ser incorporadas a estes modelos.

A discussão que se coloca não é quanto à aplicação ou não deste arcabouço teórico, mas em como usá-lo na construção das representações das estruturas urbanas e no processo analítico. Da mesma forma que a utilização das técnicas e metodologias derivadas do campo da Geoinformação, a delimitação criteriosa da aplicação no campo da economia urbana é requisito fundamental para o sucesso ou fracasso do processo e das possíveis proposições dele derivadas na perspectiva do planejamento urbano. Se a atuação do urbanista visa fundamentalmente a intervenção no espaço urbano, saber reconhecer estas possibilidades representa, a meu ver, um ganho significativo repertório do urbanista.

Parte-se do pressuposto que é possível estabelecer representações matemático-computacionais destes conceitos através de estratégias de representação capazes de relacionar a parte e o todo urbano em sistemas de informação geográfica. Neste sentido, o trabalho espera contribuir para a constituição dos territórios digitais (RAMOS; CÂMARA; MONTEIRO, 2007), expressões quantitativas de conceitos sobre os diferentes processos ambientais e socioeconômicos que acabam por definir o ambiente urbano. Através destas representações, buscar inserir o território no centro das decisões políticas e econômicas que seguem continuamente conformando essas cidades e as condições objetivas de vida que elas propiciam.

A utilização de modelos quantitativos vem crescendo na mesma intensidade em que cresce a disponibilidade de dados georreferenciados em níveis cada vez mais próximos a escalas do indivíduo. Acredito, como preconiza Michael Batty (2011), que estamos diante do desafio de construção de uma nova Ciência das Cidades, um novo campo de conhecimento onde convergirão diferentes campos disciplinares que serão operados a partir de teorias de sistemas complexos baseados em grandes conjuntos de dados e metodologias computacionalmente intensivas hoje acessíveis para seu tratamento. Assim, as teorias derivadas da economia urbana, planejamento de transportes, sociologia, entre outras serão as bases para a constituição desta nova abordagem verdadeiramente transdisciplinar. "Neste contexto, os modelos serão aplicados cada vez mais para 'informar' do que 'predizer' orientando as decisões no campo das políticas públicas" (BATTY, 2011 p.13).

No próximo capítulo, discutimos sobre os processos de expansão urbana, porém situando a discussão a partir de uma perspectiva dinâmica em cidades médias em rápido crescimento demográfico. Neste contexto, há o reconhecimento de que a composição dos preços da terra nas áreas limítrofes da mancha urbana sofre uma forte influência de expectativas de retornos levando a uma sobrevalorização do preço gerada por processos de retenção de terras. Neste ensaio propomos uma metodologia inédita de representação das características de expansão urbana através da utilização de imagens de sensoriamento remoto no desenvolvimento de métricas de expansão urbana. Em uma análise aplicada às cidades amazônicas de Marabá e Santarém, buscamos caracterizar em uma perspectiva comparativa os processos de conversão da terra em usos urbanos nas últimas três décadas. Incorporando a informação sobre os usos do solo anteriores a conversão para uso urbano, criamos uma escala de potencial de conversão relativo a cada uso. A partir da aplicação das métricas de paisagem extraídas por processamento digital de imagens, geramos gradientes de potencial de conversão para cada

cidade nos períodos analisados. Os resultados apontam diferenças nos padrões observados em cada cidade que experimentam atualmente surtos econômicos de natureza semelhante, porém em fases distintas de desenvolvimento.

2 PERSPECTIVA DINÂMICA NA ANÁLISE DA ESTRUTURA ESPACIAL URBANA EM CIDADES DE RÁPIDO CRESCIMENTO

2.1 Crescimento urbano e valorização fundiária: uma perspectiva dinâmica

No caso específico deste ensaio, interessa-nos compreender de que forma a estrutura espacial de cidades em rápido processo de crescimento na Amazônia vem se desenvolvendo sob o enfoque de suas características de expansão urbana interpretadas a partir de seu contexto geográfico específico. Neste sentido, propomos a adoção de um referencial teórico baseado em uma perspectiva dinâmica na análise das estruturas urbanas. Diferentemente do modelo monocêntrico estático que fundamenta a abordagem da economia urbana, considerar a perspectiva dinâmica abre possibilidades para a compreensão de características comuns em diversas estruturas urbanas, mas que, a princípio, são anomalias se consideradas apenas a partir do referencial estático. Estas situações englobam aspectos como padrões não decrescentes de densidades em função da distância ao centro e rendas da terra maiores em localizações mais distantes ao centro. Situações que podem ser explicadas por situações econômicas específicas quando no momento da conversão da terra para uso urbano.

Ao introduzir a perspectiva dinâmica na análise da estrutura urbana, abre-se a possibilidade de incorporação, ainda que parcial, do processo que levou a consolidação das aglomerações seja na sua configuração espacial resultante, seja nas expectativas futuras sobre seus novos desenvolvimentos. Neste sentido, devem ser incorporados aos modelos dinâmicos aspectos como a durabilidade dos ambientes construídos e os custos inerentes aos processos de reconversão de usos e renovação, as dinâmicas intertemporais nos mercados de investimento, assim como as decisões de localização que os habitantes tomam ao longo do tempo (ANAS, 1978). Essas características levam a alterações significativas em pressupostos estabelecidos pelos modelos estáticos. Talvez, a mais evidente seja o fato de que em uma perspectiva dinâmica, o valor da terra e o produto marginal da terra em novas construções não seja sempre igual. Isso porque apenas uma parte da cidade opera na arena de competição de mercado, sendo que outras partes são ocupadas por estruturas duráveis desenvolvidas em circunstâncias econômicas específicas. Segundo Capozza e Helsley (1989) os modelos dinâmicos na análise do desenvolvimento de estruturas urbanas são aplicados em estudos dos processos de abandono de áreas residenciais, nos processos de deterioração e conversão de usos em áreas urbanas, na configuração de localizações com usos mistos e, principalmente, em processos de

expansão urbana em padrões espaciais descontínuos ou dispersos. Neste último caso, os autores apontam que em perspectiva dinâmica, este tipo de desenvolvimento pode ser eficiente ao contrário do que estabelecido em modelos estáticos. Entretanto, em geral, este padrão espacial de desenvolvimento é associado à falha de mercado derivada de comportamentos especulativos.

Já nos finais do século XIX, Henry George em seu clássico trabalho *Progresso e Pobreza* estabelecia em linhas gerais os mecanismos de retenção e valorização da terra localizadas nas margens das cidades e suas implicações nos processos de exacerbação da pobreza e da desigualdade social.

But there is a cause, not yet adverted to, which must be taken into consideration fully to explain the influence of material progress upon the distribution of wealth.

That cause is the confident expectation of the future enhancement of land values, which arises in all progressive countries from the steady increase of rent, and which leads to speculation, or the holding of land for a higher price than it would then otherwise bring.

We have hitherto assumed, as is generally assumed in elucidations of the theory of rent, that the actual margin of cultivation always coincides with what may be termed the necessary margin of cultivation—that is to say, we have assumed that cultivation extends to less productive points only as it becomes necessary from the fact that natural opportunities are at the more productive points fully utilized.

This, probably, is the case in stationary or very slowly progressing communities, but in rapidly progressing communities, where the swift and steady increase of rent gives confidence to calculations of further increase, it is not the case. In such communities, the confident expectation of increased prices produces, to a greater or less extent, the effects of a combination among land holders, and tends to the withholding of land from use, in expectation of higher prices, thus forcing the margin of cultivation farther than required by the necessities of production. (GEORGE. 1920. Book IV, Chapter 4).¹

¹ Mas há uma causa, ainda não reportada, que deve ser considerada por completo para explicar a influência do progresso material sobre a distribuição de riqueza. Esta causa é a certeza de aumentos futuros no valor da terra, que surge em todos os países progressistas a partir do rápido crescimento da renda, e que leva a especulação, ou a retenção de terra na perspectiva de obtenção de preços maiores do que aqueles que deveriam ser cobrados. Até aqui havíamos assumido, como em geral se assumem nas teorias de renda, que o limite da terra cultivada sempre coincide com a extensão necessária em um determinado momento - ou seja, assumimos que as áreas cultivadas se estenderiam para terrenos menos férteis apenas se isso fosse necessário a partir da plena utilização das terras mais produtivas. Este talvez seja o caso em comunidades de lento crescimento ou estagnadas, mas em comunidades de rápido progresso, onde o brusco e rápido aumento da renda gera confiança para se prever futuros aumentos, isso não é o caso. Nestas comunidades, a certeza de aumento de preços produz, em maior ou menor grau, o efeito de combinação entre os proprietários de terras que tendem a reter suas terras sem usos, na expectativa de preços maiores, forçando, desta forma, que as fronteiras produtivas se localizem em terras mais distantes do que as necessárias.

Em 1965, Harvey e Clark em seu estudo denominado “*The nature and economics of Urban Sprawl*” se dedicaram a identificar as causas e catalisadores dos processos de expansão de áreas urbanas. Para eles, além das relações com as infraestruturas e avanços nas tecnologias de transporte, uma das causas dos processos de expansão e dispersão de áreas urbanas é a independência das decisões entre competidores monopolísticos. Este efeito é mais sentido em mercados imobiliários em rápida expansão, onde, quanto mais rápida a expansão e maior o número de firmas atuantes, maior será o desenvolvimento de empreendimentos desconexos e fragmentados espacialmente. A especulação é referida como uma segunda causa desses processos. Entretanto, para os autores, é a falta de coordenação no processo de especulação que causaria uma expansão descontínua e exagerada, e não a especulação por si só. Neste ponto, há certo consenso entre os estudos de que a especulação, assim como as melhorias nas condições de acessibilidade, sempre está presentes nos processos de expansão urbana (CLAWSON, 1962). A especulação dos valores da terra seria neste sentido a principal das ineficiências econômicas destes processos sendo caracterizada pela retenção de terra por proprietários buscando a maximização de lucros por decisões individuais (BAHL, 1968). Segundo Archer (1973), a especulação de terras e o consequente desenvolvimento descontínuo e extensivo da cidade em suas franjas são falhas de mercado provocadas, sobretudo pelas políticas de preços das empresas públicas e privadas na especificação dos custos de serviços de infraestrutura urbana, pela aparente incapacidade dos compradores de estimar os custos diferenciais de deslocamento entre as diferentes localizações e as próprias incertezas inerentes ao mercado de terras. Estes estudos pioneiros buscavam compreender os processos sob o ponto de vista do mercado que levaram à massiva suburbanização norte-americana já reconhecendo os custos e impactos negativos que este padrão dominante acarretaria.

O tema da especulação imobiliária como indutora da expansão urbana não é consensual entre os estudiosos. Em seu livro, *Urban Economic Problems*, Richard Muth (1975) discute a questão do *Suburban Sprawl* quando analisa a estrutura interna das cidades argumentando que apesar da figura do especulador ser frequentemente lembrada como um dos grandes vilões dos problemas econômicos das cidades, há poucos estudos que comprovem que existam ganhos superiores a outros investimentos quando decidem reter extensões de terras para conversão urbana. Já Mills e Hamilton (1993), apesar de apontar os custos sociais associados à expansão descontínua provocada pela retenção de terras para desenvolvimento urbano, contraditoriamente reconhecem “importantes” benefícios associados à especulação. Para eles,

a existência de um desenvolvimento urbano descontínuo num determinado momento da estruturação urbana garantiria um desenho eficiente em um momento posterior já que lhes parece necessário considerar o *trade-off* entre os usos atuais e futuros de uma área em relação aos custos de conversão de áreas já consolidadas.

O efeito das características duráveis das habitações nos modelos de economia urbana foi foco de estudos como o de Brueckner e Rabenau (1981) e Arnott (1980). Eles trazem contribuições para o entendimento de situações que derivam fundamentalmente dos efeitos de uma mudança exógena no contingente populacional da cidade quando esta é antecipada pelos investidores. Dentre os potenciais efeitos derivados, encontram-se as estruturas de densidade populacional com gradientes irregulares e as expansões urbanas descontínuas, ambos os padrões frequentemente observados em cidades reais e que violam as expectativas estabelecidas pelos modelos estáticos. No conjunto de estudos sobre os efeitos do crescimento populacional na estrutura espacial urbana, destaca-se o trabalho de Capozza e Helsley (1989) que demonstra haver implicações profundas na relação existente entre crescimento urbano e valor da terra em modelos dinâmicos. A linha de argumentação é construída a partir da constatação de que, se considerada apenas numa perspectiva estática, o valor da terra deve ser proporcional à renda da terra, a qual na fronteira urbana é definida pela renda da terra agrícola. Entretanto, se analisada sob um enfoque dinâmico, pode-se incluir quatro elementos aditivos na composição do valor da terra. São eles: o valor da renda da terra agrícola, o custo de conversão em terra urbanizada, o valor da acessibilidade, e o valor da expectativa de incremento de renda futura. Este último componente é definido como uma função determinada exponencialmente pela taxa de crescimento populacional e, inversamente, pela taxa de desconto vigente. Este modelo simples traz luz sobre uma situação recorrente em cidades em diferentes países e regiões: a diferença entre o valor da terra agrícola próxima a fronteira urbana e a terra recém-convertida em urbana.

Formalmente, o modelo simples pode ser apresentado como:

$$AP^d(t) = A/r + C + (T/(3r\bar{L}))\bar{z}(t) + (T/\bar{L})\frac{g/2}{r(r-g/2)}\bar{z}(t) \quad (4.1)$$

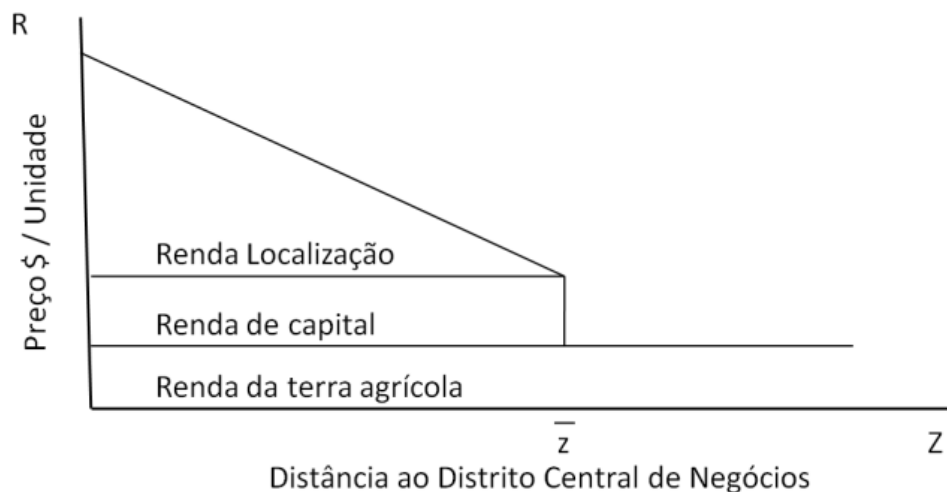
Onde:

- $AP^d(t)$ é o preço médio da terra urbanizada no momento t ;
- A/r é o valor da renda da terra agricultável ajustada pela taxa de desconto r ;
- C é o custo de capital para conversão da terra em uso urbano;

- $(T/(3r\bar{L}))\bar{z}(t)$ é o valor da acessibilidade definido pelo custo de transporte T , o total de terra ocupada \bar{L} , e da distância a fronteira urbana \bar{z} no momento t ; e
- $(T/\bar{L})\frac{g/2}{r(r-g/2)}\bar{z}(t)$ é o prêmio pelo crescimento associado a expectativa de incremento de renda definido em função da taxa de crescimento populacional g .

A figura 2.1 representa esquematicamente o modelo proposto, onde a renda da terra localizada fora da área urbana é igual à renda obtida pelo uso agrícola. Na fronteira da área urbana, a renda tem um salto em função do custo de capital aplicado para a conversão da terra para uso urbano. Internamente a área urbana, há um incremento da renda da terra definido pelos custos de transporte por unidade de distância ao centro principal da aglomeração.

Figura 2.1 - Renda da terra interna e externa a área urbana



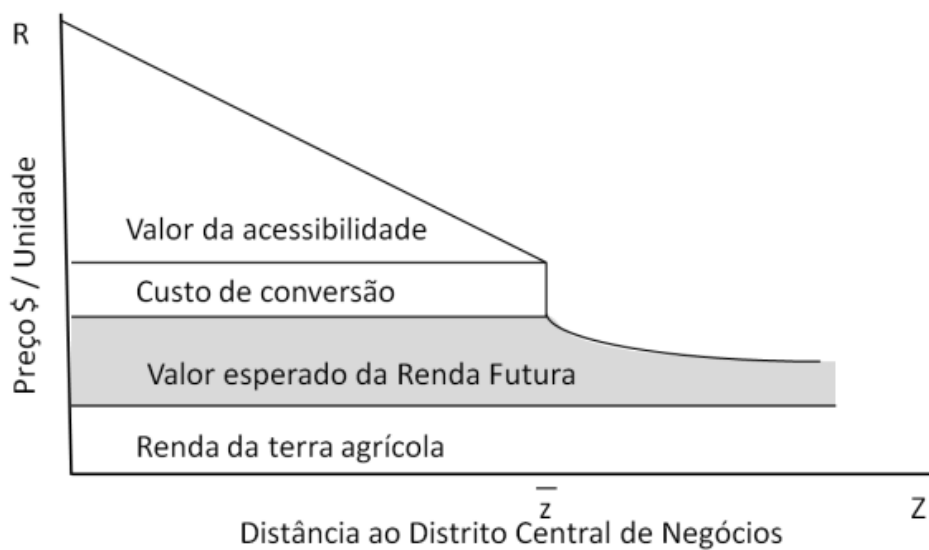
Fonte: Adaptado de Capozza e Helsley, 1989, p. 300

A figura 2.2 apresenta uma secção esquemática do comportamento dos preços internos e externos a área urbana. A uma distância suficientemente grande da cidade, a terra é vendida pelo seu valor exclusivamente agrícola, A/r . Terras com usos ainda agrícolas, porém próximas à fronteira urbana, são vendidas pelo valor do prêmio igual ao valor esperado após sua conversão ao uso urbano. Na fronteira, os preços saltam ao incluir os custos de conversão ao uso urbano. Internamente a área urbanizada, os preços sobem na medida em que a distância ao centro principal da aglomeração decai.

Este modelo oferece a possibilidade de estimar o impacto que o crescimento populacional exerce sobre o valor da terra para uso urbano. Para situações onde há um rápido crescimento populacional, o componente associado à expectativa de incremento de renda futura, ou o

prêmio pelo crescimento, pode chegar facilmente a metade do valor da terra médio criando uma grande diferença entre o valor da terra na franja da aglomeração urbana e a terra agrícola (CAPOZZA; HELSLEY, 1989, p.305). Em uma simulação grosseira aplicada sobre o modelo, os autores chegaram a encontrar percentuais superiores a 55% de valorização devida ao prêmio pelo crescimento em situações onde as taxas de crescimento populacionais alcançavam médias superiores a 4% ao ano.

Figura 2.2 - Preços da terra interna e externa a área urbana em perspectiva dinâmica



Fonte: Adaptado de Capozza e Helsley (1989, p.300)

Alguns estudos trataram de evidenciar situações de variações acentuadas entre os valores da terra urbana nas franjas da cidade e a terra rural adjacente. Estes estudos buscavam estabelecer referenciais empíricos ao processo de valorização das terras recém-convertidas como forma de ilustrar a magnitude deste efeito. O trabalho de Dunford, Marti e Mittelhammer (1985) analisou dados empíricos sobre o mercado de terras em áreas próximas a cidade de Vancouver, no condado de Clark localizada as margens do rio Columbia, no estado de Washington-EUA. Os dados refletem a valorização da terra ocorrida na década de 70 quando o condado experimentava crescimento populacional superior a 49% na década. Segundo o modelo desenvolvido, os resultados demonstram que cerca de 30% do valor da terra adicional em novas transações derivava unicamente de expectativas de intensificação do uso residencial com a conversão de terras ainda não desenvolvidas nos arredores. Em outro

estudo realizado nos anos 70 para terras com crescimento populacional médio anual próximo a 4% no condado de Will, Illinois - EUA, foram encontradas evidências semelhantes de valorização de cerca de 30% em função da proximidade franja urbana (CHICOINE, 1981).

No Brasil, até onde vai nosso conhecimento, não são muitos os trabalhos que se dedicaram a aplicar análises empíricas sobre os efeitos de conversão de uso de terras agrícolas em urbanas. Dentre os trabalhos consultados, encontram-se os artigos incluídos no livro "Mercado de terras no Brasil: estrutura e dinâmica" (BRASIL, 2006) que dedica o quarto capítulo para o tema da transformação de terras rurais em urbanas como estratégia de especulação privilegiada. No artigo "O mercado de terras e a produção de loteamentos urbanos" (REYDON; GONÇALVES, 2006) são analisados alguns empreendimentos de conversão de terra rural em urbana no município de Pedreira (Estado de São Paulo). Os dados levantados apontam que a transformação de terra rural em terra urbana é um negócio que garante grande lucro levando a uma valorização impressionante do m². Segundo os autores, a diferença por metro quadrado entre a terra urbana e rural é da ordem de R\$70 a R\$100 (valores correntes). A conclusão central do estudo é a constatação de que os mercados de terras rurais e urbanos são interligados e que o controle da especulação passa por processos de regulação conjunta tanto do mercado de terras rurais e como o de terras urbanas. Outro artigo incluído na mesma publicação (REYDON ET AL, 2006) analisa o caso da conversão de terra rural em urbana no município de Santa Barbara D'Oeste, também no estado de São Paulo. O estudo de caso demonstra como a retenção de terras próximas a fronteira urbana se coloca como uma estratégia de ganho empresarial com resultados muito superiores a outras aplicações e reafirma "o papel essencial da especulação com terras na estratégia e na rentabilidade dos capitais empresariais". Recentemente, Santoro (2013) dedicou sua tese de doutorado à análise dos processos de expansão urbana no contexto latino-americano incluindo estudos de caso para as cidades de São Carlos e Catanduva (Estado de São Paulo) e Bogotá (Colômbia). O trabalho além de bem ilustrado com dados empíricos, situa no centro da discussão os instrumentos regulatórios e normativos previstos no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01) como a Outorga Onerosa por Alteração de Uso como forma de aplicar a gestão social da valorização da terra na mudança de uso de rural para urbano.

2.2 Estudo de caso: cidades médias em rápida expansão na Amazônia

2.2.1 Contextualização

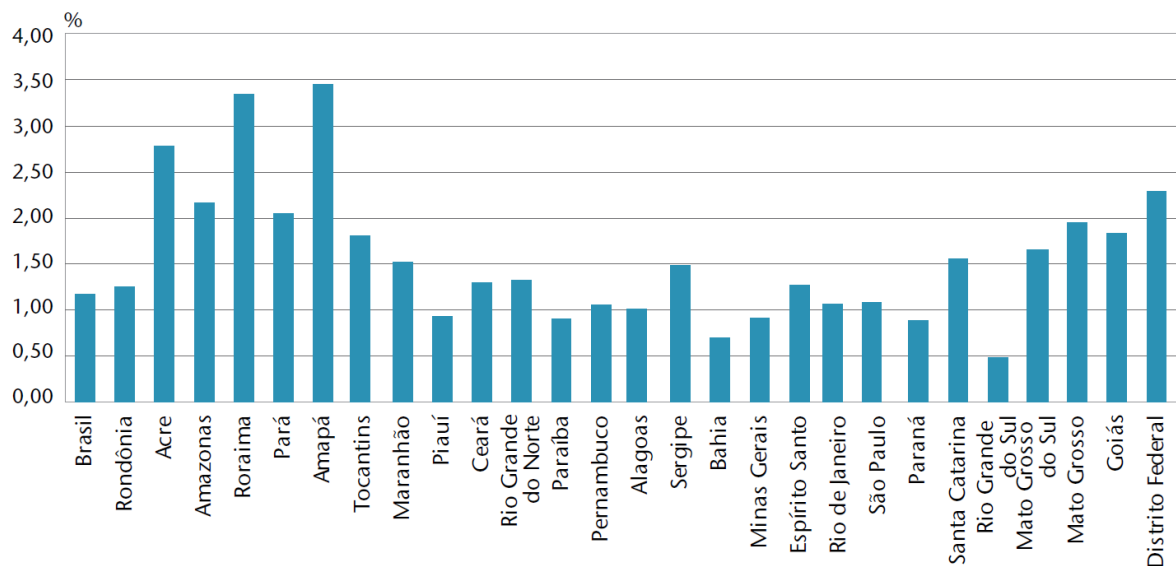
A Amazônia brasileira é hoje um território heterogêneo, ainda muito dinâmico e com grande diversidade social e econômica. Estas características têm suas origens em um padrão de ocupação que teve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980 baseado em desenvolvimento de economia de fronteira onde "o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos." (BECKER, 2005 p.72). Neste processo de formação e ocupação de fronteira, o território sofre profundas transformações nos padrões de assentamentos humanos e nos sistemas de produção econômica. Como bem coloca Becker:

Uma grande modificação estrutural ocorreu no povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, e no crescimento demográfico, sobretudo urbano. Processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra e, assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas. No censo de 2000, 70% da população na região Norte estava localizado em núcleos urbanos, embora carentes dos serviços básicos. Muitos discordam dessa tese, porque não consideram tais nucleamentos como urbanos. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma "floresta urbanizada" (BECKER, 2005, p.73).

Hoje a Amazônia não pode mais ser caracterizada apenas como a fronteira móvel da frente de expansão econômica. É um território mais complexo e urbanizado onde atuam interesses globais que atribuem um novo significado geopolítico como a grande fronteira do capital natural. Ademais, no âmbito regional, essa fronteira se diversificou em frentes especializadas de economia avançada e cuja característica comum é a consolidação do povoamento, sobretudo nas áreas do Sudeste Paraense e no Mato Grosso. Ela deixou de ser "fronteira de expansão de forças exógenas para se tornar uma região inserida no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos atores" (BECKER, 2005, p.82). É nesse processo de consolidação de povoamento que, na primeira década deste século, os estados amazônicos, com exceção de Rondônia, foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional dentre todos os outros estados da federação (Figura 2.3).

Ainda que caracterizada como uma "floresta urbanizada" (BECKER, 2005), quando observada em termos da configuração de sua rede hierárquica urbana, verifica-se uma rede de baixa densidade de ocupação, acompanhada por bolsões de concentração urbano-industrial com subespaços diversificados (áreas dinâmicas *versus* estagnadas, áreas integradas *versus* isoladas) (SIMÕES ET AL., 2012). Segundo IBGE (IBGE, 2007), no estado do Pará, a rede urbana organiza seu território em torno da influência de uma metrópole de nível C (Belém) e duas capitais regionais de nível C (Marabá e Santarém). Este contexto diz respeito apenas à configuração momentânea da hierarquia. Entretanto, segundo modelos desenvolvidos a partir de projeções sobre indicadores econômicos e demográficos tendo como cenário prospectivo o ano de 2020 (SIMÕES ET AL., 2012), a rede apresenta um quadro em evolução onde Belém se mantém como a principal área de influência do estado, seguida pelos municípios de Marabá, Santarém, Ananindeua e Barcarena. Estes municípios polarizam a dinâmica urbana estadual, intensificando seus papéis no decorrer do período analisado.

Figura 2.3 - Taxa média geométrica de crescimento demográfico anual entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Atlas do Censo Demográfico de 2010

Neste contexto regional de consolidação de povoamento e de intensificação de importância das capitais regionais na hierarquia urbana do Pará, destacam-se as cidades de Marabá e Santarém como foco de interesse da investigação dos processos de crescimento urbano. Ambas as cidades tem importância regional, organizando uma ampla rede de localidades em seu entorno. Apesar de ambas estarem dentro do que se denomina "cidades médias", importantes diferenças marcam suas trajetórias. Historicamente, os núcleos urbanos foram as

pontas de lança para a ocupação do território amazônico, apoiando as incursões fluviais como entrepostos para a circulação nos grandes rios. Devido à falta de condições em relação à acessibilidade e escassez de recursos econômicos e políticos, as cidades cresceram através de surtos que eventualmente cessam e acabam imprimindo ciclos de dinamismo e estagnação que deixam marcas em suas estruturas espaciais. Neste sentido, é importante reconhecer a cidade não apenas como uma centralidade em uma rede hierárquica, mas como processos materializados no espaço em função das condições naturais e diferenciações sociais (BECKER, 2013 p.21).

Santarém, a antiga aldeia do Tapajós, já por volta de 1830 conquistara a posição de maior centro urbano da região em que está inserida funcionando como um relevante ponto de articulação entre o Amazonas e o Pará. Exercia desde então o comando simbólico militar e religioso de uma vasta região (PEREIRA, 2004 p.80). Assim como na história de quase todas as aglomerações amazônicas, também é fruto de diversos surtos econômicos, como os do cacau, borracha, juta, madeira, ouro e gado atuando como grande centro exportador e garantindo o escoamento dos produtos extrativos em áreas interiores. Hoje, é a terceira cidade mais populosa do Pará, um importante porto e centro de referência para um conjunto de resíduos urbanos subordinados. A cidade cresceu com o plano de asfaltamento da estrada BR-163 Cuiabá-Santarém em função da chegada da frente agropecuária e busca gerar novos elementos de dinamismo econômico como a mineração de bauxita e instalação de centros de ensino superior, aproveitando a sua posição favorável de articulação das porções orientais e ocidentais da Amazônia (BECKER, 2013 p.53-54).

Assim como Santarém, Marabá também tem sua história pontuada por surtos econômicos ainda que seu desenvolvimento tenha se dado mais tardiamente. Seus primórdios estão associados à expansão de uma frente pastoril que avançava pelas terras do norte de Goiás e Maranhão. Aos finais do século XIX, esta frente elege a foz do rio Itacaiúnas como sítio para instalação de um *Burgo Agrícola* que rapidamente desapareceria e com ele entrariam em longa hibernação os sonhos agropecuários dos colonizadores para só ressurgirem muito depois, com nova feição (VELHO, 1972, p.34). Seguiram-se até meados do século XX ciclos extrativistas de caucho e castanha que acabaram por estabelecer uma oligarquia firmada pela progressiva apropriação de terras facilitada por sua posição na hierarquia administrativa. Esta oligarquia exerce poder absoluto sobre o município até que ao final dos anos 60, quando a extraordinária expansão do capital experimentada pelo país e a centralização governamental

interfere radicalmente nas estruturas políticas e econômicas lá estabelecidas (EMMI, 1999). A partir daí, Marabá entra em um ciclo de profunda transformação onde o Estado Nacional passa atuar diretamente dentro de um contexto de política intervencionista declarando o território como área de defesa nacional em função do desenvolvimento do Projeto Grande Carajás. Neste novo contexto, acirram-se os conflitos por terra opondo-se grupos de trabalhadores recém-chegados e grupos de moradores antigos. No plano urbanístico, uma série de projetos de expansão e ordenação da cidade são desenvolvidos dentro de uma perspectiva de planejamento centralizado. Muitos deles acabam sendo parcialmente aplicados ao lado de processos de expansão urbana por ocupação informal não controlada.

Tabela 2.1 - Taxa média geométrica de crescimento demográfico anual² de Marabá e Santarém

<i>Período</i>		<i>1970/1980</i>	<i>1980/1991</i>	<i>1991/2000</i>	<i>2000/2010</i>
Marabá	População Total	9,36	6,82	3,46	3,35
	População Urbana	11,10	8,50	3,06	3,32
Santarém	População Total	3,57	2,98	-0,11	1,16
	População Urbana	6,16	4,45	0,38	1,48

Fonte: Censos demográficos, IBGE. Elaboração própria.

Nas últimas quatro décadas, tanto Marabá como Santarém apresentaram altas taxas de crescimento demográfico. É exatamente na década de 70 que estas cidades experimentam seus maiores incrementos populacionais coincidindo com o período da política expansionista induzida pelo Estado Nacional. Marabá persistiu no período com altas taxas de crescimento, nas últimas duas décadas seguiu apresentando taxa média de crescimento anuais superiores a 3%. Santarém por outro lado, nunca chegou a apresentar uma pressão tão intensa como Marabá. Suas trajetórias se diferenciam em função do contexto histórico e geográfico em que se inserem como já brevemente apresentado. Ainda assim, nas décadas de 70 e 80, o crescimento de sua população urbana foi intenso chegando a patamares superiores a 4%. Nas últimas duas décadas, Santarém passou a ter taxas inferiores à média do estado do Pará, o que demonstra o arrefecimento da pressão migratória na cidade (Tabela 2.1). Segundo o censo demográfico de 2010, Santarém contava na ocasião com uma população total de 295 mil

² As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (P_t) e a população no começo do período considerado (P_0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período. Formalmente, $r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] * 100$

habitantes, sendo 215 mil vivendo em áreas urbanas. Marabá apresentava uma população de 234 mil habitantes, com 186 mil vivendo em áreas urbanas.

Atualmente, a compreensão do contexto de crescimento urbano destas cidades passa pela análise das condições macroeconômicas e das dinâmicas locais influenciadas pelos atores econômicos que atuam na região. O relato extraído do relatório da missão de campo ocorrida na cidade de Marabá em 2012 (MONTE-MOR ET AL, 2012) conduzida pela equipe de pesquisadores do projeto UrbisAmzônia permite vislumbrar o cenário atual no qual se encontra a dinâmica do mercado de terras em Marabá. Segundo os pesquisadores:

Via de regra observa-se migração de ativos de setores como a pecuária e exploração madeireira para o mercado imobiliário. Além disso, são oferecidas condições facilitadas de pagamento, e padrões variáveis de oferta de infraestrutura, conforme o público alvo. A produção de habitação de interesse social pelo poder público através de programas federais ainda é insuficiente, e também acompanha as dinâmicas de conversão de terras rurais corrente em cada cidade, mantendo o padrão de oferta de lotes ou habitação mais baratas e distantes para os mais pobres. Há articulação entre atores (política, econômica, financeira) na produção de novos empreendimentos, com casos frequentes de ampliação de perímetro urbano e descumprimento de determinações dos planos diretores e eventualmente da legislação ambiental brasileira, para produção de novos loteamentos, cujos lotes são adquiridos para construção de novas moradias, mas também para especulação com terra urbana. Essa estratégia resulta no espraiamento das cidades agravado pela ausência quase total de transporte público. (MONTE-MOR ET AL, 2012, p.9)

Já no caso de Santarém, a dinâmica parece ser distinta. As pressões por expansão da área urbanizada existem, mas ao que parece não na mesma intensidade que observado em Marabá. De certa forma os próprios números relativos ao crescimento demográfico já apontam para esta situação. Apesar disso, o que parece ser uma característica diferenciadora entre as duas cidades é a relação mais funcional que a população urbana de Santarém mantém com seu entorno rural. Segundo a pesquisa desenvolvida por Cortês (2012):

Por apresentar um processo de urbanização antigo, Santarém tem uma dinâmica urbana semelhante ao cenário nacional, mais do que a do próprio estado ou região Norte. A taxa de crescimento da população urbana reduziu-se de tal maneira que já alcançou a mesma do Brasil. Mas do ponto de vista do espaço rural, Santarém apresenta um perfil que destoa tanto das tendências nacionais, como das demais áreas de estudo. Foi a única, dentre as três, que apresentou taxa de crescimento populacional positiva para o rural na

década de 2000, se assemelhando muito mais com o quadro da região Norte. O mesmo ocorre quando analisamos a proporção da população que vive no espaço rural. O município tem alta diversidade nas atividades rurais, desde soja e gado à produção de alimentícia, onde a agricultura familiar ainda é fortemente presente no rural. (CORTÊS, 2012 p. 63-64)

As características apresentadas por estas duas cidades, a especificidade dos contextos geográficos e históricos em que se inserem, juntamente com os processos de expansão e crescimento diferenciados a que estão submetidas, as tornam espaços laboratórios privilegiados no contexto da urbanização brasileira para avaliar o comportamento das dinâmicas de conversão da terra para uso urbano. Partindo do referencial teórico apresentado, sob a luz dos contextos descritos anteriormente, buscaremos estabelecer uma leitura empírica da evolução destas cidades no que se refere as suas dinâmicas de expansão urbana e os processos de conversão de uso da terra em usos urbanos. Para isso, introduziremos métodos de leitura do território apoiados por técnicas de sensoriamento remoto e geocomputação.

2.2.2 Metodologia

Na análise das cidades de Santarém e Marabá, utilizamos duas metodologias complementares com o objetivo de caracterizar os processos de transição de usos para usos urbanos nas franjas da cidade. A primeira baseia-se no trabalho desenvolvido por Angel *et al.* (2011) que busca caracterizar as estruturas urbanas em relação à configuração da mancha urbana em diferentes momentos e também, nas formas como elas evoluem entre períodos. Esta abordagem reconhece que a configuração espacial da área urbanizada é resultado de processos dinâmicos de conversão de outros usos da terra para usos urbanos. Assim, cidades mais ou menos compactas, com ou sem processos de expansão descontínua seriam resultantes desta dinâmica de incorporação de terras derivadas, sob o enfoque do mercado, do ambiente macroeconômico e da pressão por crescimento populacional das quais se associam as expectativas de ganhos por parte dos investidores. A segunda metodologia utilizada baseia-se em estudos como os de Luck e Wu (2002), Zhang *et al.* (2004) e Herold *et al.* (2002). Nela, além de analisar a estrutura urbana a partir do cálculo de métricas de paisagem e suas distribuições espaciais, analisam-se os outros usos desenvolvidos em seu entorno. Entende-se que diferentes usos apresentam diferentes potenciais de conversão para uso urbano, este potencial deriva da relação entre expectativas de ganhos e valor de produção dos usos corrente. Estas abordagens

se complementam e aportam uma nova estratégia analítica ao entendimento dos processos de expansão urbana a partir de dados secundários, uma vez que nem sempre é possível acessar dados confiáveis e abrangentes sobre as transações comerciais.

Partimos agora para a descrição da primeira parte da metodologia. Primeiramente isolam-se das imagens de sensoriamento remoto através de processamento digital de imagens as áreas efetivamente ocupadas por construções ou impermeabilizadas atribuindo-as a classificação *construído*. Neste caso utilizam-se classificações supervisionadas baseadas em pixel³. Isolam-se também os corpos d'água e, aos outros usos, designa-se uma categoria genérica de usos *não urbano*. Assim é realizado para imagens obtidas em diferentes momentos permitindo analisar três atributos da estrutura espacial urbana: **extensão** da área urbanizada medida pelo total de área construída, incluindo aí também os espaços abertos capturados pelas áreas urbanizadas; **fragmentação**, ou desenvolvimento disperso, medido tipicamente através da quantidade relativa de espaços abertos que estão fragmentados por expansões não contíguas das cidades e **compacidade**, ou nível em que a configuração espacial da mancha urbana se aproxima de um círculo em contraposição a uma forma tipo tentáculos. Ademais, são calculadas também as métricas de evolução da área urbanizada entre períodos intertemporais. Neste caso, busca-se avaliar se a expansão se deu por um processo de **preenchimento** definido como todos os novos desenvolvimentos em 'área urbanizada' que ocorrerem entre dois períodos em áreas abertas anteriormente circundadas pela mancha urbana; **extensão** entendido como novos desenvolvimentos de espaço aberto externos contíguos à mancha urbana e **leapfrog**⁴ definido como todo o novo desenvolvimento que ocorre em áreas não contíguas a mancha urbana.

O procedimento detalhado se inicia com a aplicação de uma tipologia aos pixels classificados como *construídos (built-up)* e *espaço aberto*. Definem-se pixels construídos em três tipos a partir de uma consulta espacial em sua vizinhança circular de 1km². Os tipos resultantes são: urbano (A) - todos os pixels classificados como *construídos* que apresentem em sua vizinhança a maioria de pixels da mesma classe; periurbano⁵ (B) - todos os pixels classificados como *construídos* que apresentem entre 50% a 10% de pixels da mesma classe

³ Pixel é a unidade básica que constitui uma imagem digital, ou seja, é o menor elemento que se pode observar. Em imagens de sensoriamento remoto, o tamanho do pixel é associado ao nível de resolução espacial da imagem. Em imagens LANDSAT, esta extensão corresponde a uma área quadrada de 30mX30m.

⁴ expansão descontínua da mancha urbana, na tradução literal "salto de rã"

⁵ A metodologia de Angel *et al.* (2011) atribui a este tipo a denominação *suburban* (suburbano). A fim de evitar que se estabeleça uma relação direta ao padrão de desenvolvimento dos subúrbios norte-americanos, optamos por designar estes pixels como periurbanos, evidenciando mais sua posição geométrica do que tipologias urbanísticas.

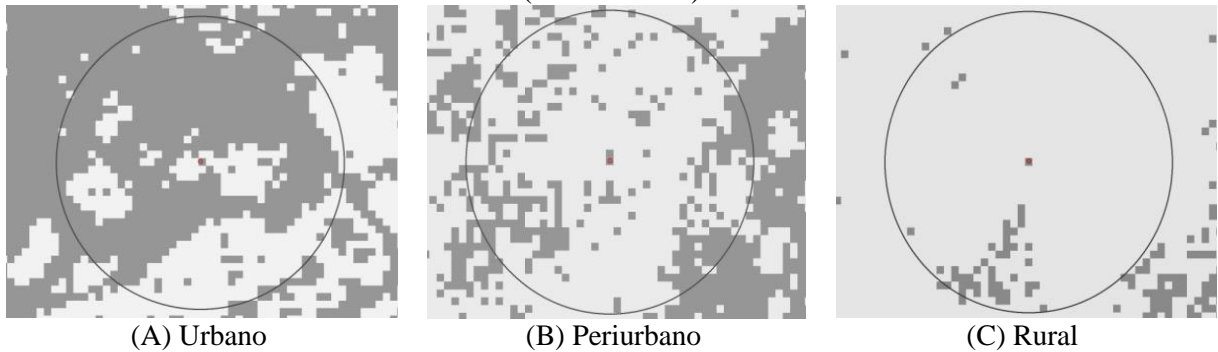
em sua vizinhança; e rural (C) - todos os pixels classificados como construídos que apresentem menos de 10% de pixels da mesma classe em sua vizinhança (Figura 2.4).

Em seguida, tipificam-se os pixels classificados como *espaços abertos* próximos aos pixels construídos. Três tipos de *espaços abertos* são definidos: franja - todos os pixels classificados como espaço aberto que se localizam a uma distância de 100 metros de pixels do tipo urbano e periurbano; espaço aberto capturado - todos os agrupamentos de pixels classificados como espaço aberto que se encontram completamente rodeados por pixels da classe construído ou de pixels do tipo franja e que tenham área menor do que 200 hectares; exterior - todos os pixels classificados como espaço aberto do tipo franja a menos de 100 metros dos pixels espaço aberto restantes, ou seja, são os espaços abertos que circundam toda a aglomeração urbana.

Como resultado, são gerados mapas temáticos e um conjunto de estatísticas relativas à extensão de cada uma das classes calculadas em número de pixels ou em unidade de área. Os resultados permitem avaliar a evolução da área urbanizada e seu nível de espraiamento. Estas informações permitem avaliar a velocidade com que a conversão de terras para usos urbanos vem ocorrendo e também se esta evolução vem se dando na forma de expansões contíguas ou pulverizadas indicando a dinâmica do mercado de terras nas franjas das aglomerações urbanas.

Retomando o modelo teórico de Capozza e Helsley (1989), estas dinâmicas devem estar influenciadas pelos quatro elementos aditivos da composição dos valores da terra urbana. Neste sentido, podemos associar às tendências a dispersão urbana a condições (des)favoráveis em relação a cada componentes, e no caso de cidades dinâmicas, sobretudo ao peso do prêmio pelo crescimento. Analisando-se isoladamente cada componente, podemos intuir que a tendência de espraiamento urbano é: 1) tanto menor quanto maior o valor da renda da terra agrícola; 2) tanto menor quanto maior o custo de conversão em terra urbanizada; 3) tanto menor quanto maior for o custo do transporte, entendendo que este aumenta proporcionalmente com a distância da área central da cidade e por fim; 4) tanto maior quanto maior for o valor da expectativa de incremento de renda futura, este como função das pressões demográficas.

Figura 2.4. Ilustração sobre os contextos de classificação de pixels do tipo *construído* (cinza escuro)



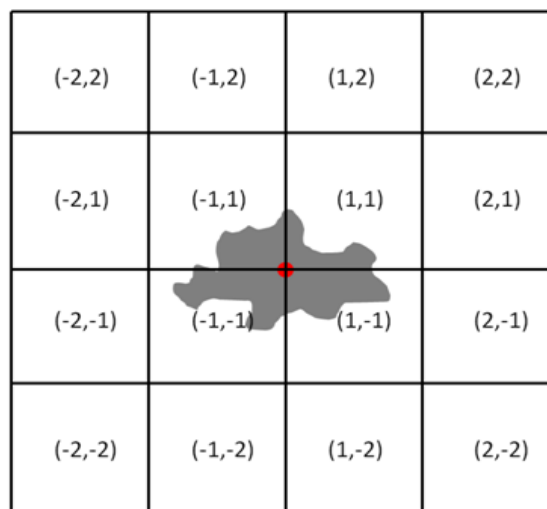
Fonte: Measuring Spatial Patterns and Trends in Urban Development (PARENT, CIVCO, ANGEL, 2009)

A análise baseada em classificação por pixels nos dá indicações sobre as tendências de dispersão das áreas urbanas, porém, da forma como estão definidas, elas não nos trazem informações sobre o contexto de uso da terra sobre o qual elas se dão. Na medida em que se espera haver influência do valor da renda da terra agrícola sobre estas tendências, é desejável que possamos identificar estes usos. Além disso, se pudéssemos ter indicações sobre a distribuição espacial destes potenciais de conversão em relação à distância ao centro principal da aglomeração, poderíamos ainda avaliar o fator acessibilidade no diagnóstico aumentando o número de atributos representados para compor a análise baseada nos quatro componentes aditivos do valor da terra urbana.

Neste sentido, propomos uma extensão à metodologia baseada em pixels por meio da incorporação explícita de usos não urbanos na elaboração de gradientes calculados sobre métricas de paisagem. A utilização de gradientes urbano-rural foi inicialmente proposta na perspectiva de estudos ecológicos dos efeitos da urbanização no ambiente e sua variação espacial (MCDONNELL; PICKETT, 1990). No nosso caso, nos apropriamos desta ferramenta em outra perspectiva. Também de certo modo buscamos compreender a influência que a proximidade a uma centralidade exerce sobre os usos em seu entorno, mas delimitamos esta leitura a partir das interferências que esta proximidade tem no processo de valorização da terra em perspectiva dinâmica. Em outras palavras, definimos a partir desta proximidade e do uso que se faz da terra em determinado momento T_0 um potencial de conversão para uso urbano em um momento T_1 a luz das condições de crescimento demográfico a que a cidade está inserida.

A aplicação desta segunda etapa metodológica requer como dado de entrada imagens classificadas em diferentes usos não urbanos e coberturas, tais como atividades agrícolas e coberturas vegetais. Com isso, podemos associar uma ideia de valor de renda da terra agrícola em função de seu uso e avaliar as expansões urbanas e suas coincidências com determinado padrão. A diversidade de padrões espaciais no entorno das aglomerações urbanas será capturada através de métricas de paisagens utilizadas dentro do campo da ecologia da paisagem (SAITO ET AL, 2011).

Figura 2.5. Grade regular em espaço cartesiano com origem no centro da aglomeração urbana



Fonte: Elaboração própria

As métricas de paisagem informam sobre o nível de homogeneidade ou heterogeneidade de usos no entorno das áreas urbanas e também o nível de complexidade deste mosaico buscando indicações sobre os agentes que atuam nesta configuração. Estes agentes são importantes para a compreensão da relação das centralidades urbanas com seu urbano estendido. Para que se possam calcular as métricas de paisagem é preciso estabelecer unidades de observação básicas as quais serão caracterizadas por seu nível de heterogeneidade e complexidade dos padrões espaciais de uso. Há que se reconhecer a perspectiva descritiva que muitas vezes caracteriza os estudos em ecologia da paisagem a partir das métricas de fragmentação, forma, conectividade. A utilização destas métricas nos estudos de economia urbana, apesar de promissora, não garante que se alcance a visão sistêmica preconizada dentro da perspectiva da Ecologia da Paisagem. Aqui, interessa-nos compreender a intensidade do uso, através das medidas de área de cada uso no entorno urbano em termos totais, e também em termos de tamanho médio de cada fragmento. Além disso, o nível de complexidade da paisagem em

termos da mistura de diferentes usos, e do arranjo espacial no sobre o qual eles se organizam. Para alcançar este objetivo, a proposta se baseia na construção de uma grade regular definida com o ponto de origem na localização do centro principal da aglomeração (Figura 2.5). A partir deste suporte celular é possível calcular os atributos da paisagem para cada célula em função do mosaico de uso nela contido. Além disso, é possível também aferir como esses atributos se distribuem no espaço cartesiano tendo o centro principal da aglomeração como origem.

Propõe-se a caracterização do entorno utilizando para isso a metodologia de classificação de paisagem baseados em sistemas de mineração de padrões espaciais (SAITO ET AL, 2011; SILVA ET AL, 2008). Dentro do amplo conjunto de métricas existentes nestes sistemas, utilizaremos quatro métricas para a descrição dos contextos de usos no espaço celular. Para cada uso identificado e cada célula, são calculadas as seguintes métricas de paisagem:

- a) **Área da classe (CA - class area)** - Corresponde ao total da área em hectares da classe de uso em cada célula. Trata-se de medida de interpretação direta que traduz a intensidade do uso na unidade de análise indicando. Sua unidade dimensional é medida em hectares.
- b) **Tamanho médio de fragmento - (MPS - Mean Patch Size)** - Calculado a partir da média aritmética simples do tamanho em área de cada fragmento da classe de uso presente na célula. Informa sobre a intensidade de uso e também nível de fragmentação do uso na célula. Sua unidade dimensional também é medida em hectares.
- c) **Densidade de bordas (ED - Edge Density)** - Medida de complexidade morfológica dos fragmentos do uso em cada célula. Informa sobre o nível de fragmentação da célula para determinado uso. Permite avaliar como o uso está organizado espacialmente, indicando a presença de vários ou poucos agentes na sua definição (alta ou baixa fragmentação). Pode estar associado também às características geomorfológicas do suporte quanto sua aptidão ao uso. Sua unidade dimensional é medida em termos da razão entre metros lineares por unidades de área em hectares.
- d) **Dimensão fractal média do fragmento (MPFD - Mean Patch Fractal Dimension)** Mede a irregularidade ou complexidade de forma dos fragmentos. MPFD se aproxima de 1, para manchas com formas muito simples, como círculos ou retângulos, e tende a 2 para manchas de formas mais complexas (SAITO ET AL, 2011, p.405). É calculado como a somatória das razões do logaritmo do perímetro e área de cada fragmento de uso

presente na célula. Complementa a leitura do índice de densidade de bordas e é adimensional.

Após a extração das métricas por classes de usos e coberturas da terra no espaço celular, sobrepõe-se a ele um conjunto de círculos concêntricos com centro definido no centro principal da cidade. Para cada círculo concêntrico, ou seja, para cada anel de distância, é possível calcular os valores médios encontrados em cada métrica. Estes valores médios são então utilizados para a construção dos gráficos de gradientes para cada momento no tempo (T) analisado. A sobreposição destes gradientes permite avaliar mudanças nos padrões de cobertura por intensidade e configuração espacial do uso em função da proximidade com a centralidade estabelecendo então uma leitura possível do contínuo urbano-rural na qual estes territórios estão organizados.

2.2.3 Dados utilizados e procedimentos

O estudo de caso foi desenvolvido para as cidades de Marabá e de Santarém localizadas no estado do Pará. Dois tipos de dados foram utilizados na elaboração das análises. O primeiro conjunto compõe-se de imagens LANDSAT obtidas junto ao *U.S. Geological Survey*, agência norte-americana responsável pela disseminação do acervo de imagens LANDSAT. Imagens de satélites LANDSAT 5 e 7 com nível de correção 1T *Standard Terrain Correction (Level 1T)*. A descrição das imagens utilizadas pode ser consultada na tabela 2.2. Composições coloridas em cores verdadeiras (Bandas 3,2 e 1) estão apresentadas no Apêndice A (Figuras A1 e A2).

Sobre as imagens foram aplicados procedimentos de classificação supervisionada utilizando o método da *distância de Mahalanobis* no ENVI 4.7. Este procedimento foi utilizado para identificação de três classes de uso: urbano (correspondente às superfícies impermeabilizadas); água (rios e outros corpos d'água) e não urbano (todos os outros usos não associados à classe urbano e água). Após a classificação das imagens, a matriz temática foi importada para o software SPRING 5.2.2 onde foi aplicado um procedimento de pós-classificação através da limpeza de pixels isolados de classe urbana (tolerância de agrupamentos mínimos de 8 pixels) e também de uma validação das áreas urbanas identificadas com auxílio de pesquisa por interpretação visual com apoio de imagens de alta resolução disponíveis no aplicativo on-line *GoogleEarth*. Depois de aplicado estes

procedimentos, a matriz foi exportada como arquivo imagem (extensão *img*) para o aplicativo ESRI ARCVIEW 9.3. Através do algoritmo de métricas de paisagem urbana *UrbanLandscapeAnalysis* (ULA) ⁶ desenvolvido pelo CLEAR ⁷ (*Universidade de Connecticut*), a imagem foi reclassificada de acordo com as classes de pixels urbanos e espaços abertos definidos na seção anterior. Além disso, foram geradas mais duas imagens intertemporais para cada cidade em análise contendo as categorias de expansão urbana para os períodos $[T_0 - T_1]$ e $[T_1 - T_2]$ como também descritos anteriormente.

Tabela 2.2 - Descrição das imagens de satélite utilizadas no estudo de caso.

Cidade	Sensor	Órbita/Ponto	Data de Aquisição
Santarém	LANDSAT-TM 5	227/62	03/08/1988 (T ₀)
	LANDSAT-TM 5	227/62	02/08/1999 (T ₁)
	LANDSAT-TM 5	227/62	29/06/2010 (T ₂)
Marabá	LANDSAT-TM 5	223/64	22/07/1988 (T ₀)
	LANDSAT-ETM 7	223/64	31/07/2000 (T ₁)
	LANDSAT-TM 5	223/64	17/08/2009 (T ₂)

O segundo conjunto de dados foi obtido junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e refere-se aos dados do projeto TerraClass (INPE, 2011). Objetivo do projeto é qualificar o desflorestamento da Amazônia legal, tendo por base as áreas desflorestadas mapeadas e publicadas pelo Projeto PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e imagens de satélite, apresenta os resultados do mapeamento do uso da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas mapeadas pelo PRODES até o ano de 2010. A partir de um termo de cooperação acertado entre o INPE e o grupo de pesquisa envolvido no Projeto UrbisAmazônia, a metodologia do Projeto TerraClass foi replicada para a situação de desmatamento encontrada no ano de 2000 para as cidades de Marabá e Santarém. Isso permitiu ter uma base de comparação entre as diferenças de cobertura da terra com o intervalo de uma década. As bases TerraClass para os anos de 2000 restringiram-se aos limites administrativos dos municípios em análise. Desta forma, apesar de reconhecer que parte da dinâmica do mercado de terras possa ocorrer em municípios vizinhos com fronteiras próximas à cidade sede, limitamos nossa análise a este recorte espacial em função da cobertura de informação disponível. Os dados TerraClass foram acessados já em

⁶ Plugin disponível para download em <http://clear.uconn.edu/tools/>

⁷ Center for Land Use Education and Research

formato vetorial (polígonos) delimitados para um conjunto de classes. As classes utilizadas neste trabalho estão assim definidas (INPE, 2011):

- a) **Agricultura Anual** - Áreas extensas com predomínio de culturas de ciclo anual, sobretudo de grãos, com emprego de padrões tecnológicos elevados, tais como uso de sementes certificadas, insumos, defensivos e mecanização, entre outros.
- b) **Mosaico de Ocupações** - Áreas representadas por uma associação de diversas modalidades de uso da terra e que devido à resolução espacial das imagens de satélite não é possível uma discriminação entre seus componentes. Nesta classe, a agricultura familiar é realizada de forma conjugada ao subsistema de pastagens para criação tradicional de gado.
- c) **Área Urbana** - Manchas urbanas decorrentes da concentração populacional formadora de lugarejos, vilas ou cidades que apresentam infraestrutura diferenciada da área rural apresentando adensamento de arruamentos, casas, prédios e outros equipamentos públicos.
- d) **Pasto Limpo** - Áreas de pastagem em processo produtivo com predomínio de vegetação herbácea, e cobertura de espécies de gramíneas entre 90% e 100%.
- e) **Pasto Sujo** - Áreas de pastagem em processo produtivo com predomínio da vegetação herbácea e cobertura de espécies de gramíneas entre 50% e 80%, associado à presença de vegetação arbustiva esparsa com cobertura entre 20% e 50%.
- f) **Regeneração com Pasto** - Áreas que, após o corte raso da vegetação natural e o desenvolvimento de alguma atividade agropastoril, encontram-se no início do processo de regeneração da vegetação nativa, apresentando dominância de espécies arbustivas e pioneiras arbóreas. Áreas caracterizadas pela alta diversidade de espécies vegetais.
- g) **Vegetação Secundária** - Áreas que, após a supressão total da vegetação florestal, encontram-se em processo avançado de regeneração da vegetação arbustiva e/ou arbórea ou que foram utilizadas para a prática de silvicultura ou agricultura permanente com uso de espécies nativas ou exóticas.

No âmbito deste trabalho, as classes de uso do TerraClass foram requalificadas observando uma perspectiva da dimensão da renda potencial da terra obtida a partir de seus diferentes usos. Isso nos permitiu estabelecer uma ressignificação das classes no contexto dos modelos de economia urbana em que estamos nos apoiando, entendendo-as a partir de seu **potencial de conversão** do recurso “terra” em terra urbana. Foi associado a cada classe de uso e cobertura

um nível de potencial de conversão definidos como: baixo, médio e alto potencial de conversão. As classes foram assim mapeadas:

- a) **Baixo potencial de conversão** - uso da terra em atividade econômica intensiva em capital - classes TerraClass: **pasto limpo** e **agricultura anual**.
- b) **Médio potencial de conversão** - uso da terra em atividade econômica pouco capitalizada - classes TerraClass: **mosaico de ocupações** e **pasto sujo**.
- c) **Alto potencial de conversão** - uso da terra sem atividade econômica (pode ser interpretado como *proxy* de reserva de terra) - classes TerraClass - **regeneração com pasto e vegetação secundária**.

Uma vez acessados os dados da base TerraClass para os anos de 2010 e 2000, cada um dos usos identificados foram isolados, gerando uma coleção de bases vetoriais (em formato *shapefile*) para cada uso e para cada ano. Este conjunto de dados foi então importado para o software TerraView 4.0.0. No TerraView geraram-se as camadas celulares definidas a partir de cada usos. As células quadradas foram definidas com dimensões regulares para todos os usos com extensão de 6,25 Km², ou 2,5 Km de aresta. O tamanho da célula se deu em função da leitura da complexidade de usos contidos no entorno das áreas urbanas. O critério foi adotado como a resolução espacial adequada para capturar a presença de usos fragmentados que caracterizam as áreas periurbanas, garantindo na medida do possível a leitura sobre áreas caracterizadas por extensões mais homogêneas e regulares de uso.

Geradas as camadas celulares, utilizamos o aplicativo GeoDMA 0.2.1(KORTING ET AL, 2008)⁸ para cálculo das métricas já definidas anteriormente. Dessa forma, foram geradas camadas de dados celulares para cada uso e para cada ano contendo as medidas calculadas a partir da intersecção das células com os polígonos extraídos da base TerraClass. Seguiu-se a este procedimento a geração dos círculos concêntricos que determinaram a origem das medidas de distância para os cálculos dos gradientes. Definiu-se um alcance máximo de 100Km com intervalos a cada 5Km para o cálculo dos gradientes. A localização do ponto de origem foi determinada no lugar do centro comercial principal da cidade, em Marabá, próximo à foz do rio Itacaiúnas e em Santarém as margens do Tapajós no local denominado Praça do Pescador.

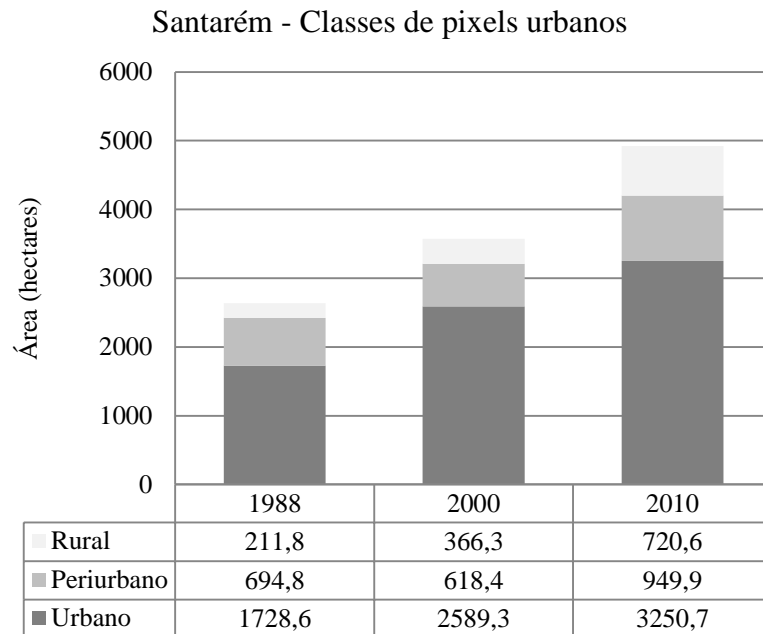
⁸ **GeoDMA 0.2.1.** São José dos Campos, SP: INPE, 2011. Available at <http://www.dpi.inpe.br/geodma>.

2.2.4 Resultados

Os resultados alcançados após a aplicação dos procedimentos metodológicos detalhados nas seções anteriores demonstraram de modo geral sensibilidade para capturar as dimensões dos processos de expansão urbana das cidades em análise. Também permitiram a descrição de suas estruturas urbanas no que se refere às dimensões de interesse para esta pesquisa. Indicaram haver diferenças significativas entre as duas cidades no que se refere aos padrões de expansão apesar das suas semelhanças em termos de porte populacional e importância na rede hierárquica urbana. Em termos gerais, Santarém apresenta uma estrutura mais compacta se comparada ao nível de dispersão de Marabá apesar de ambas apresentarem extensões de áreas urbanas bem próximas de aproximadamente 50Km² cada uma.

Avaliando-se as distribuições das classes dos pixels urbanos (Apêndice A - Figura A3), percebe-se que em Santarém, nas últimas três décadas, predomina a categoria "*urbano*" indicando que neste nível de resolução, as áreas construídas tendem a se localizar em contexto de maior densidade de ocupação. Ao final da década de 80, 66% das áreas construídas estavam assim classificadas. Durante a última década do século passado, mesmo com a expansão da área urbanizada em aproximadamente 900 ha, a cidade intensificou a tendência à compactação, chegando a atingir 72% de sua área urbanizada na categoria "*urbano*". Já na primeira década do deste século, esta tendência parece sofrer uma pequena reversão, voltando a atingir patamares de semelhantes ao do primeiro período analisado, sobretudo em função de uma maior participação de áreas urbanizadas mais isoladas classificadas como "*rurais*" que chegam a representar cerca de 15% da mancha urbanizada (Figura 2.6). Este padrão de evolução pode ser visualizado quando avaliamos os mapas intertemporais calculados sobre as expansões (Apêndice A - Figura A5). Em termos quantitativos, na primeira década analisada, prevalece o padrão de crescimento por extensão. Neste período, apenas 15% dos novos desenvolvimentos da mancha urbana se deu de forma descontínua. No segundo período, a cidade amplia sua área construída em cerca de 13Km², porém agora, a participação dos desenvolvimentos descontínuos do tipo *leapfrog* é substancialmente maior, contribuindo com mais de 40% no crescimento total da mancha urbana (Figura 2.7).

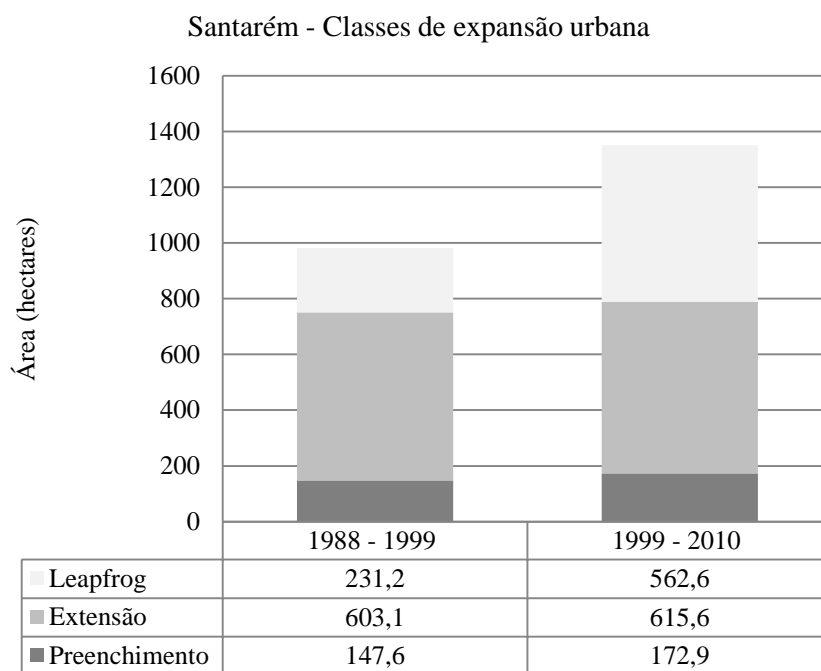
Figura 2.6 - Distribuição das classes de pixels "urbano" para Santarém



Fonte: Elaboração própria

Parece haver, portanto, uma mudança na dinâmica do crescimento da cidade após a virada do século, especificamente na tendência de surgimento de áreas isoladas em partes rurais, com a manutenção dos processos de crescimento contínuo e gradual da mancha urbana principal.

Figura 2.7 - Distribuição das classes de expansão urbana para Santarém

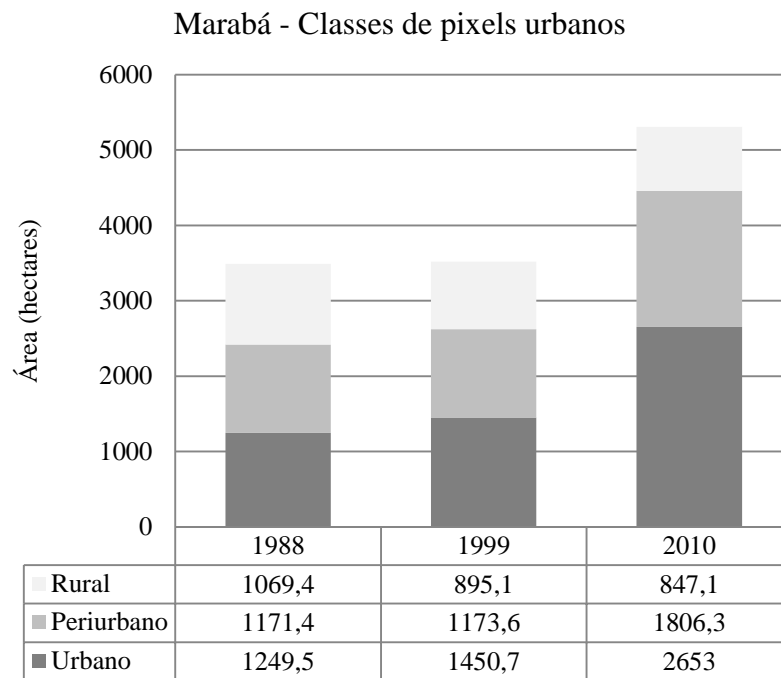


Fonte: Elaboração própria

A cidade de Marabá, diferentemente de Santarém, apresenta nos três momentos avaliados, um padrão mais disperso de desenvolvimento. Isso já era esperado dado à característica da configuração da estrutura urbana da cidade que reconhecidamente apresenta três núcleos de desenvolvimento separados pelos rios que cortam a cidade. Em 1988, a cidade ocupava uma área de cerca de 35Km², com desenvolvimentos isolados, periurbanos e concentrados contribuindo de maneira equilibrada para este total. Ao fim do primeiro período, não houve mudança significativa no total da área ocupada pelos novos desenvolvimentos urbanos, porém já se observa uma tendência à compactação da mancha urbana com a diminuição dos desenvolvimentos em áreas isoladas e aumento da mancha contínua (Apêndice A – Figura A4). Isso indica que as ocupações descontínuas que se observavam em 1988 não se localizavam muito distante da mancha urbana principal e que as novas áreas incorporadas se deram nas franjas destas manchas, integrando estes desenvolvimentos descontínuos ao tecido periurbano e ampliando também as áreas contíguas (Figura 2.8).

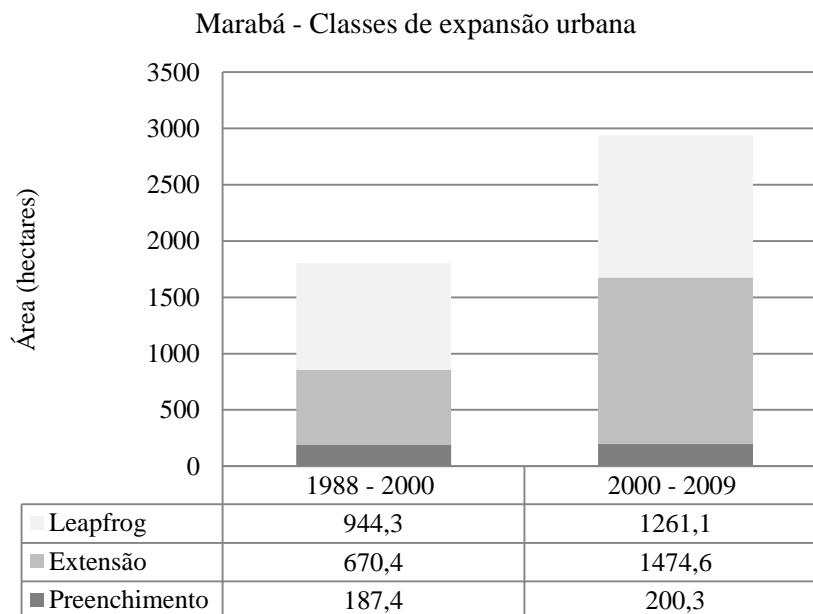
É no segundo período, porém que a cidade experimenta um considerável crescimento, aumentando sua área urbanizada em mais de 17Km². Este crescimento se deu, sobretudo, nas áreas contíguas a mancha urbana e nos contextos periurbanos. (Apêndice A – Figura A6) Ao final do período, as áreas isoladas representavam menos cerca de 15% do total da área da cidade. Por outro lado, observando o contexto onde se deram as novas ocupações, percebemos que nas duas décadas analisadas, expansões descontínuas sempre representaram um componente importante na dinâmica da cidade (Figura 2.9). Para ser mais exato, no primeiro momento o padrão *leapfrog* de crescimento prevaleceu sobre os outros dois contribuindo com mais de 50% do total de novas ocupações. No segundo período, de maior expansão, sua contribuição cai, mas ainda totaliza mais de 40% das novas áreas ocupadas. Considerando o panorama representado por estes números, podemos dizer que Marabá tende a uma concentração polinucleada, caracterizada pela presença não de pequenas ocupações isoladas, mas com a existência de diversos núcleos surgidos em processos de crescimento descontínuo em momentos anteriores, e que hoje se expandem ampliando suas áreas. Ao lado destes processos, ainda se observa o surgimento de novos núcleos, porém, ao que parece, estes núcleos já surgem criando contextos periurbanos, de média densidade de ocupação indicando a presença de agentes com capital mais intensivo na conversão do uso da terra em áreas urbanas.

Figura 2.8 - Distribuição das classes de pixels "urbano" para Marabá



Fonte: Elaboração própria

Figura 2.9 - Distribuição das classes de expansão urbana para Marabá



Fonte: Elaboração própria

Se pudéssemos resumir os processos de expansão observados na última década para Santarém e Marabá, diríamos que para o primeiro caso, há uma tendência de ampliação por extensão

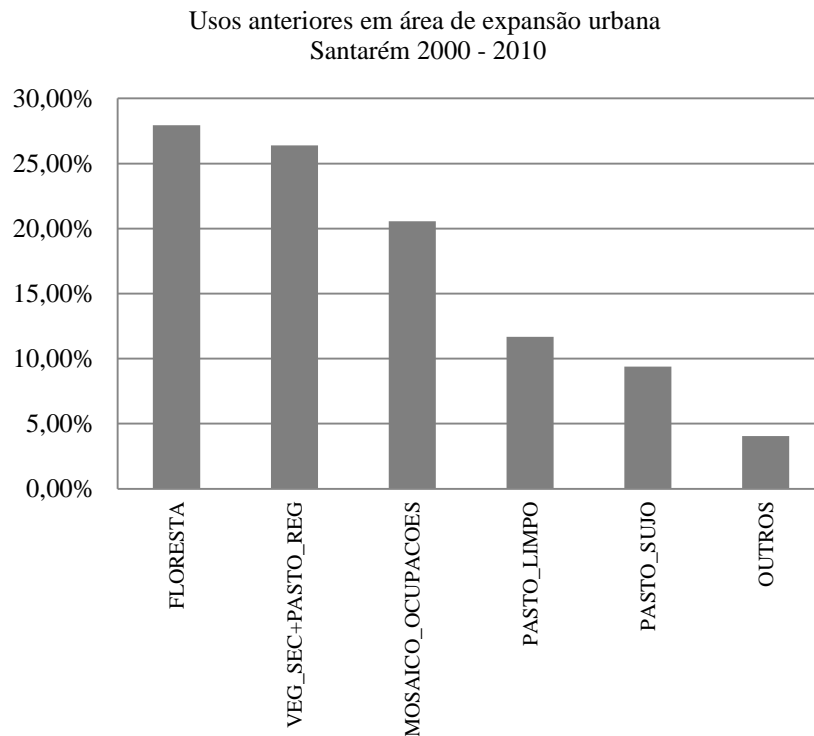
contígua de um aglomerado urbano compacto ao lado do surgimento de núcleos *rurais* isolados com baixa densidade de ocupação. No segundo caso, há uma tendência de expansão em um contexto polinucleado, onde estes núcleos se desenvolvem e expandem em contextos de média a alta densidade de ocupação sem que se observe o surgimento significativo de núcleos isolados de baixa densidade de ocupação.

Os padrões de expansão urbana descritos pelas análises baseadas em *pixels* podem ser mais bem contextualizados quando combinados com a abordagem baseada em células que inclui a informação dos usos da terra anteriores à expansão das áreas de urbana detectadas. Em termos gerais, também neste caso, apesar das semelhanças já indicadas entre Santarém e Marabá, os contextos de uso sobre os quais se deram estas expansões são bastante diversos. Infelizmente não temos acesso aos dados de usos no primeiro período analisado anteriormente, forçando-nos a focar especificamente nos desenvolvimentos apresentados na última década.

Analisando de modo agregado, a maior parte das expansões de Santarém se deu sobre áreas de floresta. Muito provavelmente estas áreas, apesar de classificadas com cobertura florestal, devem representar florestas já de certa forma degradadas em função da proximidade com o centro urbano. Quase que com a mesma intensidade, foi o avanço das áreas urbanas sobre os usos considerados de alto potencial de conversão, áreas abandonadas ou com uso de baixa intensidade, regeneração com pasto e vegetação secundária. Somadas a classe floresta, estes três usos representam mais da metade das áreas sobre as quais se deram as expansões de Santarém. A observação dos gradientes calculados (Apêndice A - Figura A7 a Figura A18) para estes usos ajuda a compreender a trajetória destes usos no espaço do planalto santareno, indicado uma diminuição e maior fragmentação das áreas florestadas como no entorno imediato da aglomeração e avanço dos usos de altos potenciais de conversão para áreas mais distantes ao centro.

As expansões restantes se distribuem entre áreas de pastagem no entorno (Figura 2.10). Um fato importante destacar é que em 2000, as interpretações das imagens geradas pelo TerraClass não apontaram existência das áreas com agricultura anual, cobertura com área significativa de incidência no ano de 2010. De modo geral, estes valores estão de acordo com o que preconizávamos quando estabelecidos os potenciais de conversão. Assim, a classe floresta neste caso poderia ser compreendida como espécie de reserva de terra para expansão, ainda que maiores aprofundamentos sejam necessários para caracterização deste mecanismo.

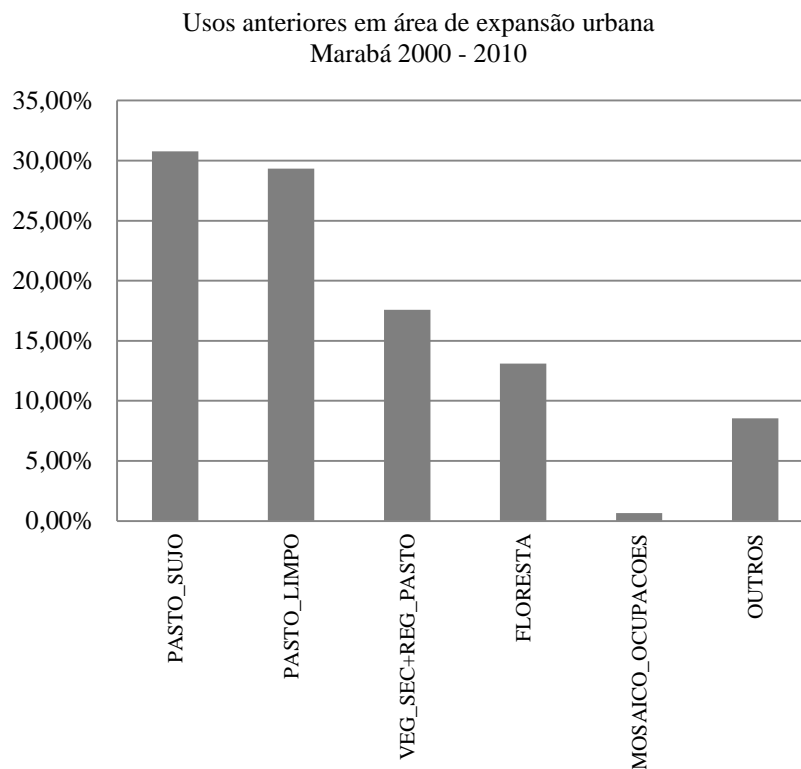
Figura 2.10 - Usos em áreas de expansão de Santarém



Fonte: INPE - TerraClass 2010 - 2000. Elaboração própria.

Em Marabá observa-se um comportamento diverso, com as maiores expansões, cerca de 60% da área, acontecendo em áreas de pastagem. Praticamente metade destas expansões se deu em áreas de pastos sujos e metade em áreas de pasto limpo. As expansões sobre áreas de alto potencial de conversão representaram apenas 17% e sobre florestas cerca de 13%. Isso nos dá indicações de que os processos que a cidade vêm experimentando na última década devam ser diferentes dos observados para a cidade de Santarém. Quando combinados com os resultados obtidos anteriormente, pode-se estabelecer uma hipótese de que as conversões em Marabá se dão de maneira mais estruturada, havendo conversão de glebas maiores e com investimentos mais intensivos do que em Santarém. O fato de que estas expansões não se deram em áreas de "reserva" de terras pode também estar associada a um ciclo mais adiantado de transformação territorial da estrutura de produção do entorno da cidade, onde a fronteira de ocupação se estabeleceu de forma mais incisiva nas décadas anteriores, alterando as estruturas de cobertura da terra com um processo mais intenso de desmatamento (Figura 4.11). A análise das métricas calculadas para os diferentes usos reforçam esta leitura (Apêndice A – Figuras A19 a A36).

Figura 2.11 - Usos em áreas de expansão de Marabá



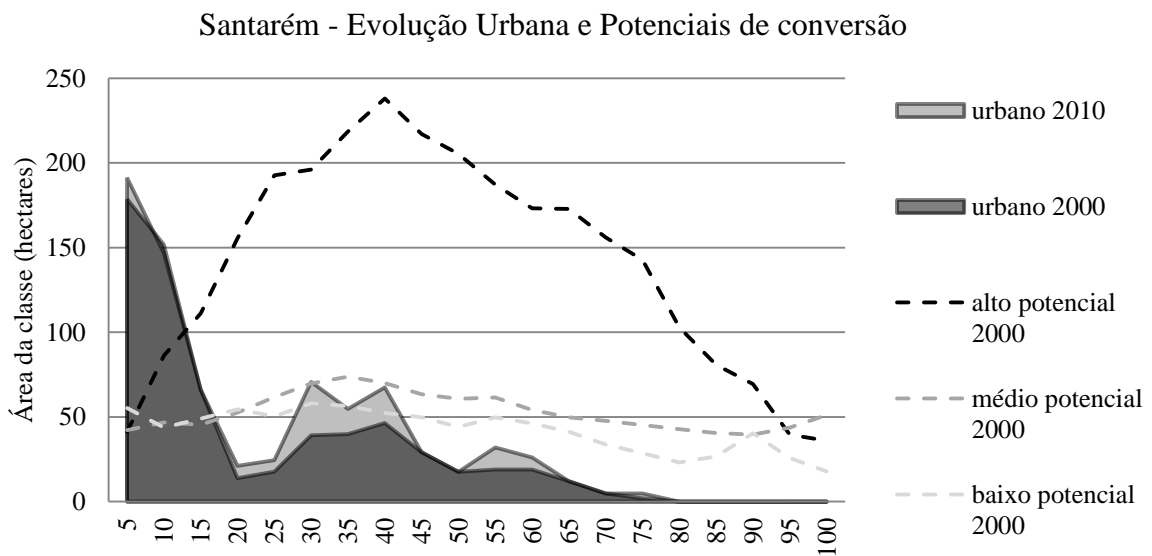
Fonte: INPE - TerraClass 2010 - 2000. Elaboração própria.

Os regimes diversos apontados pelos dados agregados podem ser bem visualizados através dos gradientes calculados sobre o entorno das cidades em questão. A fim de facilitar a leitura e na tentativa de síntese dos processos de expansão, foram construídos dois gráficos (Figuras 2.12 e 2.13) sobrepondo os gradientes calculados para a métrica de *Área da Classe* para as classes de uso urbano, demonstrando a evolução de sua intensidade nos início e final da década, e as intensidades dos usos ressignificados em função do potencial de conversão em suas condições iniciais. A ideia é constatar se as curvas de expansões urbanas estão coincidentes de alguma forma com as curvas de usos em função dos potenciais de conversão estabelecidos.

Algumas constatações podem ser derivadas da análise destes gradientes. A primeira diz respeito à localização das áreas de expansão urbana. Em Santarém observa-se que os maiores acréscimos ocorreram na faixa entre 25 a 40 km do centro da cidade em fragmentos com áreas médias de aproximadamente 60 hectares. Observa-se também um pico secundário a uma distância de 55 km com presença de novas ocupações com áreas médias de 30 ha. Em

Marabá, percebe-se que há o surgimento de novas ocupações com áreas médias de aproximadamente 25 ha até uma distância de 50Km do centro da cidade. Há, porém o desenvolvimento de novas ocupações a distâncias na faixa entre 60 a 70Km de distância do centro com áreas médias iguais a 50ha. Ademais, observam-se também novas áreas nas faixas mais distantes da área analisada.

Figura 2.12 - Gradientes por área de classe calculados por usos e coberturas no espaço celular



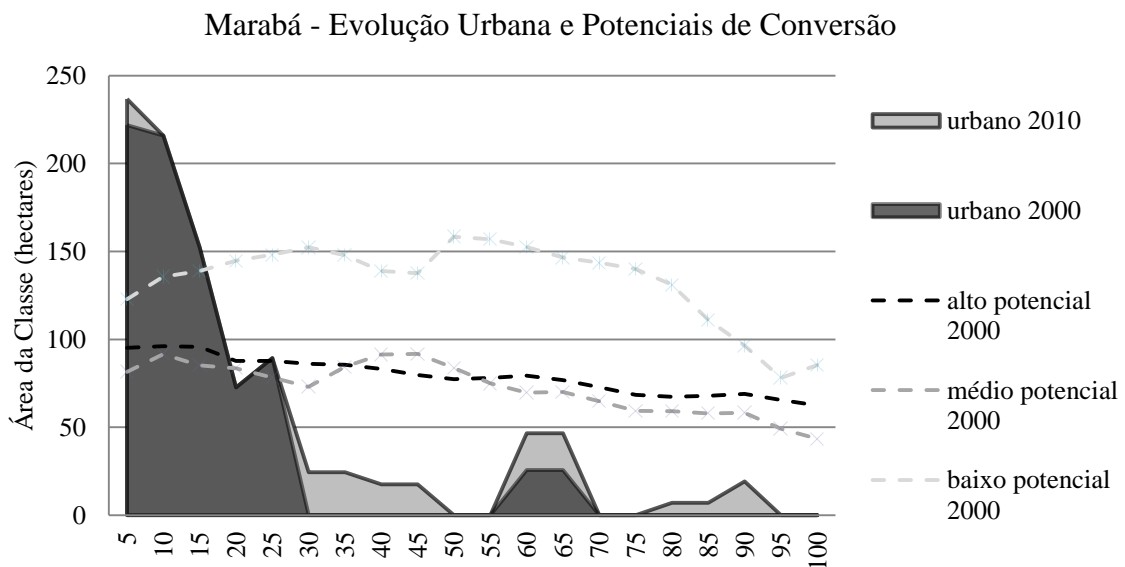
Fonte: INPE - TerraClass 2010 - 2000. Elaboração própria

As áreas convertidas em uso urbano entre 2000 e 2010 podem ser comparadas a situação dos usos anteriores em função dos potenciais de conversão que existiam no início do período. Nesta análise, torna-se evidente uma diferença fundamental na estrutura territorial das duas cidades. Santarém apresenta uma quantidade muito maior de usos com alto potencial de conversão. Coincidentemente, os maiores picos de expansões urbanas aderem ao ápice de concentração destes usos a uma distância de 40 km do centro da cidade. Em relação aos usos de médio potencial de conversão, a expansão parece também aderir ao gradiente calculado em 2000. Neste sentido, ao que parece para os processos que se observam em Santarém, as categorias estão aderentes às áreas de expansão da cidade.

Em Marabá a presença de usos com alta potencial de conversão é substancialmente menor do que em Santarém. Isso indica que em seu entorno há um uso mais efetivo do recurso terra. Em 2000 predominavam as áreas de baixo potencial de conversão em praticamente todas as

distancias do gradiente. Apenas nas franjas do limite da análise, sua presença acaba se aproximando dos usos de alto e médio potencial de conversão. Observando a evolução das áreas ocupadas por uso urbano, não se observa um padrão aderente entre as curvas por potencial de ocupação. Há, porém no que se refere aos usos de terra que apresentam alto potencial de conversão um declínio gradual a partir do centro da aglomeração que pode indicar a existência de uma reserva de terra estabelecida em função das expectativas futuras de conversão que de certa forma pode explicar em parte o padrão de desenvolvimento gradual observado nas franjas da aglomeração.

Figura 2.13 - Gradientes por área de classe calculados por usos e coberturas no espaço celular



Fonte: INPE - TerraClass 2010 - 2000. Elaboração própria

3 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com os estudos de casos desenvolvidos mostram o potencial dos métodos propostos, porém é importante deixar claro suas limitações frente aos alcances efetivos que esta proposta metodológica têm sobre o arcabouço teórico adotado. A primeira delimitação refere-se ao próprio modelo adotado na construção da leitura dos processos de expansão. Obviamente há uma simplificação imposta pelo modelo que deve ser considerada na avaliação dos resultados. Entretanto, é exatamente esta capacidade de síntese que tornam os modelos ferramentas úteis nos processos de investigação científica. Ao reduzir o processo de expansão urbana, aos mecanismos de valorização da terra derivado das expectativas de retornos através de prêmios por crescimento, o modelo permite situar claramente as duas cidades analisadas em perspectiva comparativa. Ao que parece, as cidades experimentam atualmente surtos econômicos de natureza semelhante, porém em fases distintas de desenvolvimento. Marabá se insere em um contexto mais dinâmico, com crescimentos demográficos persistentes ao longo das últimas décadas em taxas elevadas. O processo de ocupação do entorno com as terras convertidas em pasto já ocorreu em décadas passadas. O padrão de crescimento que se depreende dos resultados é que evolução mais recente da cidade tem se dado em torno de conversões abruptas em grandes glebas e com uso intensivo de capital. Tal comportamento adere ao que preconiza o modelo teórico aplicado, já que as conversões se dão em torno de expectativas de rentabilidade provavelmente maiores do que em Santarém.

Em Santarém, esta dinâmica parece estar em estágio anterior, onde ainda há certo estoque de terra como reserva para a expectativa de conversão, mas que ainda não se efetivou. As conversões são mais graduais e contíguas às estruturas estabelecidas. Neste sentido, a estrutura espacial urbana tende a apresentar maior equilíbrio no decorrer de seu desenvolvimento, não havendo tanta pressão por alterações essenciais. Este padrão, associado ao fato de que o assentamento da cidade evoluiu historicamente de forma gradativa em torno de elementos simbólicos de centralidade, parece garantir a cidade uma estrutura mais equilibrada. A pergunta que se coloca então é em que medida os novos surtos que se sucederão sobre a cidade irão interferir na estrutura urbana da cidade.

Em termos metodológicos, o trabalho demonstra que a utilização das imagens de satélite pode representar uma alternativa para investigações da estrutura urbana, porém, isoladamente

levantam questões a partir de padrões observados, mas que requerem observação mais detalhadas para dar conta de responder as relações causais que os modelos incitam.

Talvez a maior contribuição que a estratégia analítica aqui proposta traz para os estudos sobre estrutura urbana seja a capacidade de compreensão das centralidades em relação ao seu entorno, rompendo com a separação existente nas abordagens correntes que tendem a analisar os processos de estruturação urbana sob um enfoque regional e as abordagens que buscam compreender a estrutura urbana unicamente a partir das configurações morfológicas de seus espaços intraurbanos. Ao olhar os processos de expansão em relação ao seu contexto geográfico, abre-se a possibilidade de apreender estes processos como um contínuo espaço-temporal, articulando duas escalas de leitura em perspectiva conjunta.

O conjunto de procedimentos analíticos contidos neste trabalho exemplifica o potencial que a associação das metodologias derivadas do campo da ciência da geoinformação representa para o avanço das abordagens empíricas no campo da análise urbanística. Mesmo reconhecendo desafios como a limitada oferta de bases de dados georreferenciadas dentro dos principais produtores de dados no Brasil, a evolução neste campo tem sido extremamente rápida. É apenas uma questão de tempo para que estas abordagens se popularizem nos diversos campos disciplinares, sobretudo naqueles para os quais o espaço é categoria analítica relevante como no urbanismo. No campo das políticas públicas tais avanços têm ainda pouca repercussão. São raras as iniciativas que efetivamente reconhecem a dimensão espacial na elaboração de planos estratégicos de ação. Ao contrário, o que se vê na maioria das vezes são diretrizes estabelecidas setorialmente, baseadas em critérios gerais e que ignoram a variedade de contextos socioterritoriais sobre os quais atuam. Neste sentido, este trabalho espera ter contribuído para a superação deste quadro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 368 p.
- ALONSO, W. *Location and Land Use: Toward a general theory of land rent*. Cambridge: Harvard University Press, 1964. 204 p.
- ANAS, A. Dynamics of urban residential growth. *Journal of urban economics*. n.5, p. 66 - 87, 1978.
- ANAS, A.; ARNOTT, R.; SMALL, K.A.; Urban spatial structure. *Journal of economic literature*. v.36, n.3, p. 1426-1464, 1998
- ANGEL, S.; PARENT, J.; CIVCO, D.L.; BLEI, A.M. *Making Room for a Planet of Cities*. Lincoln Institute of Land Policy. Policy Focus Report, 2011.
- ARCHER, R.W. Land Speculation and Scattered Development; Failures in the Urban Fringe Land Market. *Urban Studies*. n.10, p. 367-372, 1973.
- ARNOTT, R. J. A simple urban growth model with durable housing. *Regional Science and Urban Economics*. n.10, p. 53 - 76, 1980.
- ARNOTT, R. What planners need to know about the "new urban economics". In. *The Oxford Handbook of Urban Economics and Planning*. Ed: BROOKS, N; DONAGHY, K; KNAAP, J.Y. Oxford University Press, Oxford, p. 51-78, 2012.
- BAHL, R. A land speculation model: the role of the property tax as a constraint to urban sprawl. *Journal of Regional Science*. v.8, n. 2, p. 199 - 208, 1968.
- BATTY, M. *Building a science of cities*. University College of London Centre for Advanced Spatial Analysis. London, Working Paper Series, n. 117, 2011.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p71 -86, 2005.
- BECKER, B. K. *A urbe amzônida: a floresta e a cidade*. Garamond: Rio de Janeiro, 2013. 85p.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Mercados de terras no Brasil : estrutura e dinâmica / org. Reydon, B.P., Cornélio, F. N. M.*. Brasília : NEAD, 2006. 444 p.
- BRUECKNER, J. K.; RABENAU, B. Dynamics of land-use for a closed city. *Regional Science and Urban Economics*. n. 11, p. 1-17, 1981.
- BURROUGH, P.; McDONNELL, R. A. *Principles of Geographical Information Systems*. Oxford: Oxford University Press, 1998. 333p.

- CAPOZZA, D., HELSLEY, R. The Fundamentals of Land Price and Urban Growth. *Journal of urban economics*. v. 26, p. 295-306, 1989.
- CLAWSON, M. Urban Sprawl and Speculation in Suburban Land. *Land Economics*, v.38, n.2, p. 99 - 111, 1962.
- CLARK, C. Urban Population Densities. *Journal of the Royal Statistical Society*. Series A (General), v. 114, n. 4. p.490-496, 1951,
- CHICUINE, D. L. Farmland Values at the Urban Fringe: An Analysis of Sale Prices. *Land Economics*. v. 57, n. 3, p. 353-362, 1981.
- CORTÊS, J.C. *Mobilidade e redistribuição populacional em Santarém, Pará: recente reconfiguração do meio rural na Amazônia*. (Dissertação - Mestrado em demografia) Instituto de filosofia e ciências humanas da universidade estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- DUNFORD, R. W., MARTI, C. E., MITTELHAMMER, R. C. A Case Study of Rural Land Prices at the Urban Fringe: Including Subjective Buyer Expectations. *Land Economics*. v. 61, n.1, p.10-16, 1985.
- EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Universidade Federal do Pará. Belém. 1999. 174p.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A.J. *The spatial economy: cities, regions, and international trade*. Cambridge: MIT Press, 1999. 367p.
- FUJITA, M.; OGAWA, H. Multiple equilibria and structural transition of non-monocentric urban configurations. *Regional Science and Urban Economics*, n. 12. p. 161-196, 1982.
- GEORGE, H. *Progress and Poverty*. Library of Economics and Liberty. 1920. on - line.: <<http://www.econlib.org/library/YPDBooks/GEorge/grgPP22.html>> acesso em: 14/10/2013
- HARVEY, R.O.; CLARK, W.A.V. The Nature and Economics of Urban Sprawl. *Land Economics*, v. 41, n. 1, p. 1 - 9, 1965.
- HEROLD, M., SCEPAN, J., KEITH, C. C. The use of remote sensing and landscape metrics to describe structures and changing in urban land uses. *Environment and Planning A*. v. 34, p. 1443-1458, 2002.
- HOOBS, R.. Future landscapes and the future of landscape ecology. *Landscape and Urban Planning*, n. 37. p. 1-9, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010

- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). TerraClass -. Levantamento de Informações sobre usos e cobertura da terra na Amazônia. Sumário Executivo, 2011. on-line <http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/sumario_terraclass_2010.pdf> acessado em 24/08/2013.
- KORTING, T.S.; FONSECA, L. M. G.; ESCADA, M. I. S.; SILVA, F. C.; SILVA, M. P. S. *GeoDMA - A novel system for spatial data mining*. Data Mining Workshops, 2008. ICDMW '08. IEEE International Conference on. Pisa, Italy. 2008.
- KRUGMAN, P. Space: The Final Frontier *The Journal of Economic Perspectives*, v. 12, n. 2, p. 161-174, 1998.
- LUCK, M., WU, J. A gradient analysis of urban landscape patterns: a case study from the Phoenix metropolitan region, Arizona, USA. *Landscape Ecology*. n. 17, p. 327-339, 2002.
- McDONNELL, M. J., PICKETT, S.T.A. Ecosystem structure and function along urban rural gradients: an unexploited opportunity for ecology. *Ecology*. v. 71, n. 4, p. 1232-1237, 1990.
- MIESZKOWSKI, P.; MILLS, E. The causes of metropolitan suburbanization. *The Journal of Economics Perspectives*, v.7, n.3, p.135 -147, 1993.
- MILLS, E. An Aggregate Model of Resource Allocation in Metropolitan Areas. *American Economic Review*, n. 57, p.197-200, 1967.
- MILLS, E.; HAMILTON, B. *Urban Economics*. 5th ed. Upper Saddle River: Harper Collins College Publishers. 1993. 480p.
- MUTH, R. *Cities and Housing*. Chicago: Chicago University Press, 1969
- MUTH, R. *Urban Economic Problems*. New York: Harper and Row, Publishers, Inc. 1975. 402p.
- PARENT, J.; CIVCO, D.; ANGEL, S. *Urban Growth Analysis: Calculating Metrics to Quantify Urban Sprawl*. Arquivo power-point, 2009. disponível on-line: <http://clear.uconn.edu/publications/research/presentations/parent_esri2008.ppt>. acessado em 24/08/2013
- PEREIRA, J. C. M. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. (Dissertação - Mestrado em Planejamento do

Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém. 2004

- RAMOS, F. R. *Análise espacial de estruturas intra-urbanas: O caso de São Paulo*. (Dissertação - Mestrado em Sensoriamento Remoto) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos, 2002.
- RAMOS, F.R.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.M.V. Territórios Digitais Urbanos. In: *Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual*. Ed.: ALMEIDA, C.M.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.M.V. São Paulo: Oficina de textos, p. 34-53, 2007.
- REYDON, B. P., GONÇALVES, J. C. Mercado de terras e a produção de loteamentos urbanos. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Mercados de terras no Brasil : estrutura e dinâmica*. Org. REYDON, B.P., CORNÉLIO, F. N. M. Brasília : NEAD, 2006. p 355-388.
- REYDON, B. P.; GUEDES, S. N. R.; CORNÉLIO, F. N. M.; FILHO, C. C. Especulação com a conversão de terras agrícolas em urbanas: estratégia de um grupo sucro-alcooleiro. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Mercados de terras no Brasil : estrutura e dinâmica*. Org. REYDON, B.P.; CORNÉLIO, F. N. M. Brasília : NEAD, 2006. p 419-439.
- RICHARDSON, H.W. *Economia Urbana*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978. 194p.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios em São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SAITO, E. A.; FONSECA, L.M.G.; ESCADA, M.I.S.; KORTING, T.S. Efeitos da mudança de escala em padrões de desmatamento na Amazônia. *Revista Brasileira de Cartografia*. v. 63, n.3, 2011.
- SMOLKA, M. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: "dinâmica imobiliária" e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de estudos populacionais*. n. 9, p. 3 - 21, 1992.
- SMOLKA, M; BIDERMAN, C. Housing Informality: An Economist's Perspective on Urban Planning. In. *The Oxford Handbook of Urban Economics and Planning*. Ed: BROOKS, N; DONAGHY, K; KNAAP, J.Y. Oxford University Press, Oxford, p. 814-833, 2012.
- SILVA, M. S. P.; CÂMARA, G.; ESCADA, M. I. S.; de SOUZA, R. C. M. Remote-sensing image mining: detecting agents of land-use change in tropical forest areas. *International Journal of Remote Sensing*, v. 29, n. 16, p. 4803-4822, 2008.
- SANTORO, P. F. *Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas*. (Tese - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013

- SIMÕES, R., GARCIA, R. A., LIMA, A. C. C. Novas centralidades e interiorizações na Amazônia: o modelo CENTRALINA. Relatório Técnico Projeto UrbisAmzônia. Belo Horizonte, 2012. on-line<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:anexo_k_centralina_desmetod_preliminar.pdf> . Acessado em 10/10/2013
- TROLL, C. Landscape ecology (geoecology) and biogeocenology: a terminological study. *Geoforum*. n.8. 1971.
- MONTE-MÓR, R.; CARDOSO, A. C.; BASTOS, P.; SILVA, H.; DINIZ, S.; SUDRÉ, M. F.; CRAICE, C.; NASCIMENTO, C. P.; BANDEIRA, A.; NEGRÃO, M. R. G. Missão de Campo Terrestre Marabá - São Félix do Xingu. Relatório preliminar. 2012. on line http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:anexo_q_relatorio_campo_terrestre_maraba_sfx.pdf. acesso em 20/10/2013.
- VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Zahar: Rio de Janeiro. 1972. 178p.
- ZHANG, L., WU, J. ZHEN, Y., SHU, J. A GIS-based gradient analysis of urban landscape pattern of Shanghai metropolitan area, China. *Landscape and Urban Planning*. n. 69, p. 1-16, 2004.

APÊNDICE A – Imagens de satélite, espaços celulares e gradientes de paisagem processados para o estudo em Santarém e Marabá.

Figura A1 - Imagens LANDSAT Marabá



LANDSAT_5_TM_27/07/1988

Orbita: 223 Ponto: 64

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB

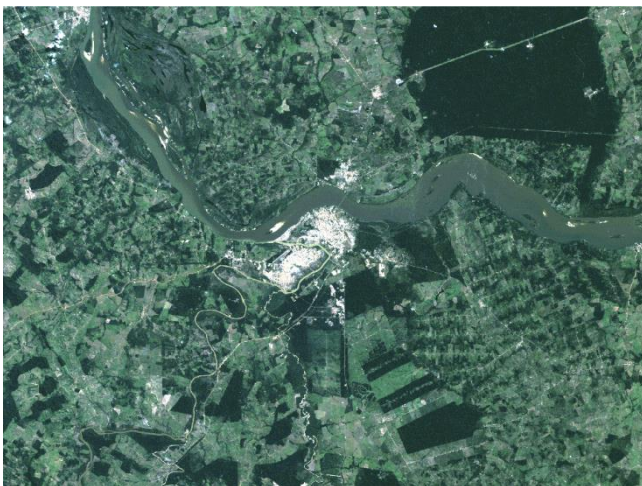


LANDSAT_5_TM_31/07/2000

Orbita: 223 Ponto: 64

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB



LANDSAT_5_TM_17/08/2009

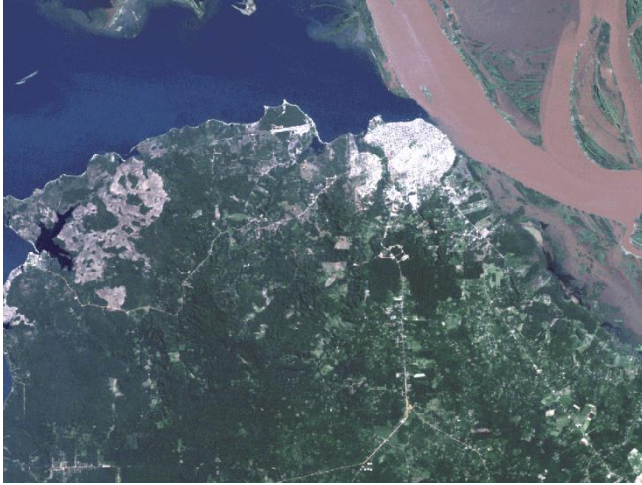
Orbita: 223 Ponto: 64

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB

Fonte: USGS - NASA. Elaboração própria

Figura A2 - Imagens LANDSAT Santarém

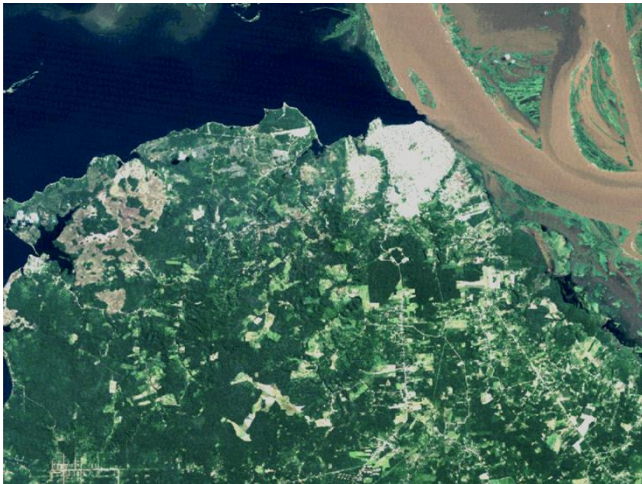


LANDSAT_5_TM_09/08/1988

Orbita: 227 Ponto: 62

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB



LANDSAT_5_TM_02/08/1999

Orbita: 227 Ponto: 62

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB



LANDSAT_5_TM_29/06/2010

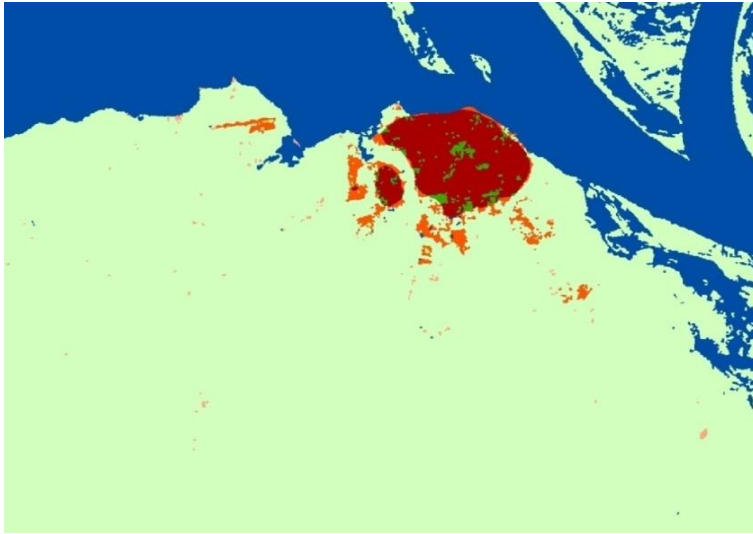
Orbita: 227 Ponto: 62

Composição Cores Verdadeiras

Bandas: 321/RGB

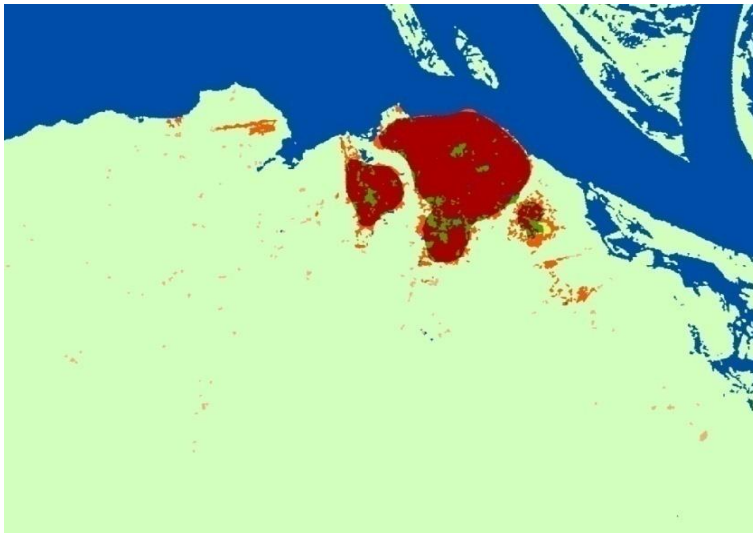
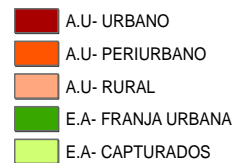
Fonte: USGS - NASA. Elaboração própria

Figura A3 - Pixels tipo *Urbano e Espaços Abertos* - Santarém



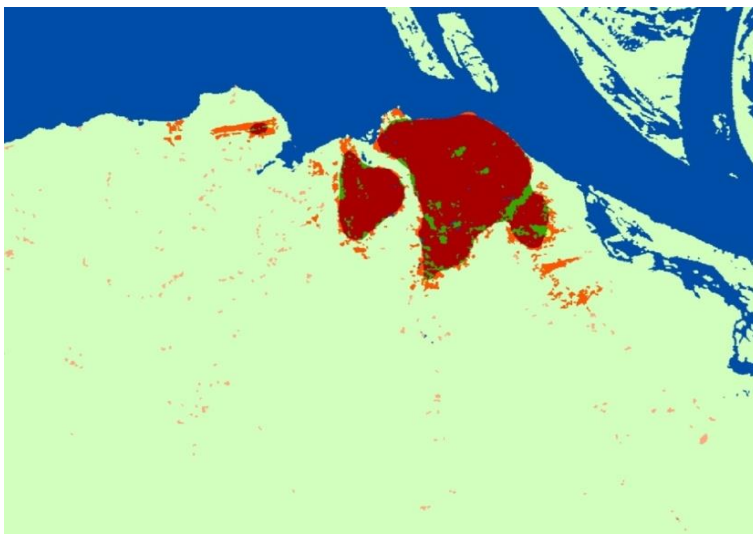
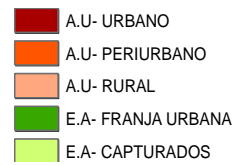
Santarém - 1988

Legenda



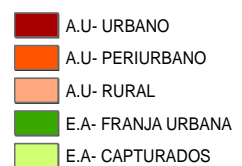
Santarém - 1999

Legenda



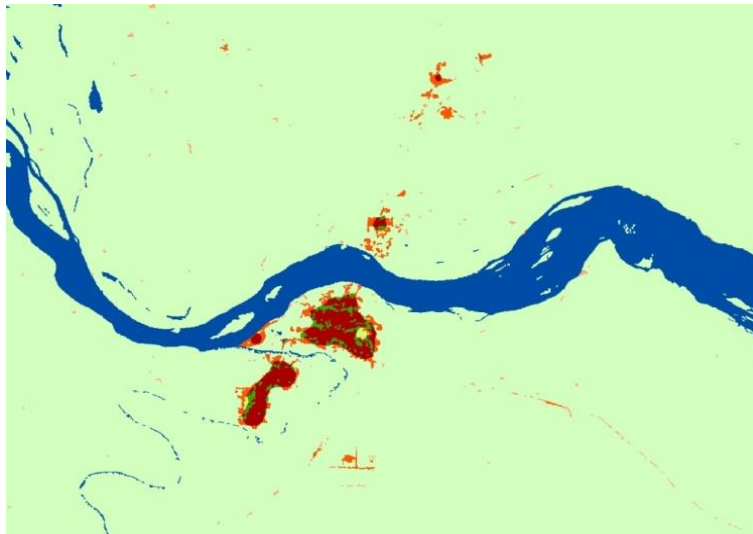
Santarém - 2010

Legenda



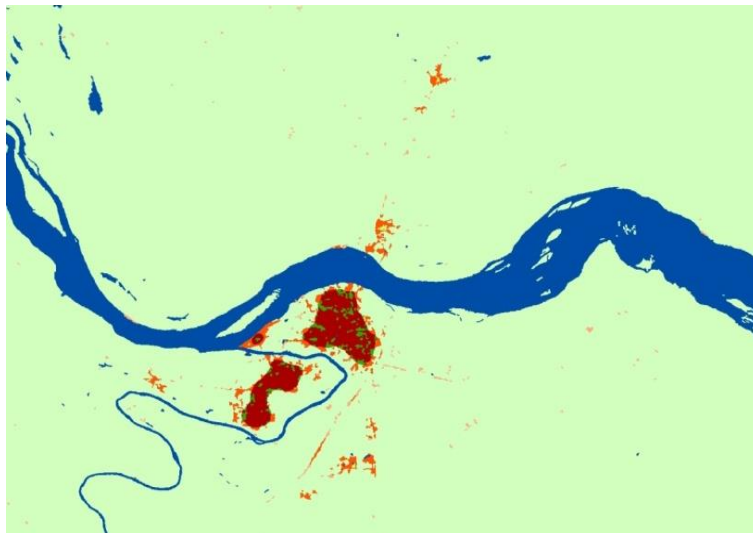
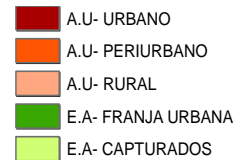
Fonte: Elaboração própria a partir das imagens LANDSAT-TM

Figura A4 - Pixels tipo *Urbano e Espaços Abertos* - Marabá



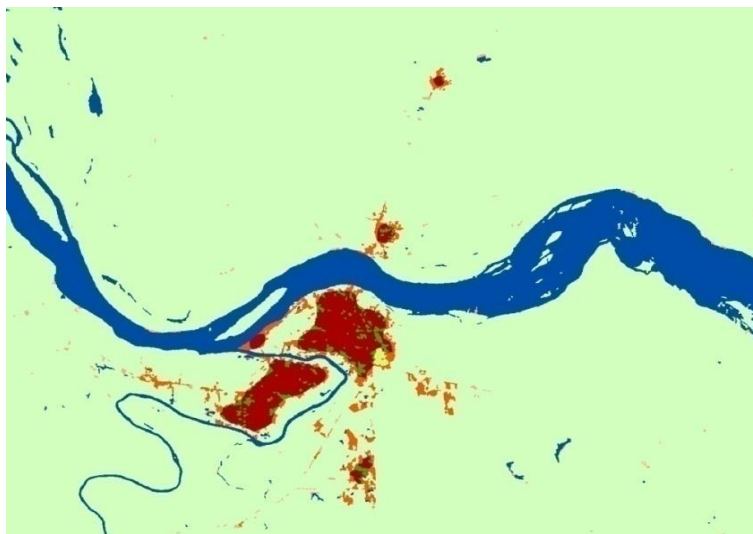
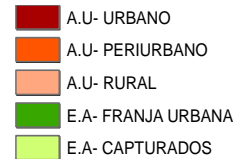
Marabá - 1988

Legenda



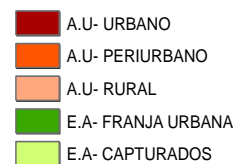
Marabá - 2000

Legenda

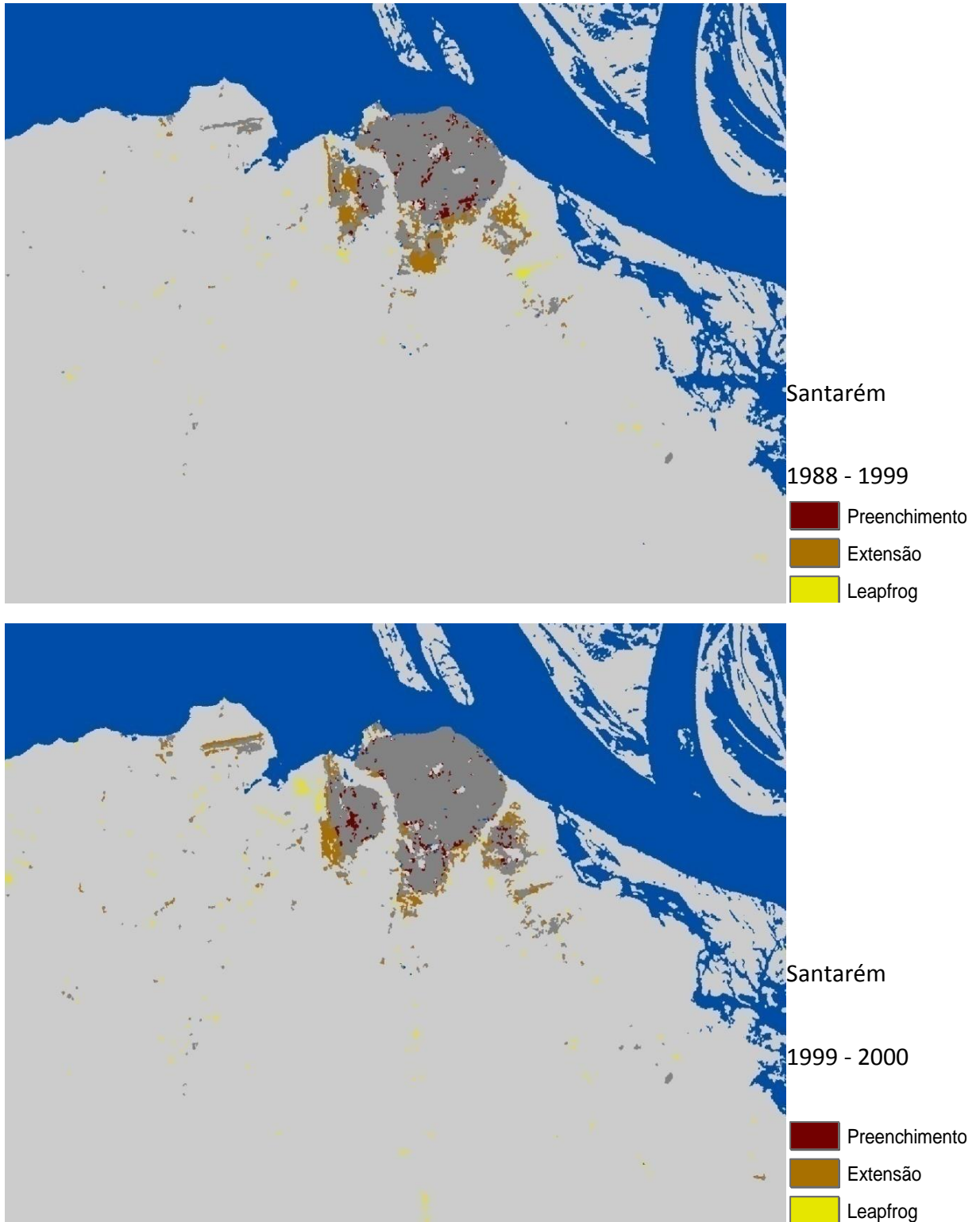


Marabá - 2009

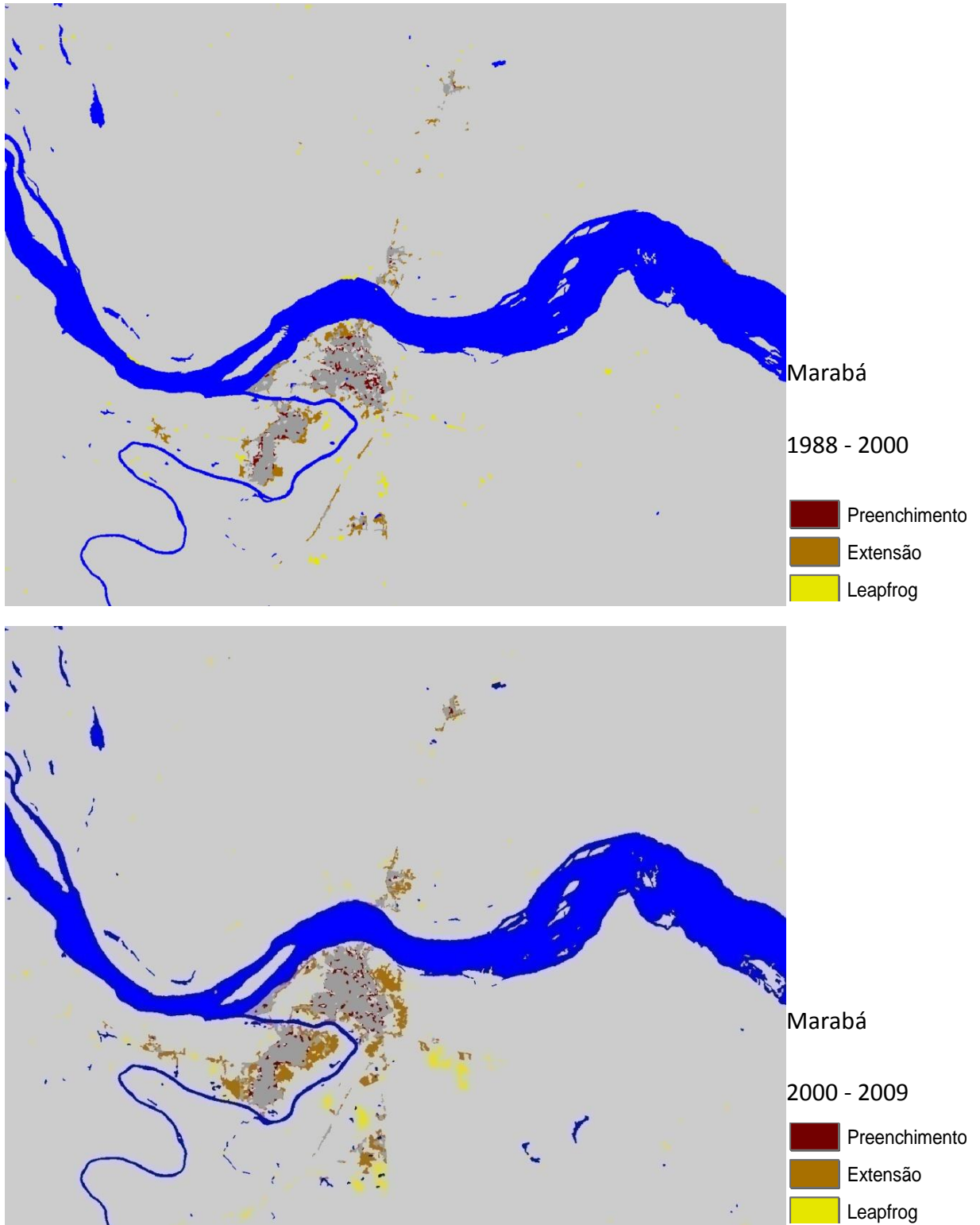
Legenda



Fonte: Elaboração própria a partir das imagens LANDSAT-TM

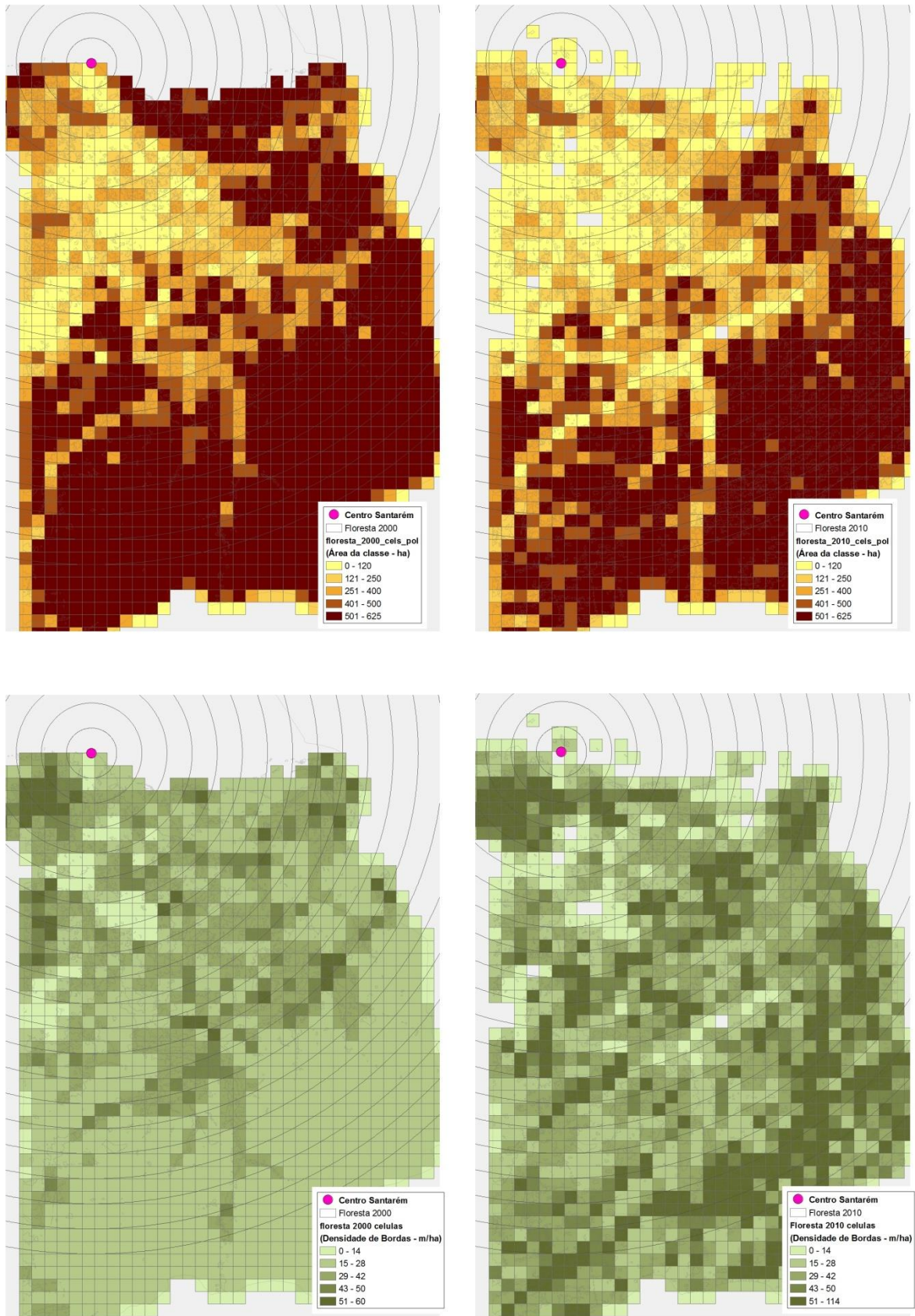
Figura A5 - Pixels tipo *Expansão Urbana* - Santarém

Fonte: Elaboração própria a partir das imagens LANDSAT-TM

Figura A6 - Pixels tipo *Expansão Urbana* - Marabá

Fonte: Elaboração própria a partir das imagens LANDSAT-TM

Figura A7 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe FLORESTA - Santarém 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A8 - Gradientes de paisagem para classe FLORESTA - Santarém 2000 e 2010

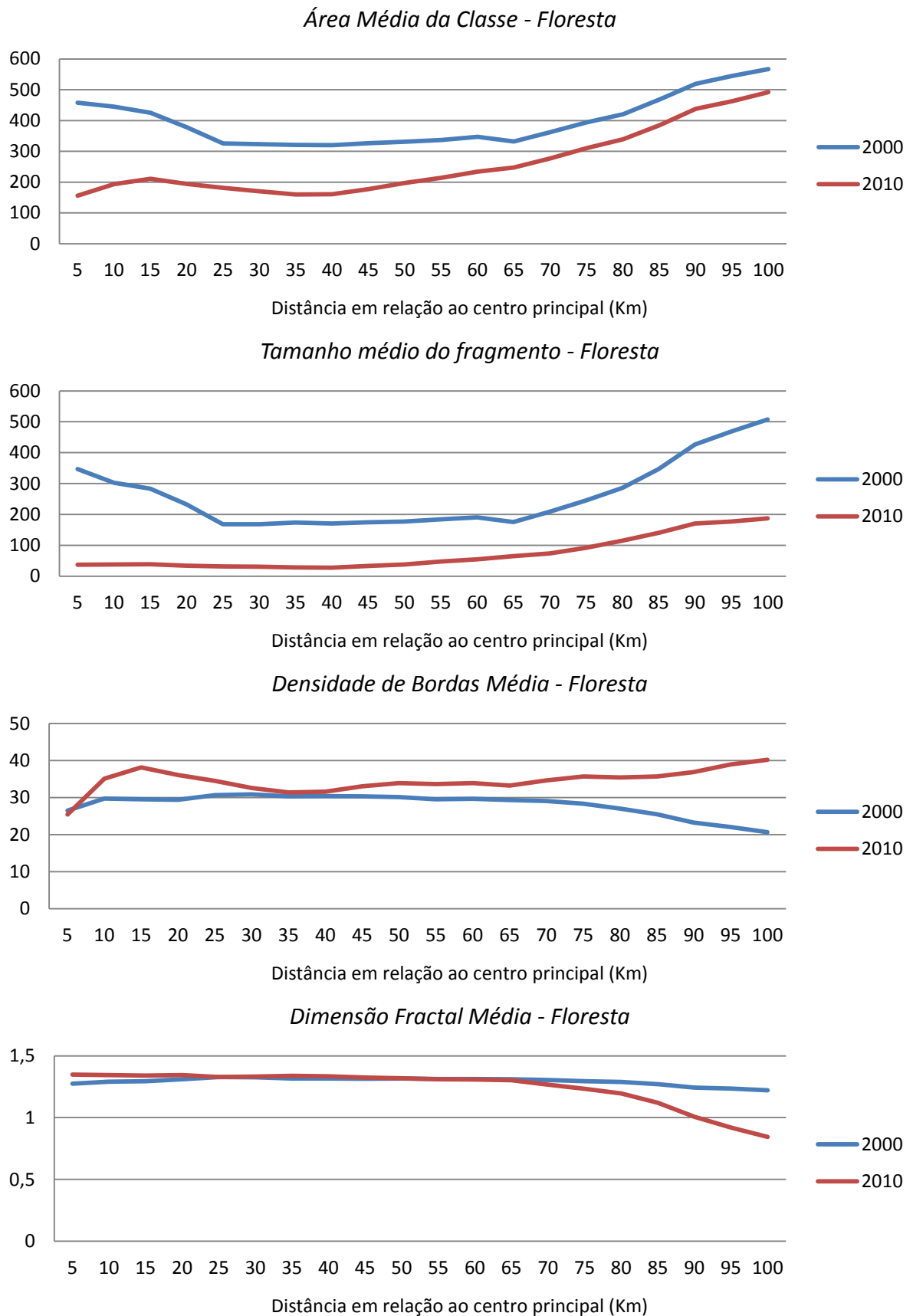
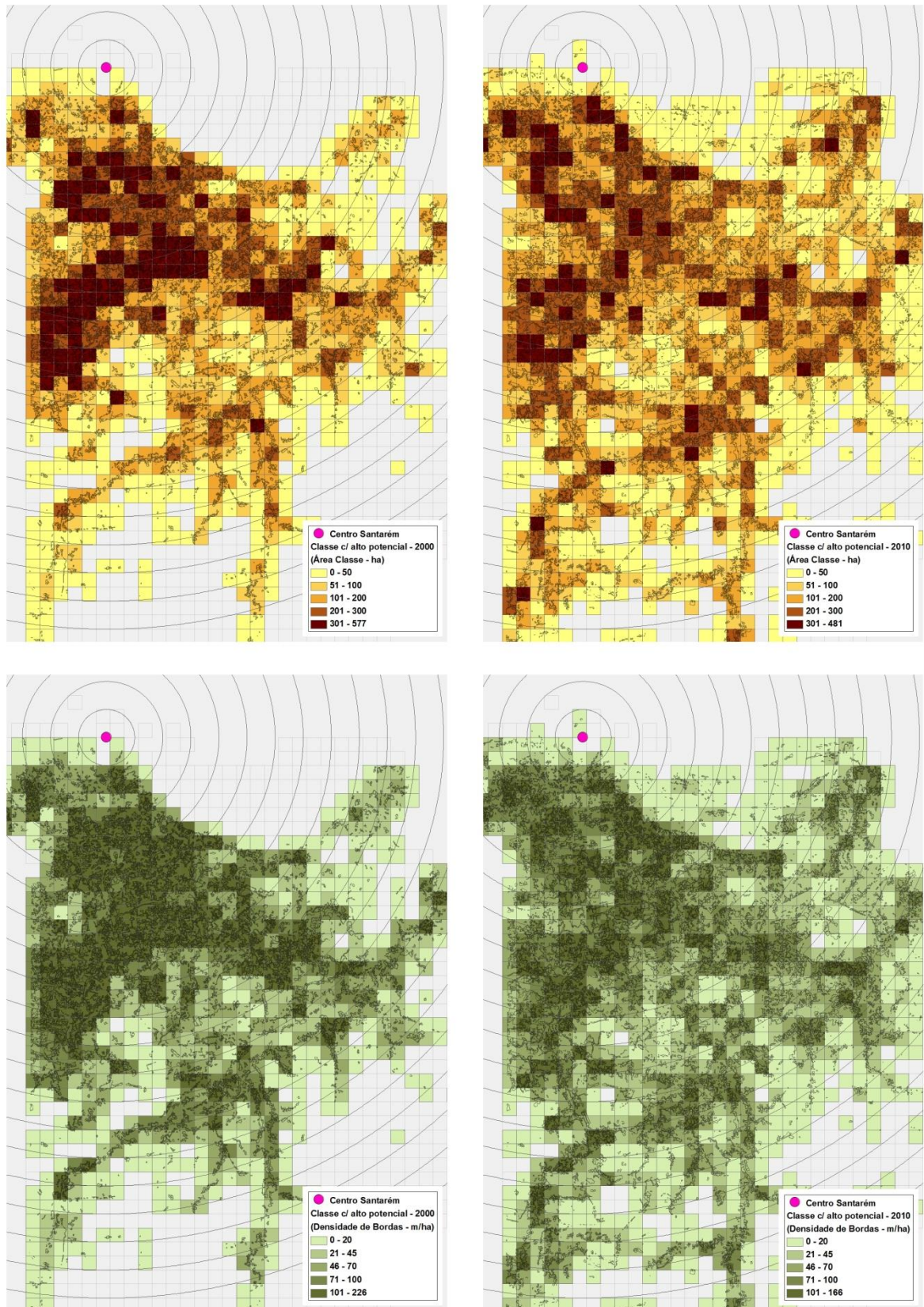


Figura A9 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe Regeneração com pasto e Vegetação Secundária - Santarém 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A10 - Gradeintes de paisagem para classe Regeneração com pasto e Vegetação Secundária - Santarém 2000 e 2010

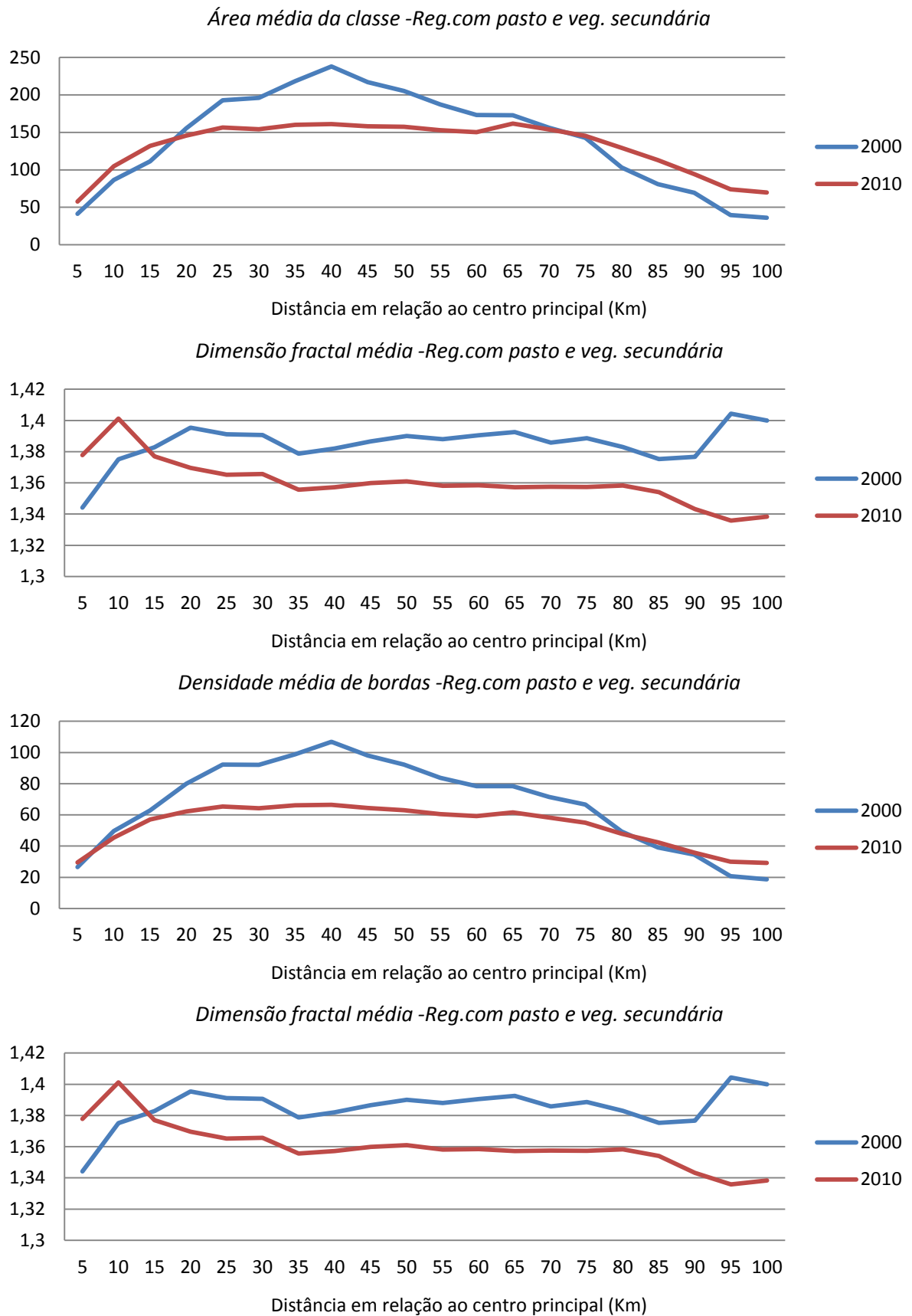
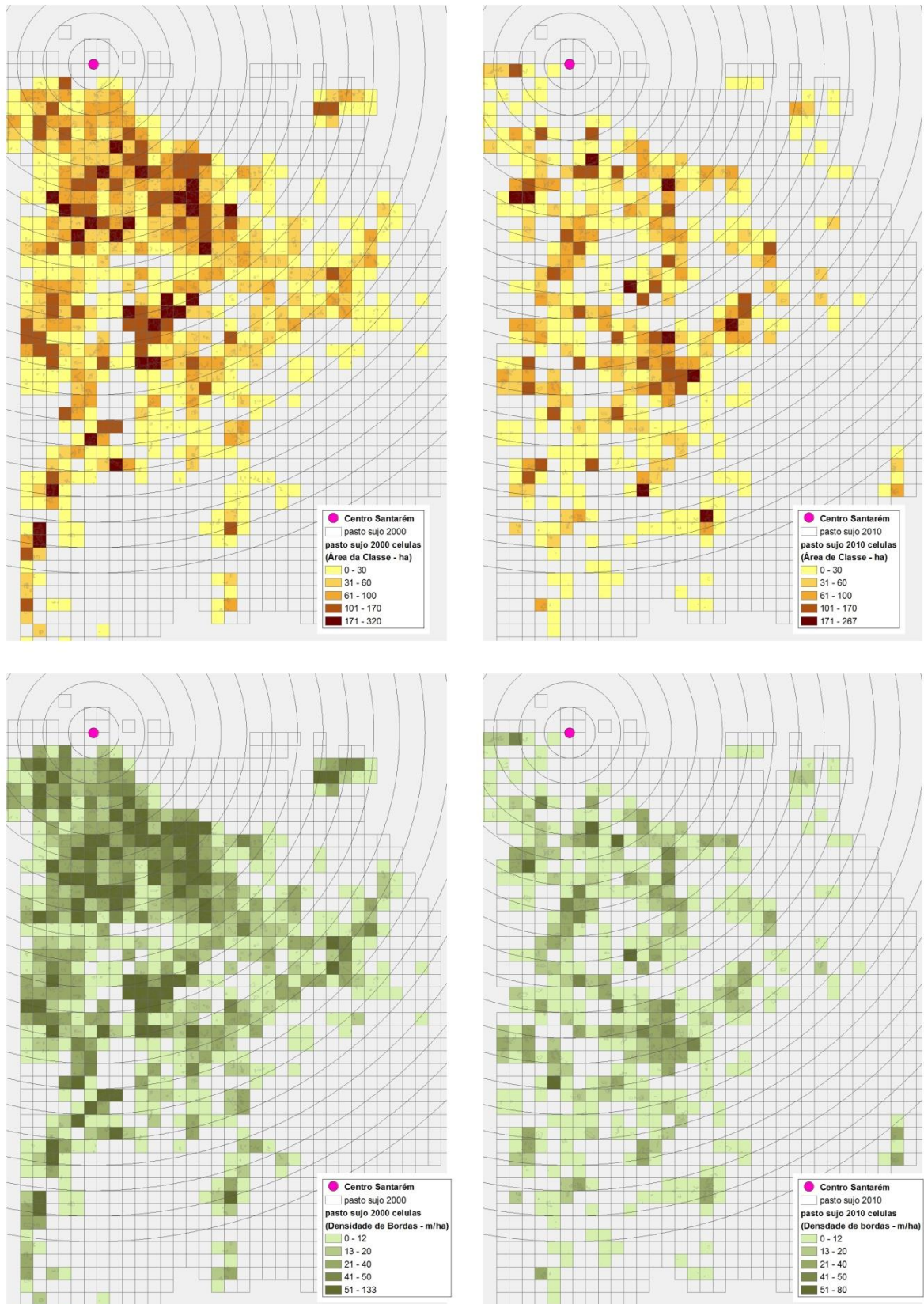
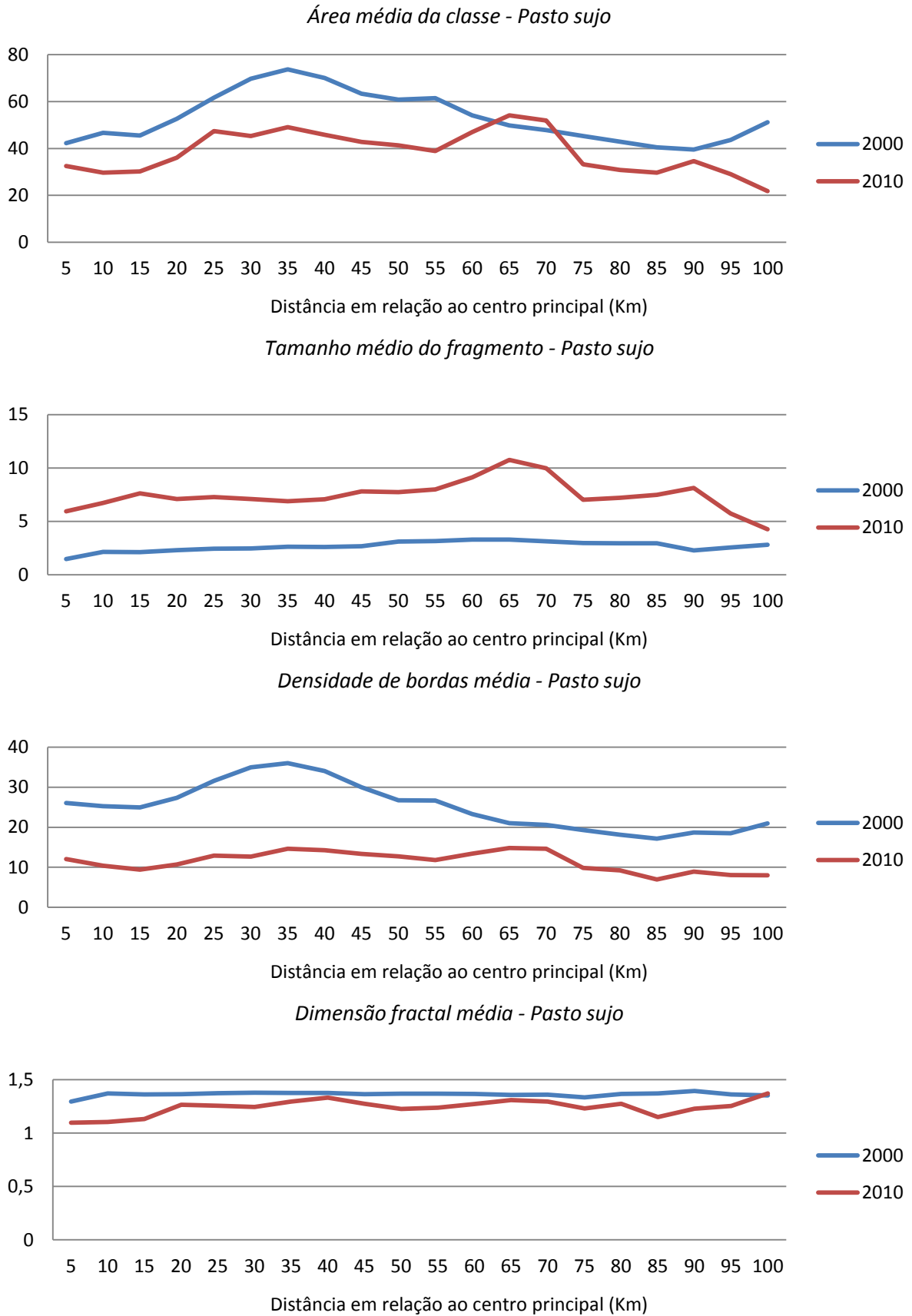


Figura A11 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Sujo - Santarém 2000 e 2010



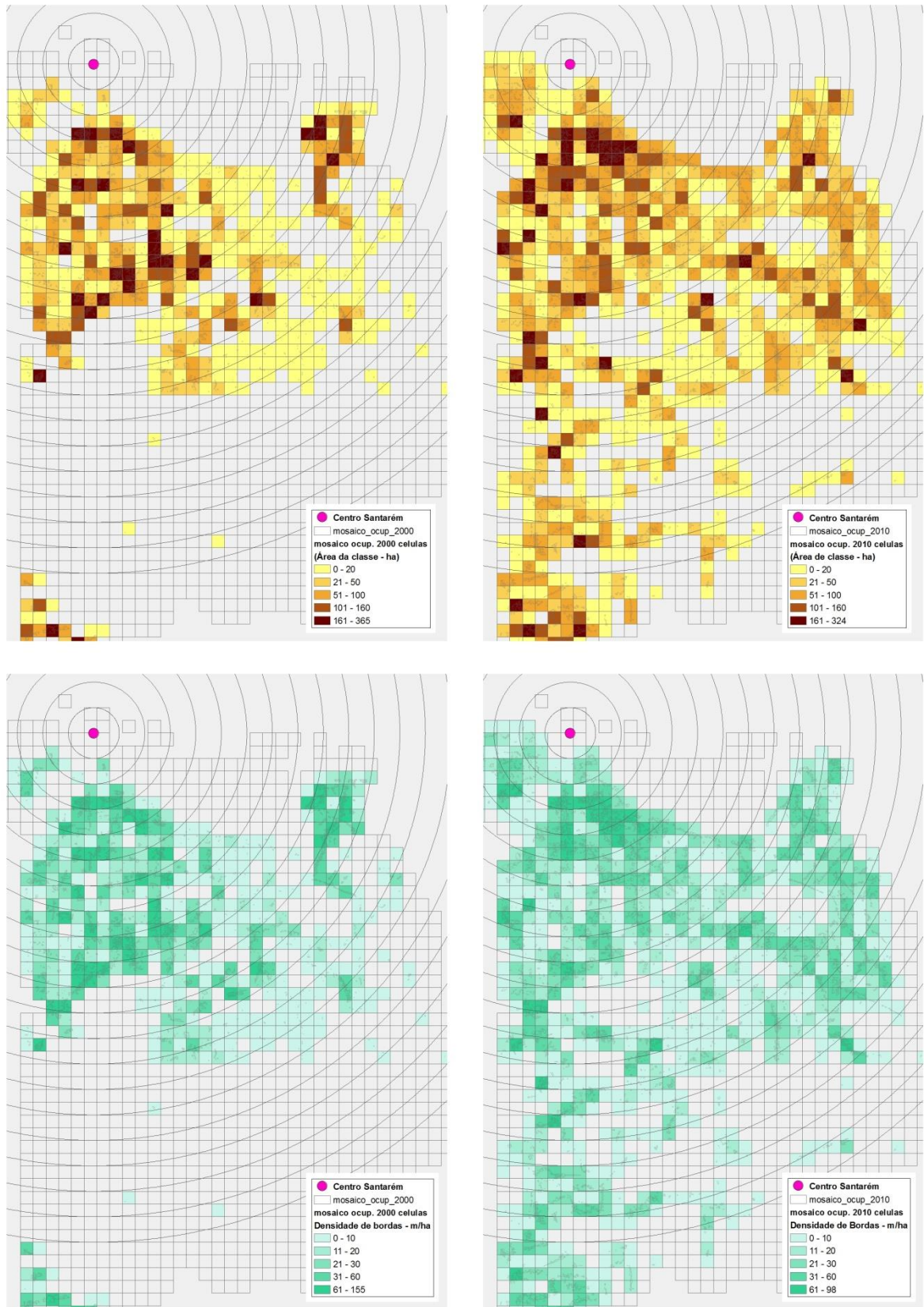
Fonte: Elaboração própria a partir dados TerraClass INPE 2000 e 2010

Figura A12 - Gradientes de paisagem para classe Pasto Sujo - Santarém 2000 e 2010



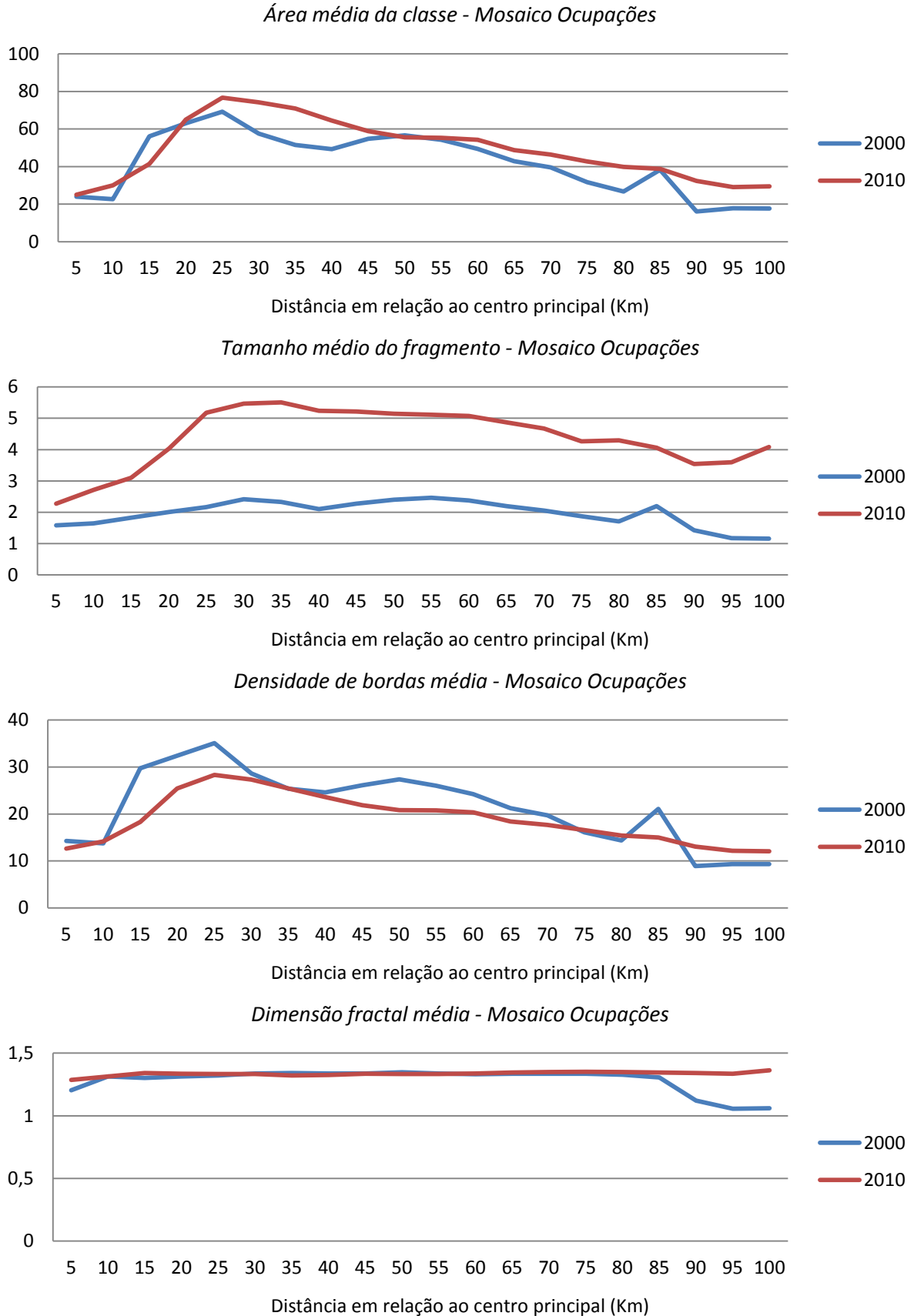
Fonte: Elaboração própria

Figura A13 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Mosaico de Ocupações - Santarém 2000 e 2010



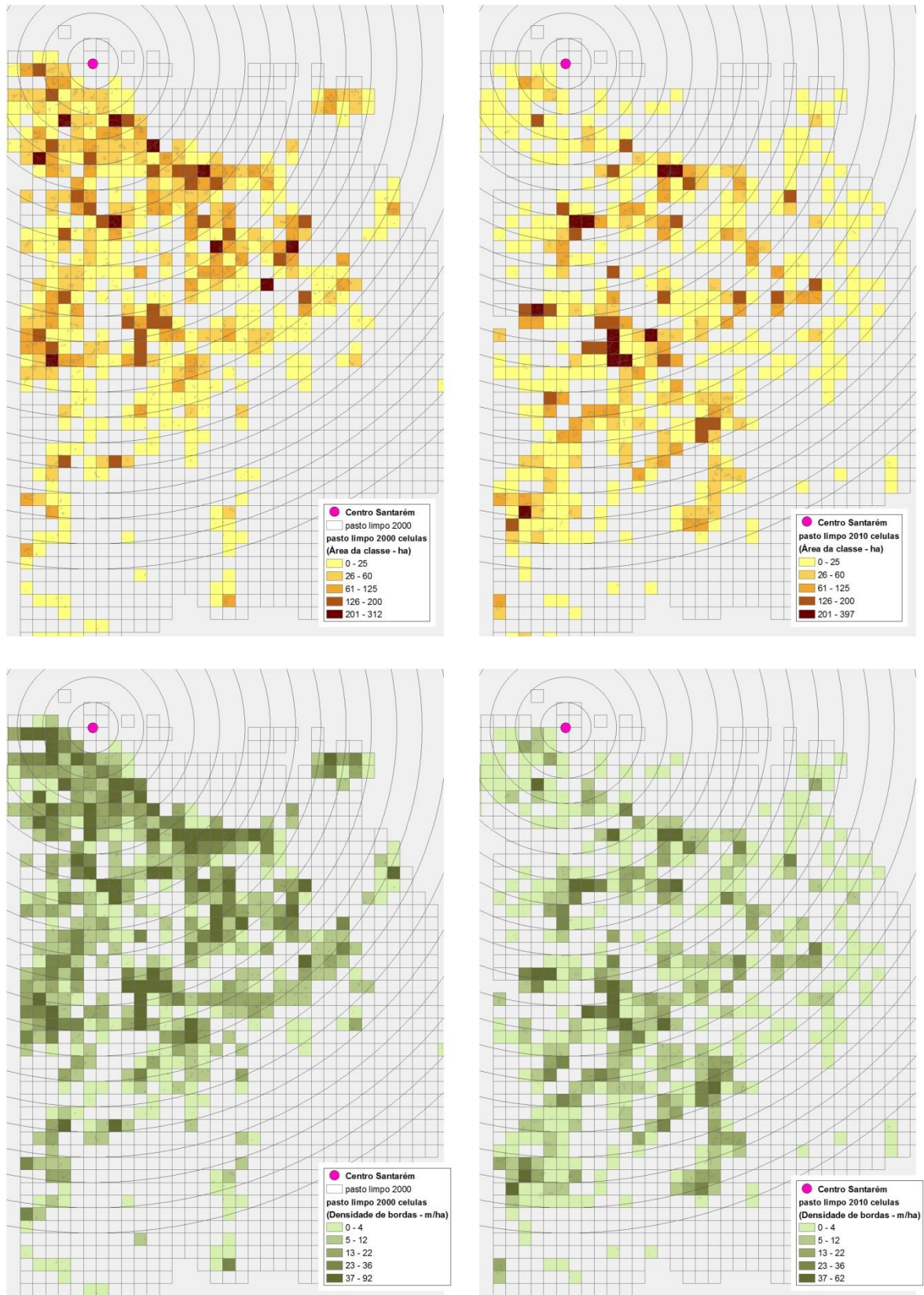
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A14 - Gradientes de paisagem para classe Mosaico de Ocupações - Santarém 2000 e 2010



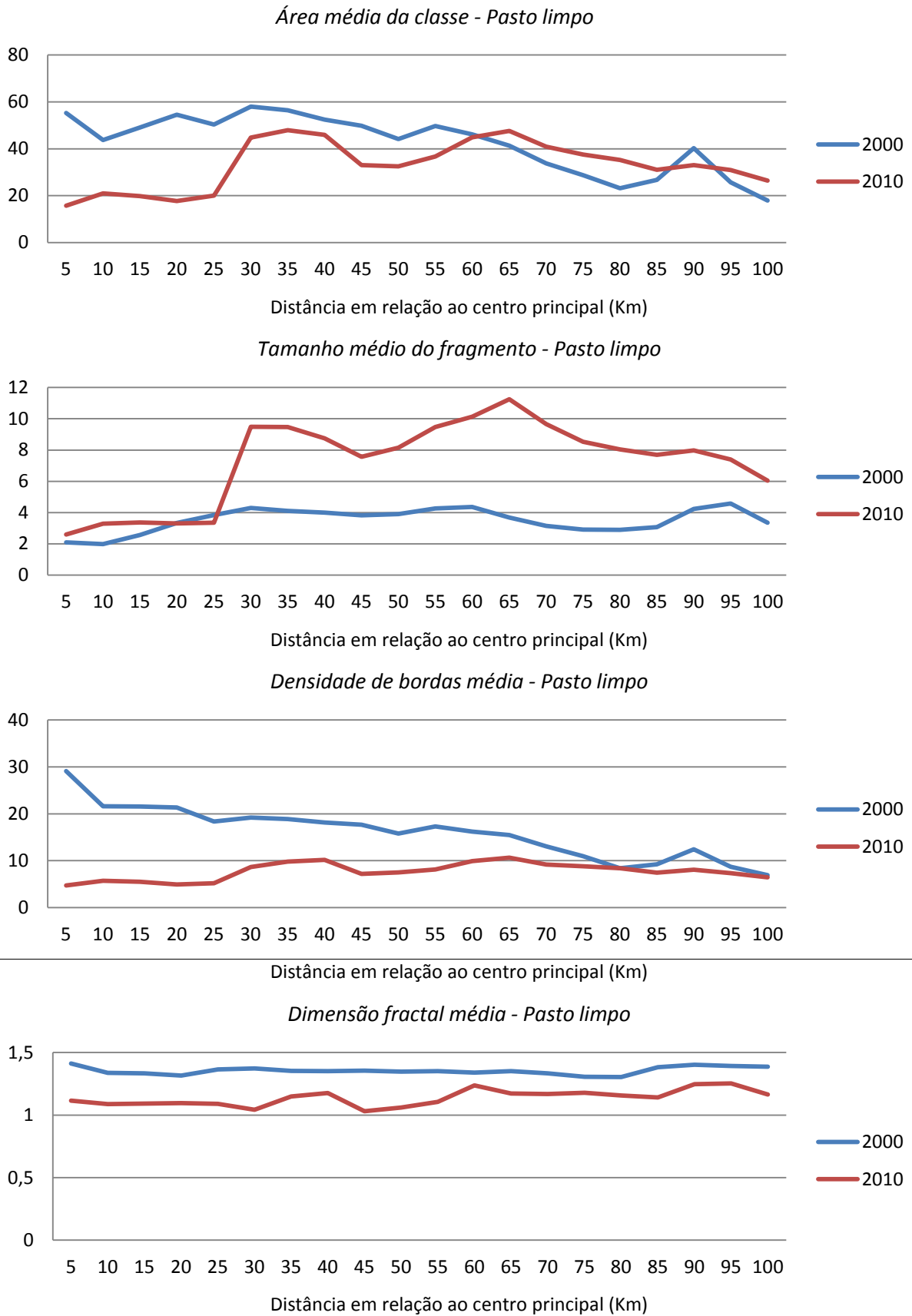
Fonte: Elaboração própria

Figura A15 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Limpo - Santarém 2000 e 2010



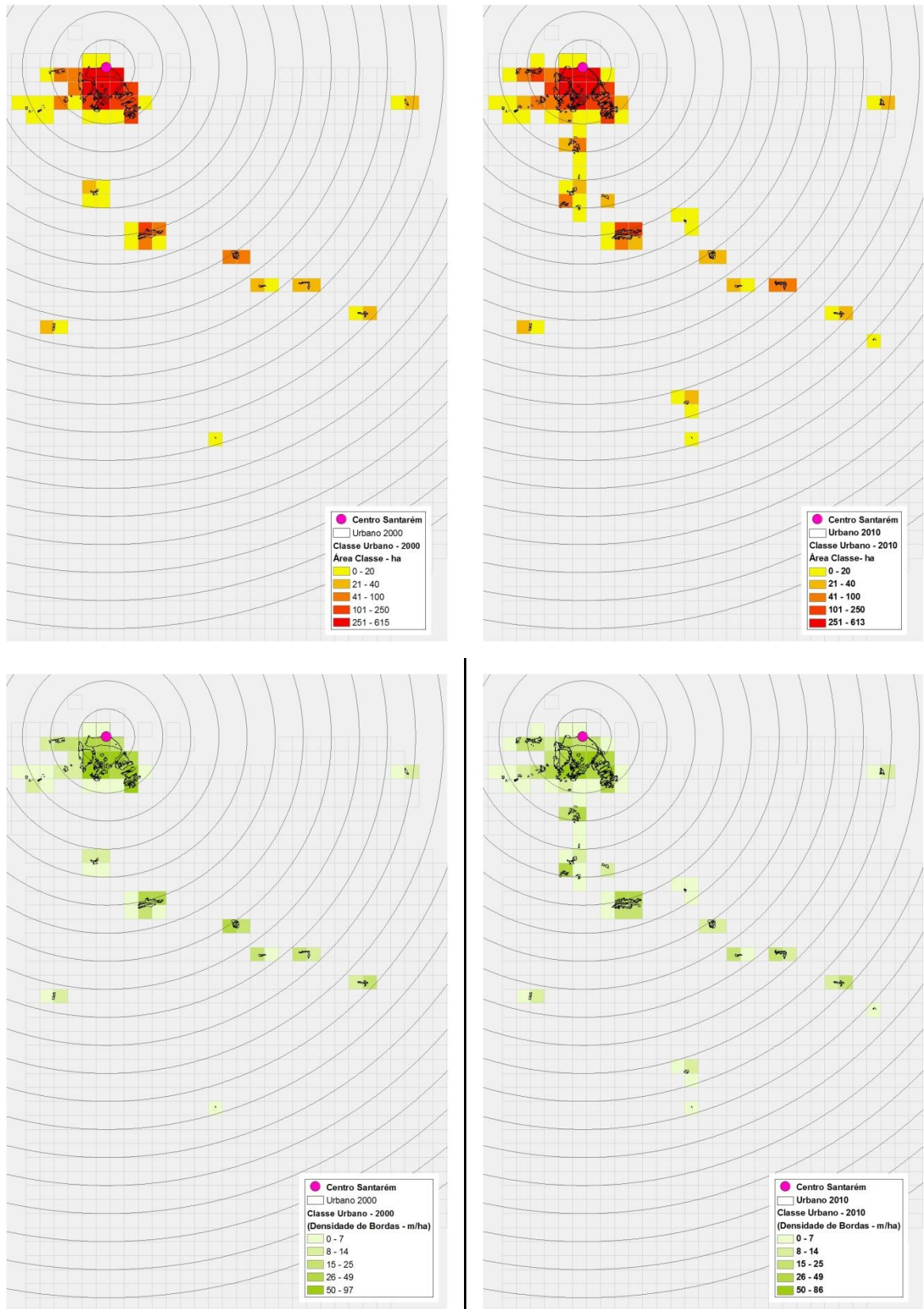
Fonte: Elaboração própria a partir dados TerraClass INPE 2000 e 2010

Figura A16 - Gradientes de paisagem para classe Pasto Limpo - Santarém 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria

Figura A17 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Urbano - Santarém 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A18 - Gradientes de paisagem para classe Urbano - Santarém 2000 e 2010

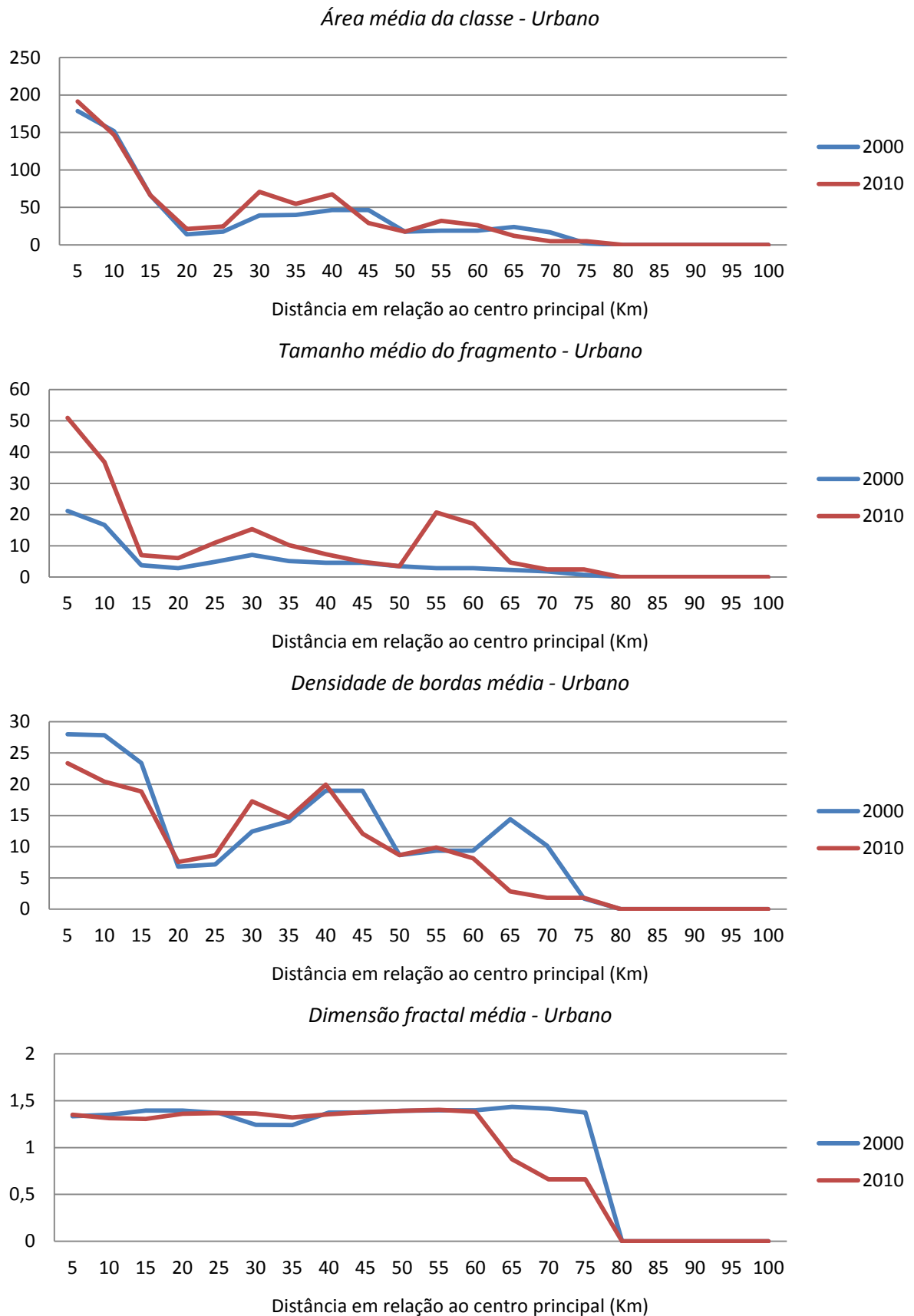
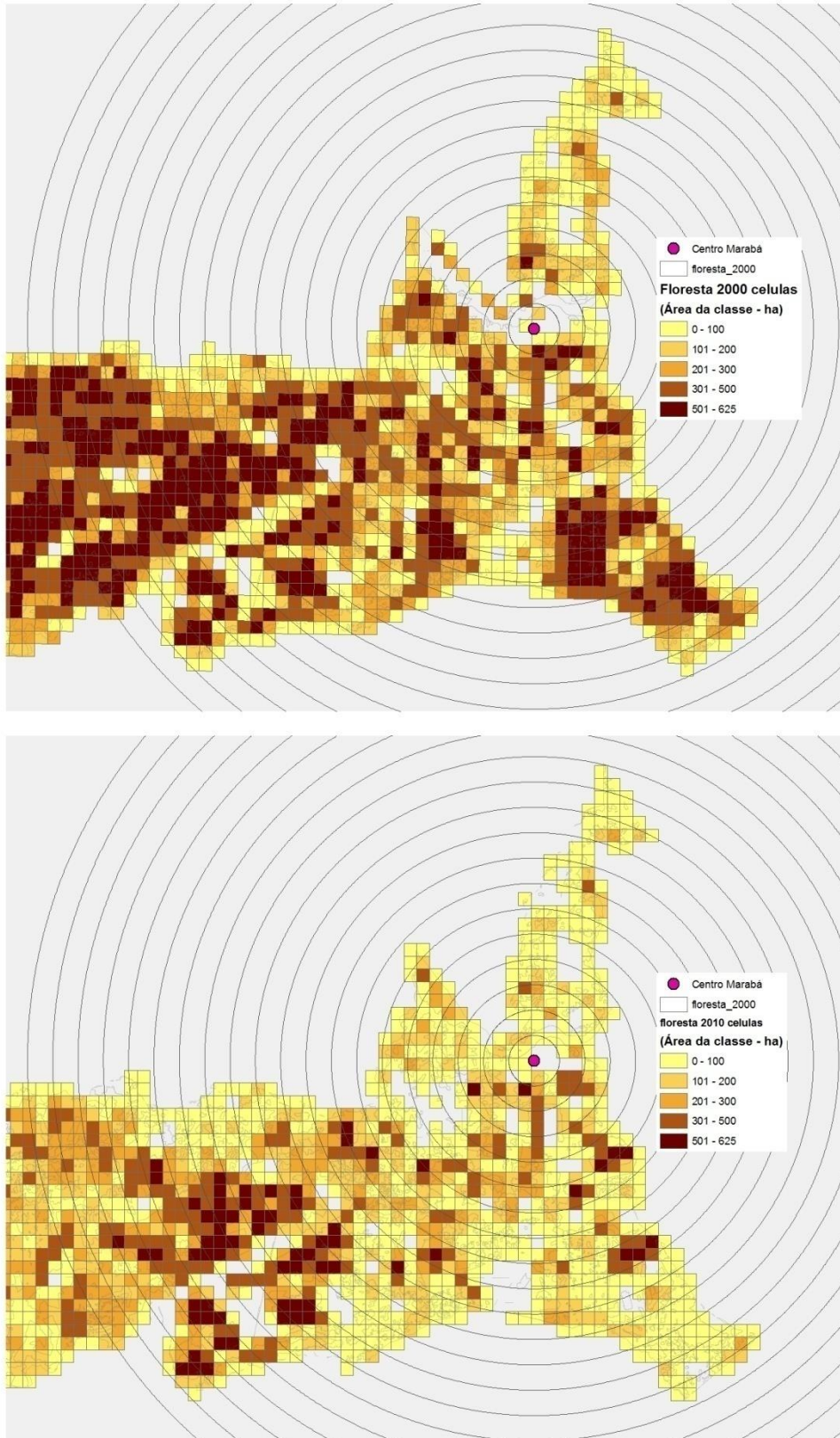
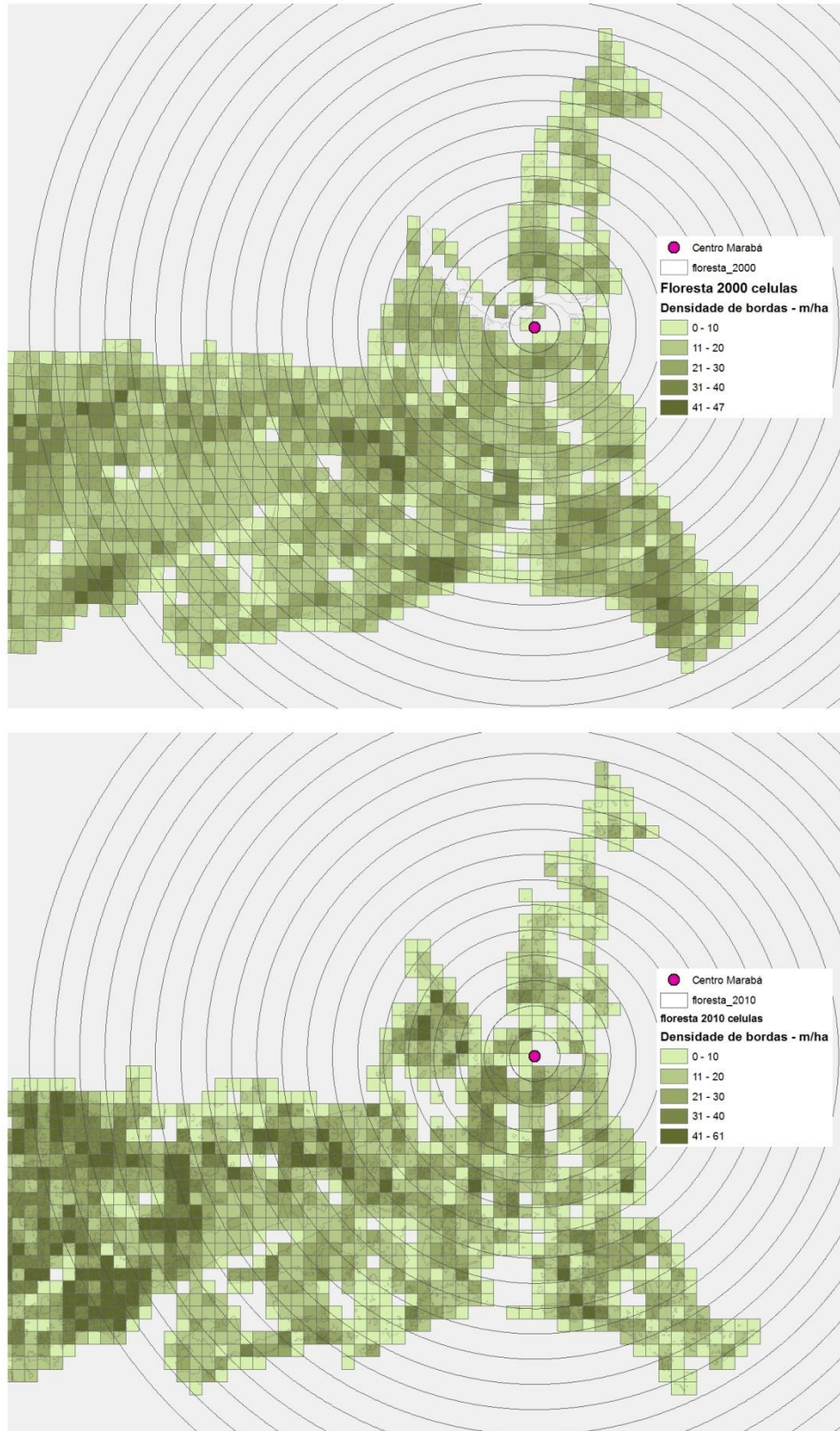


Figura A19 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe FLORESTA - Marabá 2000 e 2010



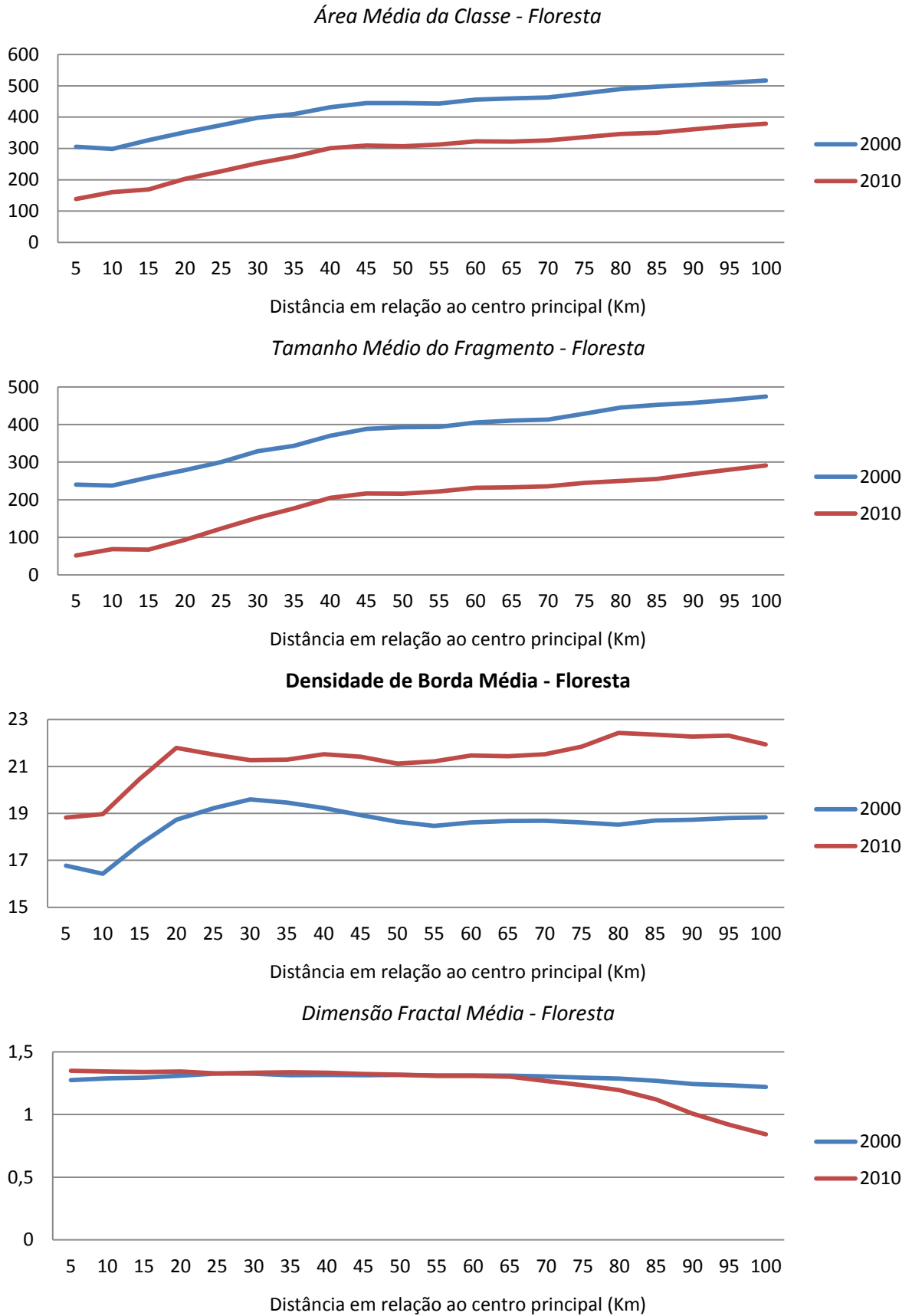
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A20 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe FLORESTA - Marabá 2000 e 2010



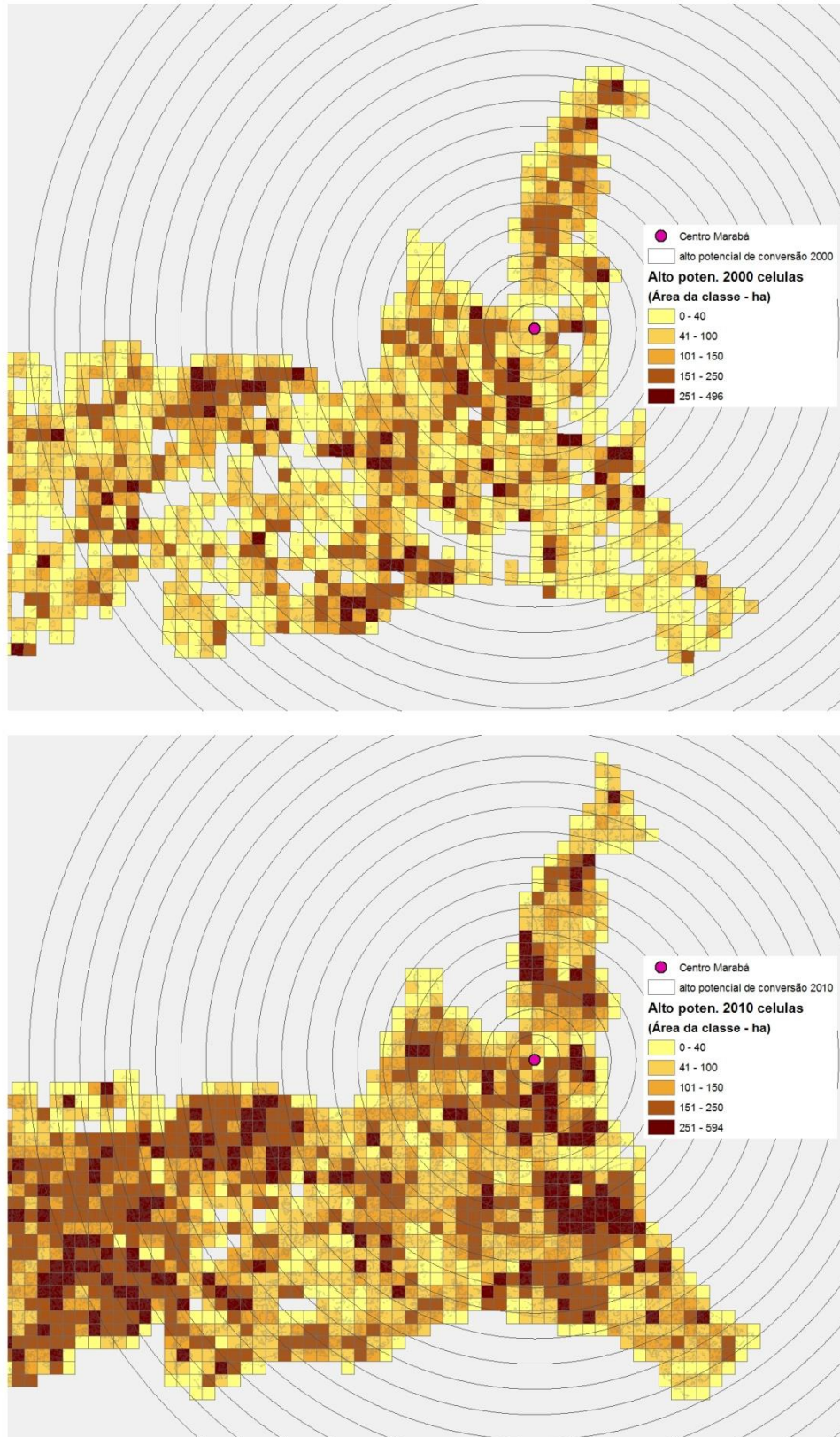
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A21 - Gradientes de paisagem para classe FLORESTA - Marabá 2000 e 2010



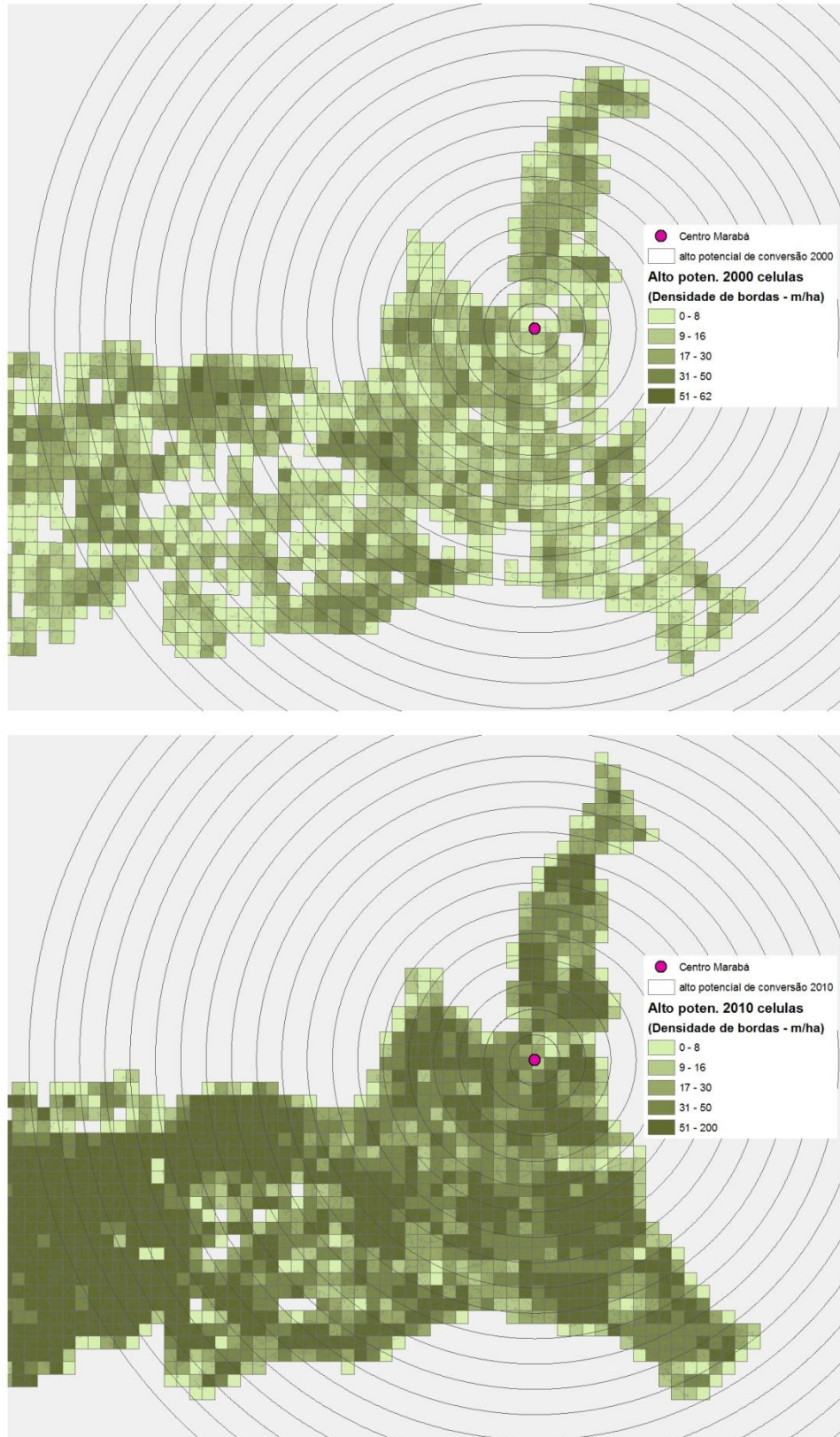
Fonte: Elaboração própria

Figura A22 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe Regeneração com pasto e Vegetação Secundária - Marabá 2000 e 2010



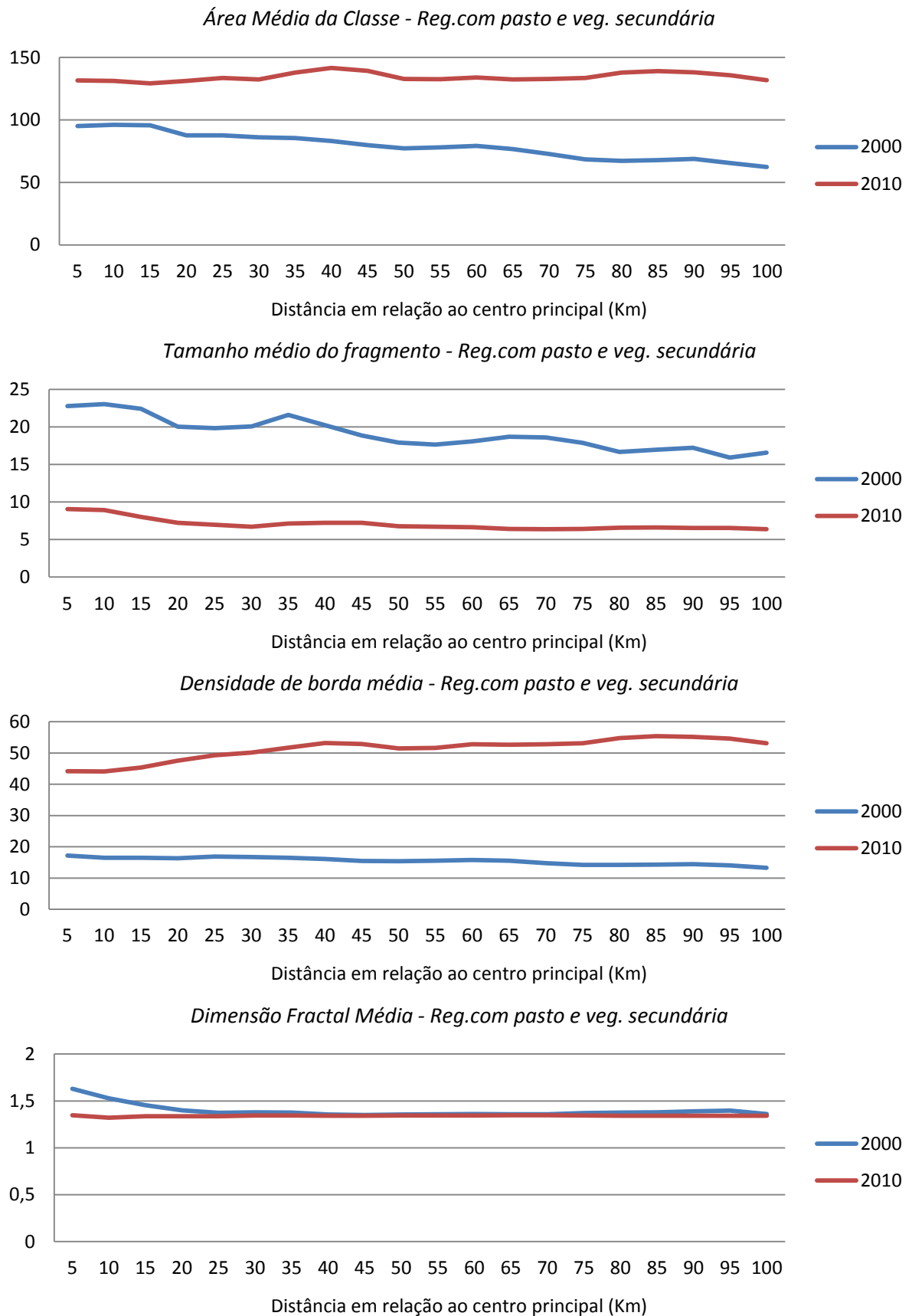
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A23 - Métricas de paisagem no espaço celular para classe Regeneração com pasto e Vegetação Secundária - Marabá 2000 e 2010



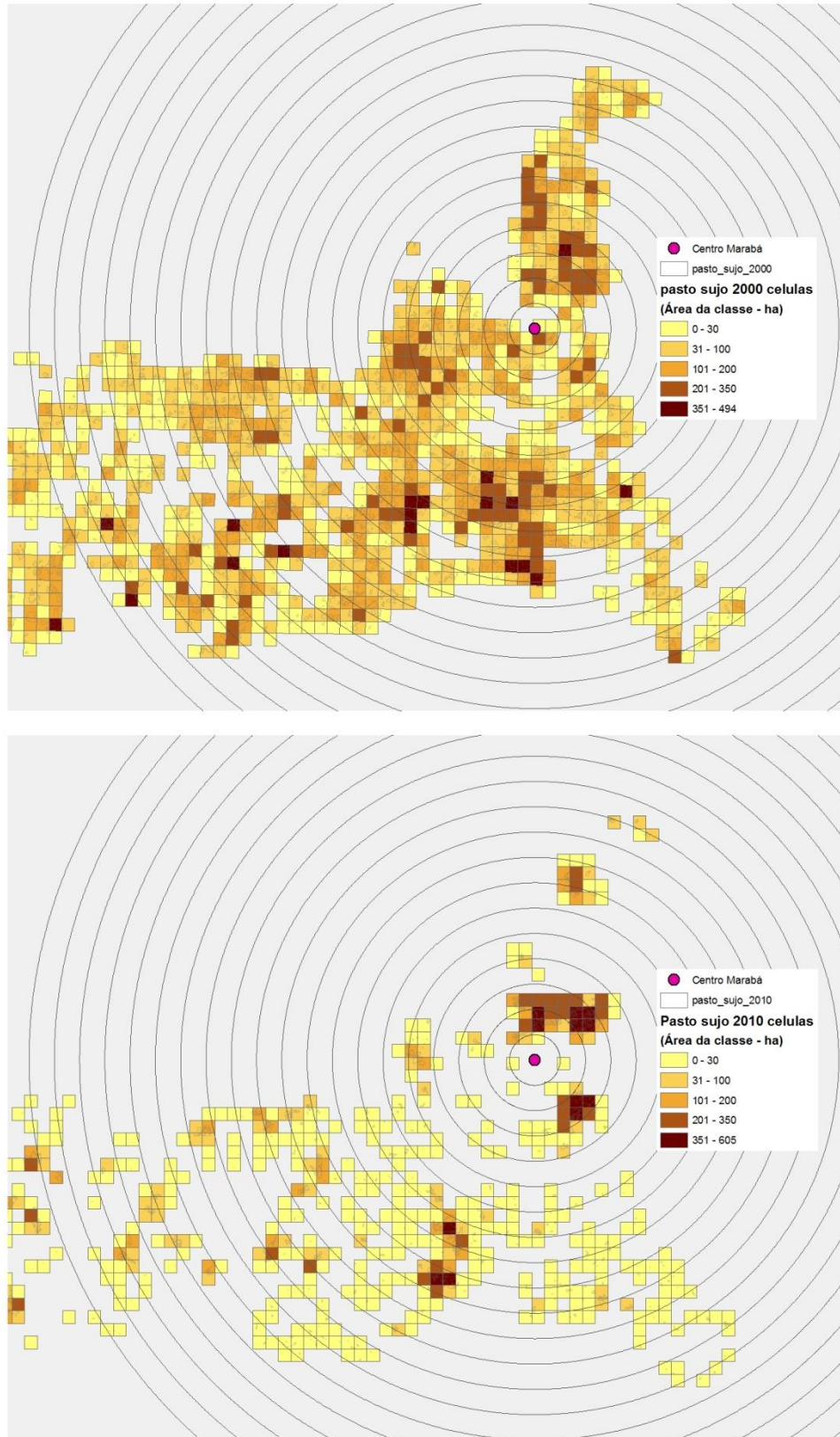
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A24 - Gradientes de paisagem para classe Regeneração com pasto e Vegetação Secundária - Marabá 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria

Figura A25 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Sujo - Marabá 2000 e 2010



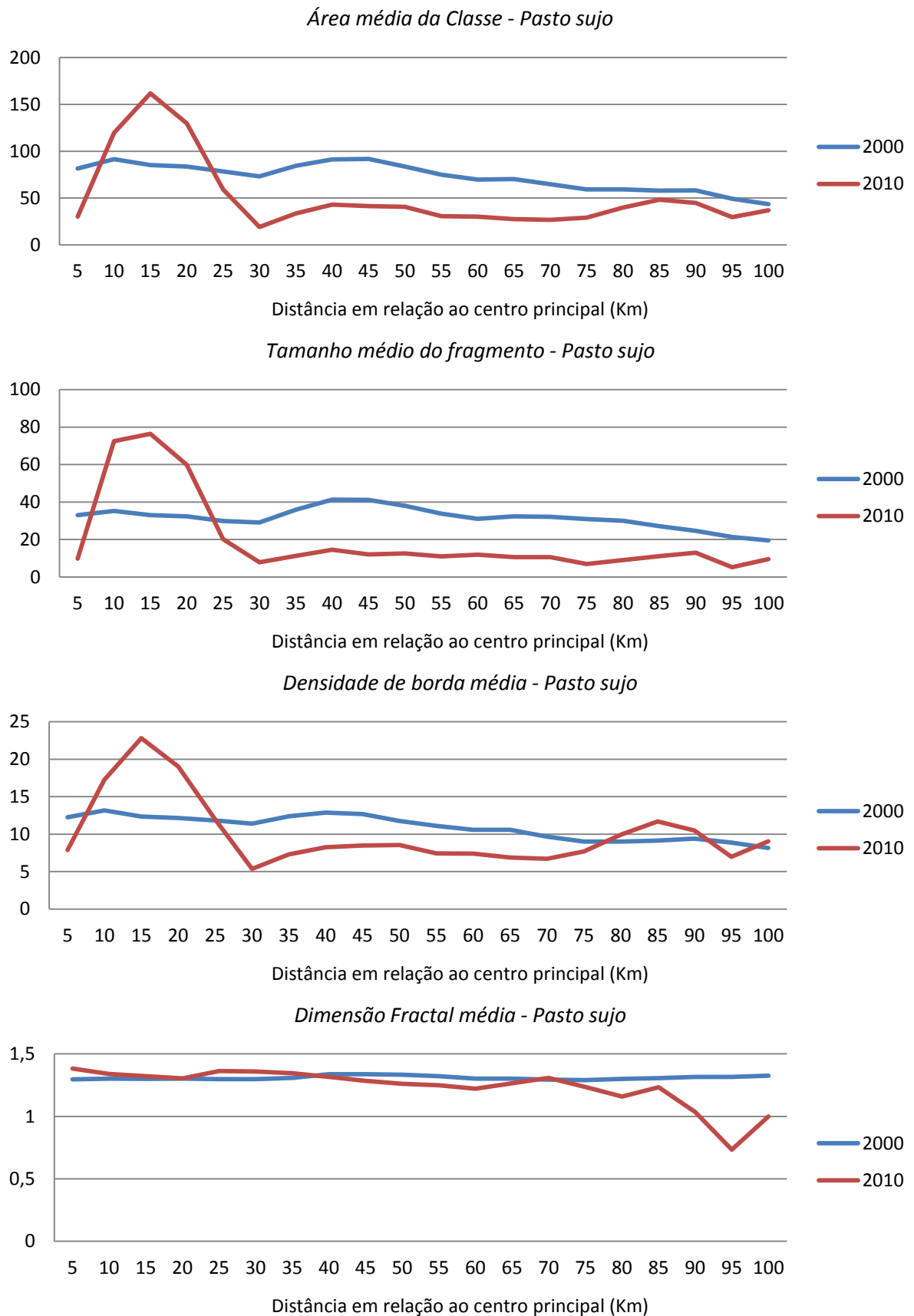
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A26 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Sujo - Marabá 2000 e 2010



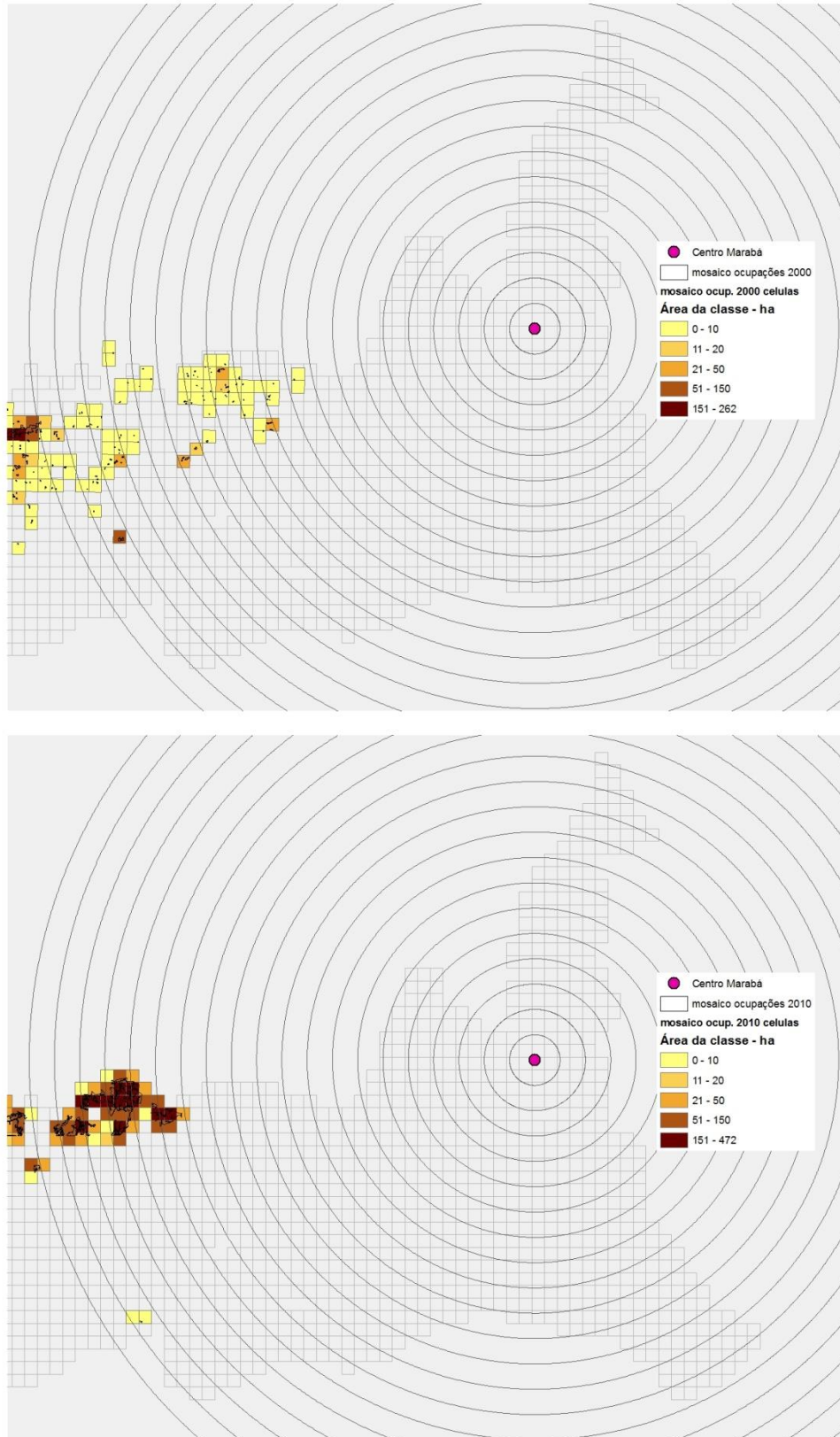
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A27 - Gradientes de paisagem para classe Pasto Sujo - Marabá 2000 e 2010



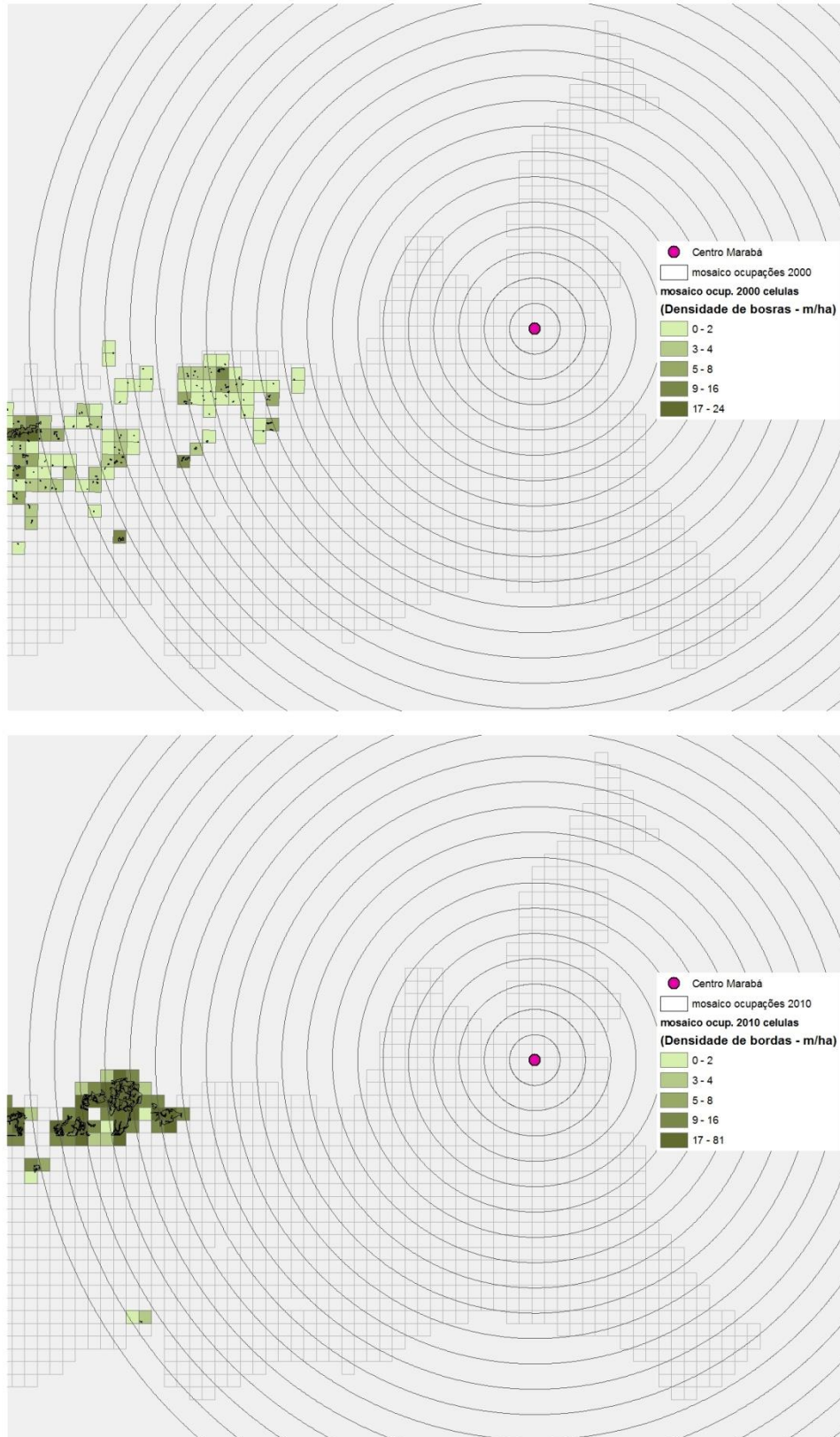
Fonte: Elaboração própria

Figura A28 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Mosaico de Ocupações - Marabá 2000 e 2010



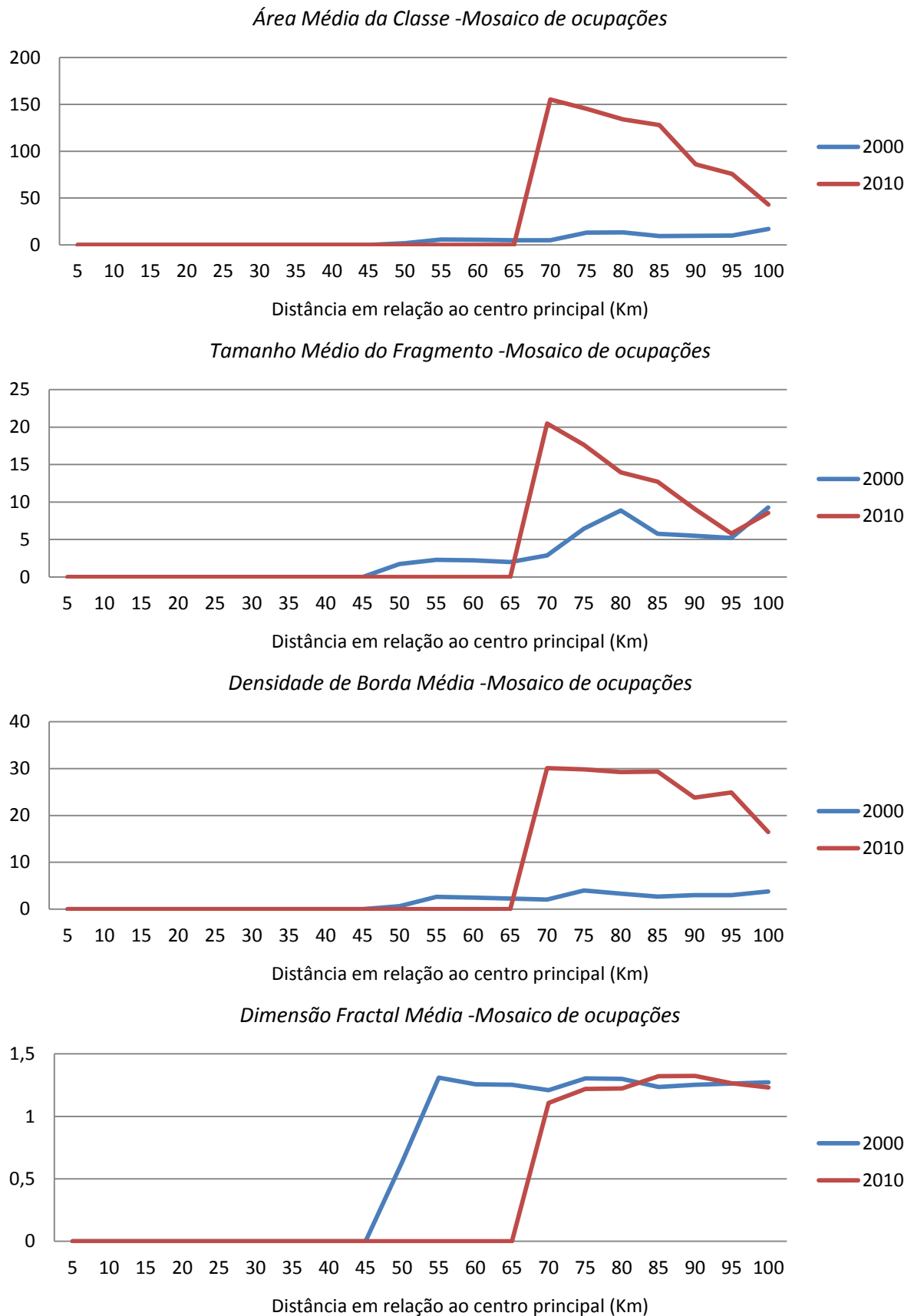
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A29 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Mosaico de Ocupações - Marabá 2000 e 2010



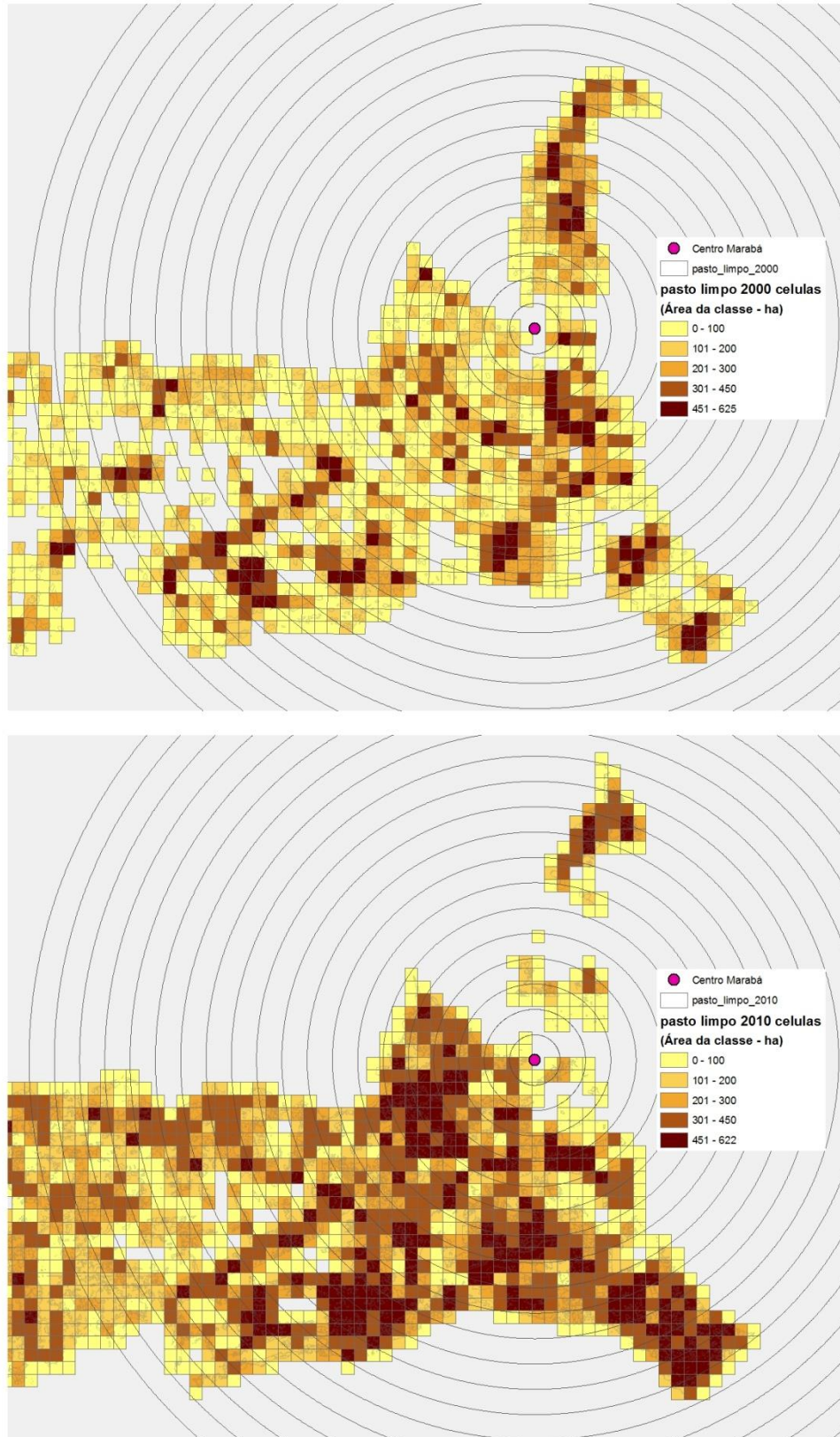
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A30 - Gradientes de paisagem para classe Mosaico de Ocupações - Marabá 2000 e 2010



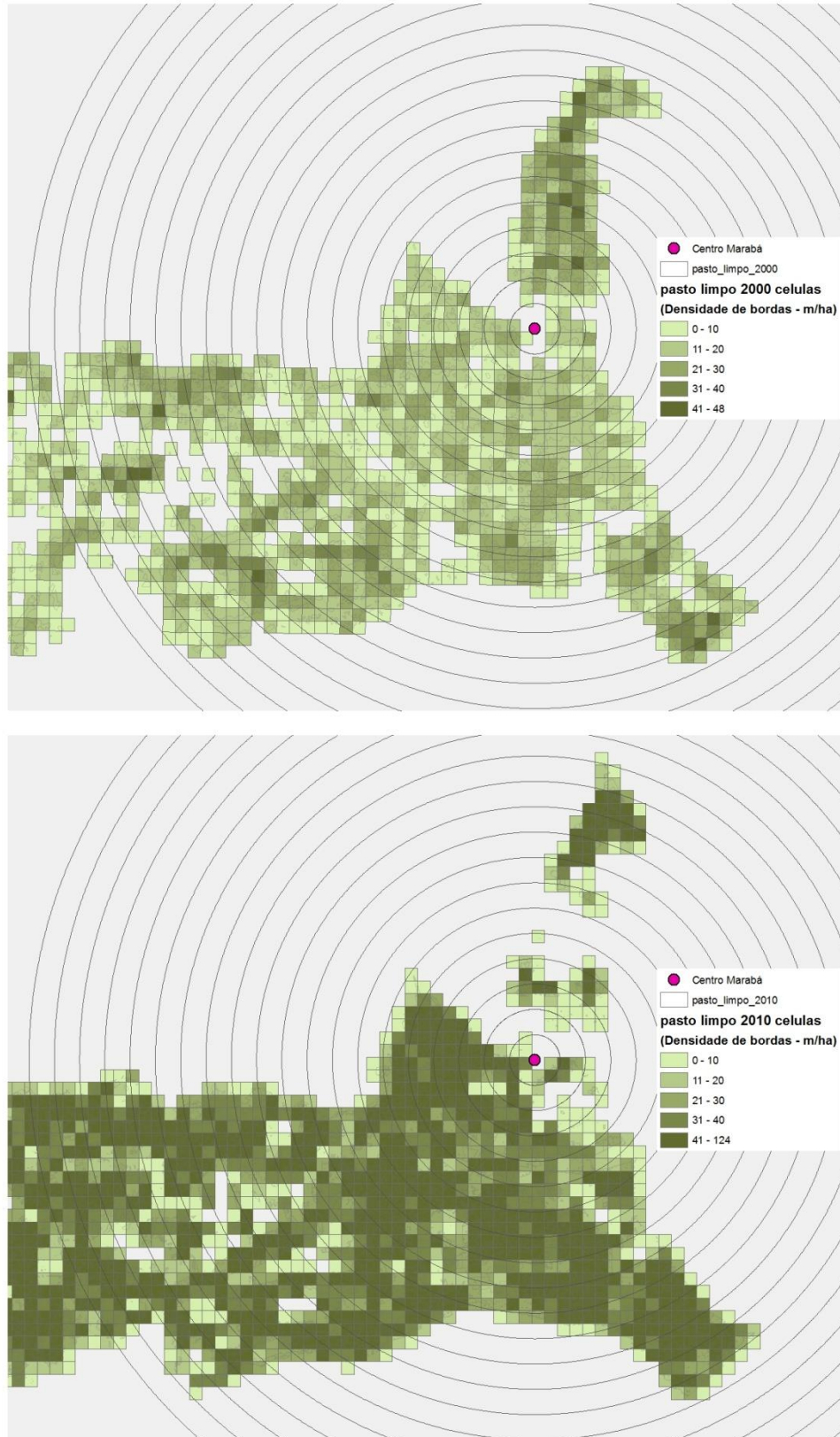
Fonte: Elaboração própria

Figura A31 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Limpo - Marabá 2000 e 2010



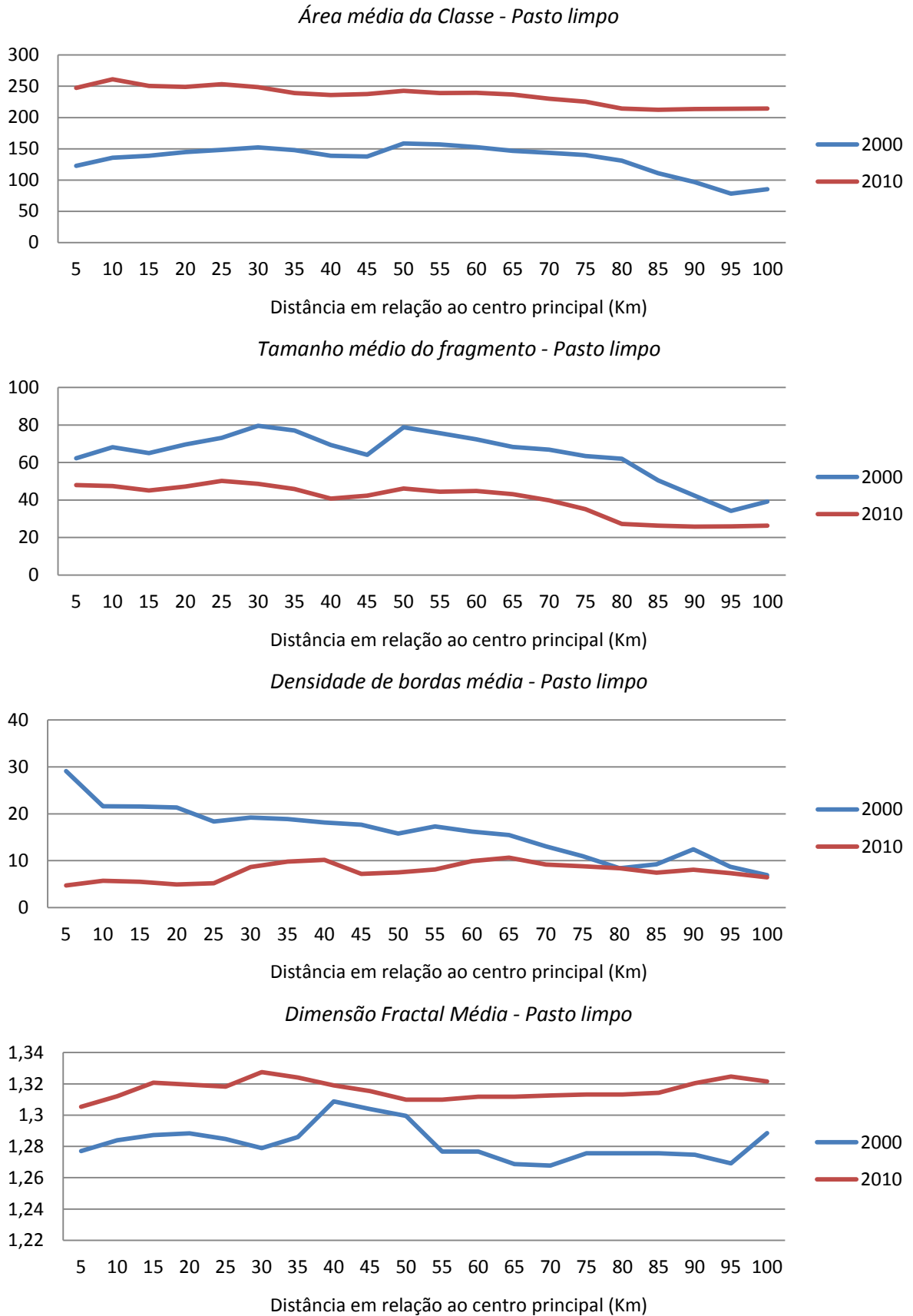
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A32 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Pasto Limpo - Marabá 2000 e 2010



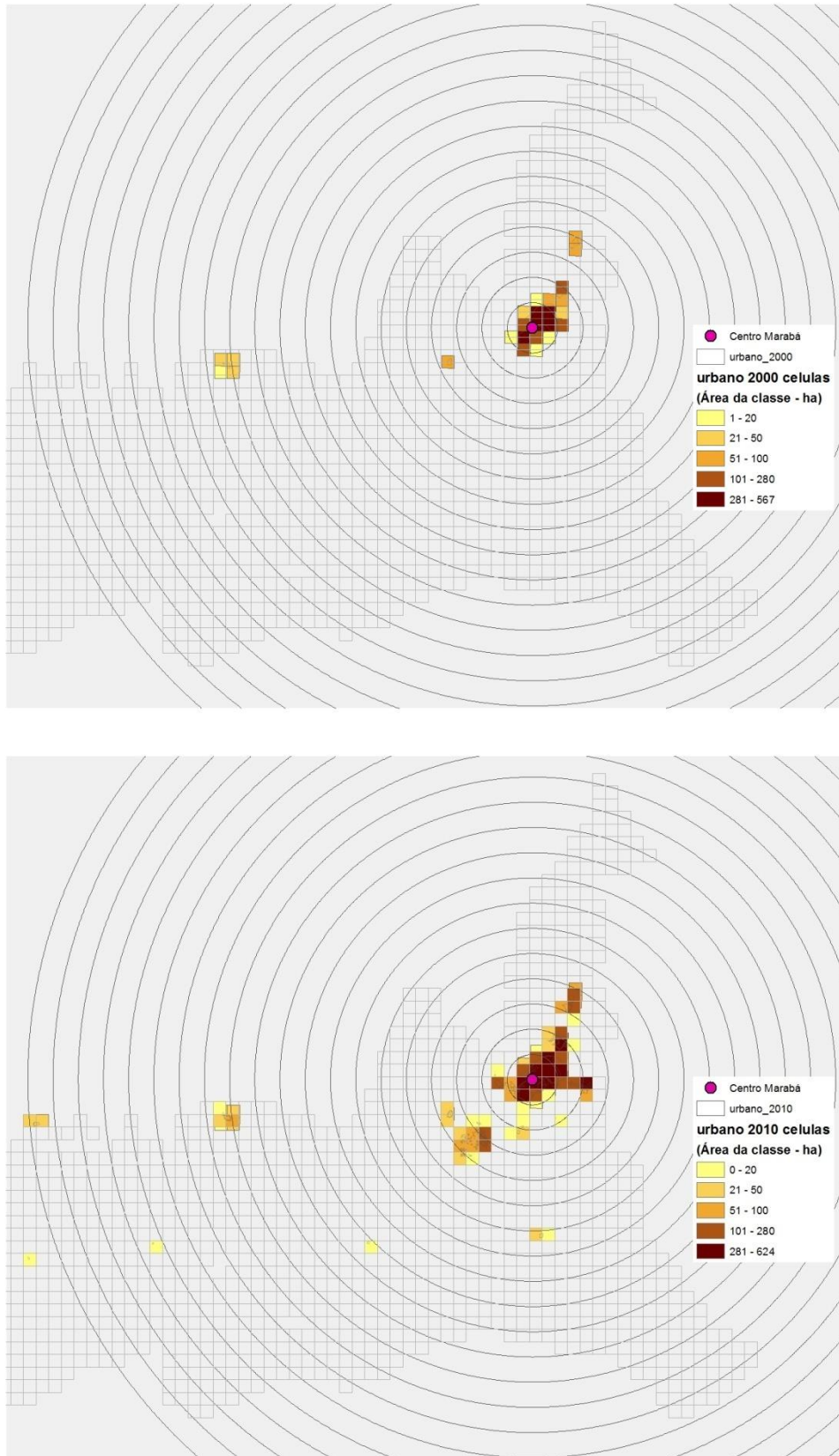
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A33 - Gradientes de paisagem para classe Pasto Limpo - Marabá 2000 e 2010



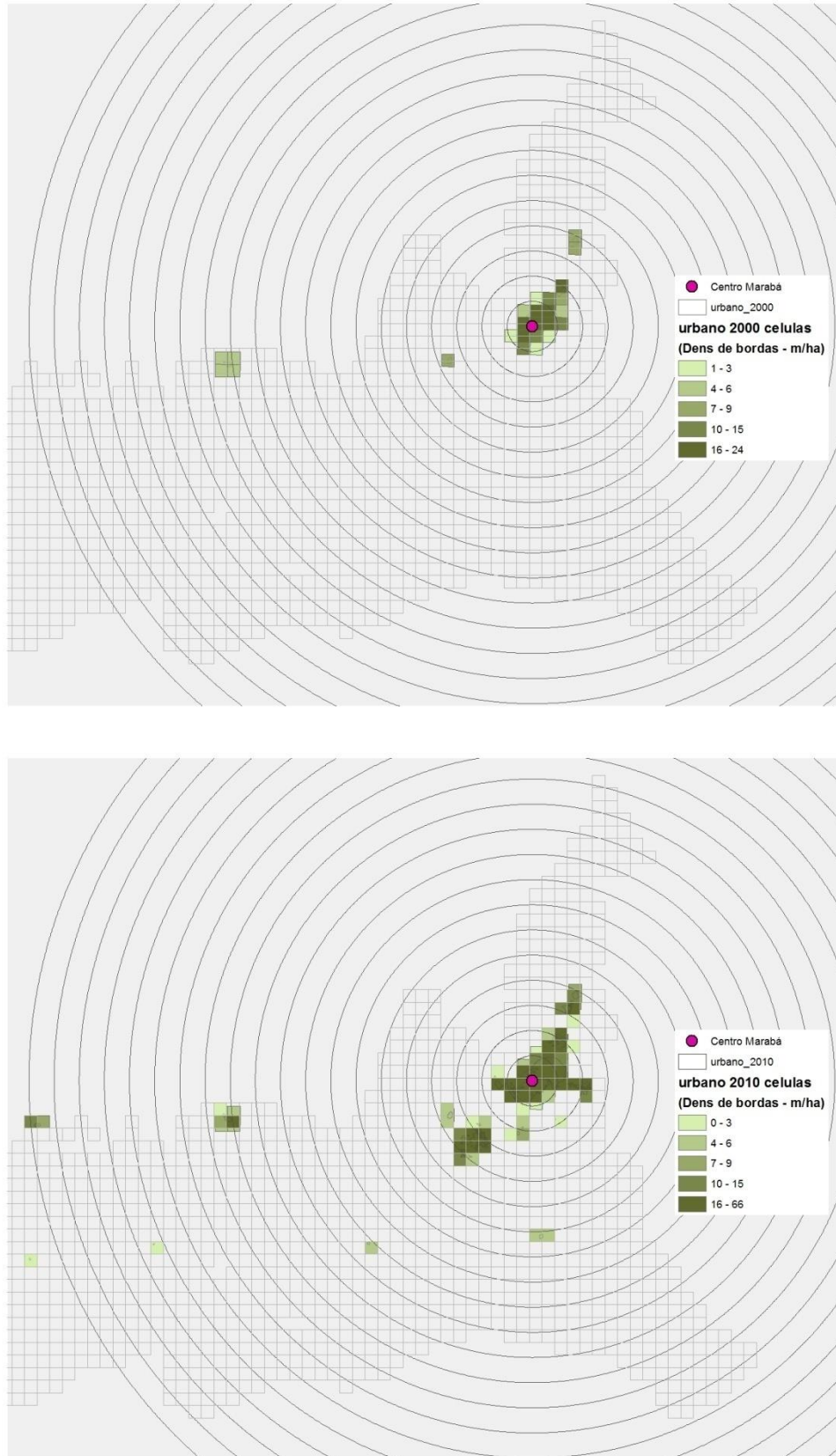
Fonte: Elaboração própria

Figura A34 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Urbano - Marabá 2000 e 2010



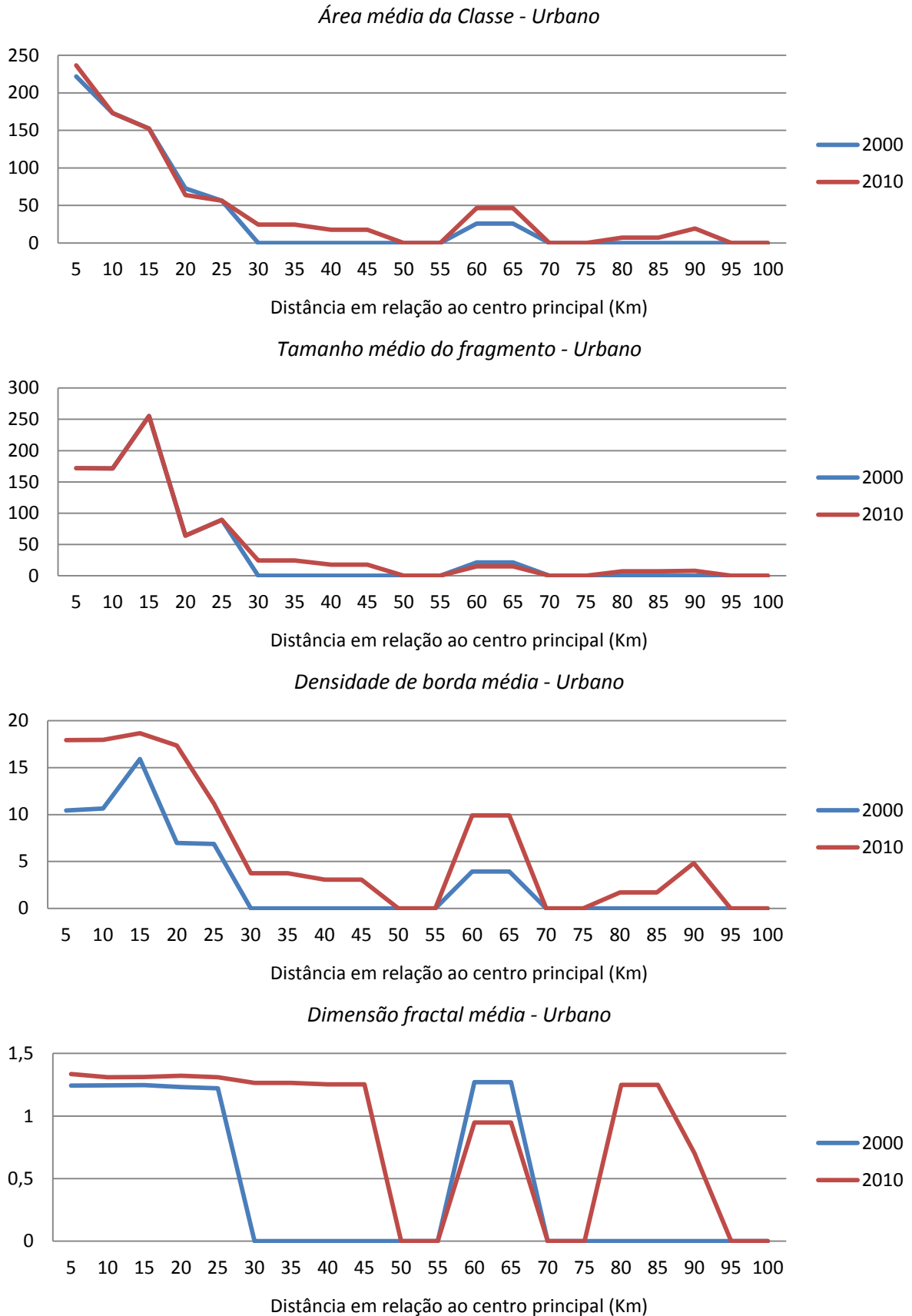
Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A35 - Métricas de paisagem no espaço celular a classe Urbano - Marabá 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dados Terraclass INPE 2000 e 2010

Figura A36 - Gradientes de paisagem para classe Urbano - Marabá 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria